

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário  
ISSN 0870-1865

20 de Maio de 1993

Preço: 120\$00  
(IVA incluído)

N.º 1013

Director:  
Carlos Brito



## Um mar de revolta em Peniche

Páginas centrais

Pescadores e toda a população de Peniche revoltam-se contra a política de Cavaco

## “Com Lisboa” para ganhar

«A experiência das últimas eleições em Lisboa comprovou que o entendimento de forças democráticas não só não diminuiu como alargou o apoio político e eleitoral ao conjunto dos partidos coligados.»

— *Luis Sá, na assinatura do acordo por Lisboa*

Pág. 4

## CDU em Évora recandidata o bom trabalho

«Acompanho e felicito os camaradas e os amigos da CDU de Évora na justa resolução que tomaram ao escolherem este experimentado e competente colectivo de candidatos que muito têm contribuído para o reconhecido prestígio que a CDU tem nas autarquias.»

— *Carlos Carolhas, na apresentação das listas CDU em Évora*

Pág. 3

## Novos Centros de Trabalho no Alentejo

Inaugurações que dão que pensar àqueles que ainda há pouco consideravam que o PCP estava morto e que se mostra de pé e confiante.

— *Álvaro Cunhal, na inauguração dos CT's de Santiago do Cacém e Alvalade*

Pág. 8

## Jornadas Parlamentares em Setúbal

Págs. 6 e 7



Réalizam-se, em Setúbal, as Jornadas Parlamentares do PCP

## RESUMO

### 12 Quarta-feira

É formalmente assinado em Lisboa, por representantes do PS, PCP, PEV, UDP e PSR, o acordo da coligação «Com Lisboa» com vistas às próximas eleições autárquicas ■ Em consequência da greve decretada pelos sindicatos da TAP, os aeroportos portugueses paralisam durante quatro horas ■ Chuvas torrenciais provocam inundações em vários pontos da capital ■ O primeiro-ministro italiano, Carlo Ciampi, pronuncia-se contra uma intervenção militar na Bósnia ■ Na sequência de uma manifestação realizada na faixa ocupada de Gaza, soldados israelitas matam dois palestinianos ■ É detido em Itália, por alegadas ligações à Máfia, o presidente do Instituto de Reconstrução Industrial, Franco Nobili.

### 13 Quinta-feira

Contrariando as recentes declarações públicas de responsáveis portugueses, o escudo é desvalorizado em 6,5 por cento ■ O Conselho de Ministros aprova o diploma que extingue a Guarda Fiscal e cria a Brigada Fiscal da GNR ■ Em conferência de imprensa, no final da sua visita oficial a Portugal, Lech Walesa elogia a política de privatizações de Cavaco Silva, considerando-a «um modelo a seguir» pelos países de Leste, em particular a Polónia ■ Após demorado e tumultuoso debate no Senado italiano, Giulio Andreotti perde a imunidade parlamentar ■ Durante uma cerimónia em que recebeu um prémio da paz, Nelson Mandela afirma que a direita sul-africana se prepara para desencadear uma guerra civil racial ■ O comandante das Forças Armadas da CEI declara a sua oposição categórica a qualquer intervenção militar no território da antiga Jugoslávia.

### 14 Sexta-feira

Durante a apresentação pública dos candidatos da CDU à Câmara Municipal de Évora, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, critica a política do Governo para o Alentejo ■ O ex-ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, falando durante as Jornadas Parlamentares do PSD, tece fortes críticas à política económica do Governo ■ Durante o Fórum Médico, estrutura que congrega várias organizações da classe, é exigida a suspensão do estatuto sobre o Serviço Nacional de Saúde considerado uma «inflexão significativa na evolução do sistema de saúde, no sentido da alienação das responsabilidades do Estado» ■ A Procuradoria-Geral da República determina a nulidade da decisão da Câmara de Ponte de Lima sobre a expulsão de cidadãos de raça cigana.

### 15 Sábado

Começa na Bósnia-Herzegovina o referendo sérvio sobre o plano de paz Vance-Owen ■ Durante nova manifestação de protesto na Faixa de Gaza contra a evolução do processo de paz para o Médio-Oriente, meia centena de palestinianos são feridos a tiro por soldados israelitas ■ Sondagens publicadas em Espanha confirmam que as próximas elei-

ções de 6 Junho serão as mais disputadas da história democrática espanhola, com os socialistas e os conservadores muito próximos nas intenções de voto.

### 16 Domingo

O Presidente da República, Mário Soares, preside em Faro à cerimónia de reedificação do cemitério judaico ■ O Conselho Nacional da Federação Nacional dos Médicos diagnostica, em reunião realizada em Coimbra, o «estado grave» e a «ruptura absoluta» da política de saúde em Portugal ■ O secretário-geral da ONU envia a Jonas Savimbi uma carta pessoal em que o convida a assinar o protocolo de paz para Angola, actualmente em discussão em Abidjan ■ Suleiman Demirel é eleito presidente da Turquia para um mandato de sete anos ■ A Organização Mundial da Saúde pede ao Tribunal Internacional de Justiça para se pronunciar sobre a legitimidade da utilização de armas nucleares.

### 17 Segunda-feira

São inauguradas em Setúbal as Jornadas Parlamentares do PCP ■ Começam a ser vendidos nas farmácias portuguesas os chamados «medicamentos genéricos» ■ Na declaração de defesa durante o seu julgamento no tribunal de Dili, Xanana Gusmão recusa a cidadania indonésia bem como a integração de Timor-Leste na Indonésia ■ Contrariando o prazo dado pelo secretário-geral da ONU, as conversações de paz de Angola são interrompidas após a UNITA ter pedido uma pausa de sete dias para reflexão ■ O presidente da Olivetti reconhece ter pago luvas aos partidos políticos, sob coacção e no interesse da sua sociedade ■ O presidente do Tribunal Constitucional russo apela a Boris Ieltsin para respeitar a legislação em vigor no processo de reforma da actual Constituição.

### 18 Terça-feira

No referendo realizado na Dinamarca sobre o Tratado de Maastricht — que havia sido «adaptado» a este país na sequência de um anterior referendo em que o Tratado foi rejeitado — os eleitores dão o «Sim» ao Tratado, por 58,6% contra 43,2% de «não» ■ Terminam as Jornadas Parlamentares do PCP, em Setúbal, com a denúncia de que a democracia portuguesa entrou em degradação e o anúncio de que o PCP vai interpelar o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, os ministros da Justiça, da Administração Interna e do Emprego sobre as restrições às liberdades e direitos dos cidadãos ■ Cavaco Silva acusa os agricultores de «falta de capacidade» e de não terem escoado as suas produções de batata, maçã e laranja pelo facto... de não as terem produzido em quantidade e qualidade suficiente ■ O presidente venezuelano fica isolado, ao perder o apoio do seu próprio partido três dias antes de o Supremo Tribunal decidir se o vai, ou não, processar por corrupção ■ O general James B. Davis, chefe do Estado-maior do quartel-general do comando aliado europeu (SHAPE) considera que a NATO deveria assumir uma intervenção político-militar na Jugoslávia «tão depressa quanto possível».

## EDITORIAL

# A ira e a contumácia

**A**

evolução da situação nacional no plano socioeconómico e político conheceu nos últimos dias desenvolvimentos que devem ser considerados com toda a atenção.

De um lado, o descontentamento que está a transformar-se, em alguns casos, em verdadeira ira popular e explode com protestos e acções crescentemente radicalizados.

Do outro, a insolente contumácia do Governo, insensível aos sofrimentos do País, surdo a oposições, protestos e reclamações, persistindo na política que representa o desastre para uma parte muito considerável dos portugueses.

As movimentações dos pescadores de Peniche, Sesimbra, Matosinhos e a indignação que lavra noutros portos, bem como o corte de estrada efectuado pelos agricultores de Porto de Mós, no quadro de muitas outras acções no distrito de Leiria e por todo o país rural, testemunham situações que reclamam resposta pronta e constituem um sério aviso ao Governo.

No caso dos pescadores é já a fome e a miséria que se abatem sobre numerosos lares (como revela a reportagem publicada nesta edição do «Avante!»). No caso dos agricultores é a falência e a liquidação que paira sobre numerosas empresas agrícolas de entre as que tinham condições para resistir numa agricultura condenada.

Nos dois casos estamos perante situações decorrentes, em grande medida, da integração do nosso país na CEE para as quais o PCP atempadamente alertou e que o Governo não quis prevenir ou preparar na parte em que era possível fazê-lo.

Nos dois casos, há agora que tomar medidas sérias e eficazes para acudir aos agricultores e pescadores (e que vão ao encontro das suas reclamações) em nome do dever e do interesse nacionais reais sem se deixarem tolher por imposições comunitárias.

Dinâmicas de luta envolvendo sectores tão importantes e decisivos na vida nacional como os transportes, a metalomecânica pesada, a administração pública, as alfândegas, a PSP e várias outras estão igualmente em desenvolvimento e tenderão a radicalizar-se se não encontrarem satisfação para as suas reivindicações principais. O País retém a imagem da explosão dos trabalhadores da TAP quando lhe foi anunciada a suspensão de pagamento de salários.

Não cuida o Governo que pode sustentar ou desmobilizar estes processos de luta com as vigilâncias dos serviços de informações, a ameaça da polícia de intervenção, as limitações do direito à greve ou outras medidas repressivas.

A luta vai continuar e intensificar-se. A jornada de 5 de Junho apresenta-se como um ponto de confluência

das diferentes dinâmicas e caudais.

Medidas repressivas só podem exasperar ainda mais uma situação de conflitualidade social já de si explosiva e que nos seus desenvolvimentos e consequências é de inteira responsabilidade do Governo.

**C**avaco Silva também não conseguirá deter o protesto e a luta contra a sua política repetindo à exaustão, como vem fazendo - perante os desempregados, os ameaçados de despedimentos, os sem salário ou com os salários em atraso, os excluídos, as empresas encerradas, a agricultura e as pescas em ruínas - que essa política «é a que melhor serve os interesses do País».

A verdade é que, muito ao contrário do que afirmou hipocritamente no recente discurso de Viana do Castelo, a propósito da inflação, essa política

*Medidas repressivas só podem exasperar ainda mais uma situação de conflitualidade social já de si explosiva e que nos seus desenvolvimentos e consequências é de inteira responsabilidade do Governo.*

não protege «os que têm rendimentos mais baixos» como a situação do País exuberantemente demonstra, favorece sim, como confessa o Programa do Governo, a reconstituição dos grupos capitalistas monopolistas e dos seus privilégios.

Com a tentativa de negar a crise e de reduzi-la a uma mera questão de «psicologia», o que o Governo pretende é reduzir as suas próprias responsabilidades.

Apesar da recente desvalorização do escudo, que representa uma derrota da política do «escudo caro» que tem lesado gravemente as exportações portuguesas e é responsável pelo esbanjamento de parte substancial das reservas de divisas, o Governo insiste na mesma política cambial.

Apesar da calamitosa evolução económica (com a taxa de crescimento do PIB a atingir valores negativos no primeiro trimestre de 1993) e a acelerada degradação da situação social, o Governo insiste, nas mesmas consabidas receitas cavaquistas, nomeadamente em matéria de taxas de juro, de contenção salarial e de desemprego maciço.

As instituições que fiscalizam a actividade governativa e que o PSD

não controla, Cavaco Silva chama «forças do bloqueio», aos que contestam e criticam a sua política chama «carpideiras profissionais». Tal é a concepção de diálogo democrático ou de consenso para enfrentar a crise que o «estado maior» laranja cultiva.

A arrogante contumácia do Governo é um insulto ao País!

Entretanto, a responsabilização do Governo sobe de tom e não só da parte dos comunistas e do movimento de trabalhadores, amplia-se e fortalece-se noutras áreas democráticas e da oposição, em sectores da igreja católica, manifesta-se dentro do próprio partido do Governo.

A experiência não consente, no entanto, quaisquer ilusões. Tudo indica que persistindo o presente Governo prosseguirá a mesma política.

A resistência a esta política é imperiosa e indispensável e pode, como tem acontecido, forçar o Governo a recuar em aspectos parciais.

A luta por uma política diferente capaz de dar solução aos problemas do País exige que se coloque na ordem do dia a luta por um Governo diferente. Exige que do lado democrático se trabalhe seriamente para apresentar ao País uma alternativa credível e mobilizadora, que com toda a evidência não é o PS sozinho, como está perfeitamente demonstrado.

**N**este contexto e na situação de marasmo em que tem estado mergulhada a Assembleia da República, as Jornadas Parlamentares do PCP, efectuadas na segunda e terça-feira passadas, em Setúbal, apresentam-se como um importante acontecimento político e institucional.

Revestem uma evidente oportunidade e um significativo alcance as iniciativas principais anunciadas pelo Grupo Parlamentar comunista, nomeadamente: a Interpelação ao Governo centrada na acentuada degradação da democracia, na falta de transparência da vida política e na crescente desprotecção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do povo em geral; o debate com carácter de urgência sobre o sentido e a orientação da política monetária e cambial; o agendamento do projecto de lei do PCP relativo à Lei de Bases da política agrária.

Numa altura em que da parte do Governo e do próprio PS há tendência para concentrar as atenções nas questões institucionais com o objectivo de as desviar dos graves problemas económicos e sociais com que o País e o povo se debatem, o PCP dá expressão institucional a estes mesmos problemas e confronta os demais partidos com propostas sérias e capazes de dar solução aos problemas e que vão ao encontro das aspirações e reivindicações sustentadas nas lutas dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, da juventude e noutras lutas populares.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## PODER LOCAL

Com a presença de Carlos Carvalhas

**CDU recandidata  
o prestígio em Évora****CDU**  
um bom trabalho  
melhores  
soluçõesAUTARQUIAS 93  
AUTARQUIAS 93

Na quinta-feira, 13 de Maio, realizou-se em Évora, por iniciativa da Coordenadora Concelhia da CDU, uma cerimónia de apresentação dos Cabeças de Lista à Assembleia e Câmara Municipal do Concelho de Évora. Nela estiveram presentes mais de duzentas pessoas, com uma significativa presença de independentes. Participou Carlos Carvalhas, secretário-Geral do PCP, que no final usou da palavra. Significativa foi também a presença da Comunicação Social Regional e de âmbito Nacional.

José Manuel dos Anjos, independente e da Comissão Coordenadora Concelhia da CDU, fez a apresentação dos Cabeças de Lista, depois usou da palavra o dr. José Bizarro, Cabeça de Lista à Assembleia Municipal, e o presidente do município de Évora, Abílio Fernandes, de novo candidato e de que destacamos alguns momentos da sua intervenção.

Como foi dito na sessão, o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Évora é o dr. José Bizarro, que foi assim apresentado:

«Falar-vos do Cabeça de Lista à Assembleia Municipal de Évora, é falar de um homem do Alentejo, que ao Alentejo tem dado a beleza e a suavidade da sua pintura, é falar-vos de alguém que ao longo da sua vida ainda não muito longa tem mostrado verticalidade na dedicação ao seu povo. Formou-se com o Curso Complementar de Pintura, na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, com elevada classificação e distinção. Depois de ter percorrido uma já longa e prestigiada carreira profissional dedicada à Educação, é hoje Inspector Principal da Inspeção Geral de Educação. Ocupa e dedica grande parte da sua vida à cultura com activa participação. É militante do PCP, membro da Comissão Concelhia de Évora. Actualmente é Presidente da Assembleia Municipal de Évora.»

**Abílio Fernandes: apresentações para quê?**

Quanto ao candidato à presidência da CM de Évora, o actual presidente Abílio Fernandes dispensa apresentações. Citamos apenas algumas passagens do discurso que proferiu na ocasião este prestigiado dirigente autárquico.

«Como todos devem calcular, temos vivido com grande satisfação estes 16 anos de Presidência da Câmara Municipal de Évora. É uma satisfação pessoal inserida no contexto da luta política: manter uma Câmara permanentemente dirigida pelo PCP e seus aliados, em diversas coligações, durante 16 anos, é uma satisfação colectiva partilhada certamente por todos que aqui vieram conviver neste momento de apresentação dos candidatos, a cabeças de lista, às próximas eleições para a Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Évora, pela CDU.»

(...) «A CDU tem, de facto, uma obra feita. Uma obra que resultou da aplicação dos princípios e orientações que o PCP tem difundido para as Autarquias Locais: planejar com a população, exercer, tendo em conta os interesses da população e, utilizar a obra, em benefício das populações.

«Foi assim que fizemos um PDM há mais de 10 anos, que o temos cumprido sempre atentos às críticas surgidas, e é assim que vemos hoje que as pessoas, os eborenses, sentem que o município é seu, é de todos e assenta numa busca incessante de melhores condições de vida para os trabalhadores e para a população, em geral.

«Temos cumprido e aplicado as regras do PDM com um profundo respeito pela identidade cultural do povo eborense pela sua mania de estar a querer viver a vida.

«Évora, todo o município, está, hoje, totalmente infra-estruturado e possui uma razoável qualidade média de vida, malgrado todo o abandono e desertificação do Alentejo em consequência de uma política negativa levado a cabo, durante anos sucessivos pelo Governo PSD. Évora resistiu e aumentou de população na última década, porque a esmagadora maioria dos trabalhadores estava ligada ao sector terciário, se foi desenvolvendo toda uma política de recuperação e conservação do Património Histórico-Monumental ligada à vida cultural e ao turismo cultural; porque cada família foi construindo a sua casa em terrenos cedidos pelo município.

«Évora ganhou prestígio no contexto nacional e internacional.» (...)

«A nossa força, a força da CDU e seus aliados na CDU, tem sido bem determinada, no município de Évora, pela forte coesão entre os eleitos e entre estes e os trabalhadores da Câmara. Coesão dos eleitos a tempo inteiro entre si, foi demasiado evidente quando tivemos que enfrentar no mandato passado a forte oposição contra as alterações da Praça do Giraldo e está hoje generalizadamente reconhecida e apoiada, até por muitos que publicamente vieram confessar o seu erro de análise; coesão entre os eleitos a Tempo Inteiro quando o Hospital Distrital de Évora, o Governo, a Televisão do Estado quiseram responsabilizar a Câmara Municipal de Évora pelas infelizes mortes na hemodiálise do Hospital Dis-

trital de Évora, com base no alumínio da água da rede pública. Como foi importante o regular e normal funcionamento do serviço das águas da Câmara Municipal de Évora, durante anos! Os trabalhadores da Câmara Municipal de Évora reagiram às acusações que nos foram feitas, traduzindo-se numa melhor colaboração, calma e consciência do dever cumprido, que se transmitiu e fez ganhar a confiança de toda a população face à garantia dada pela Câmara Municipal de Évora de que a água estava em condições regulares de abastecimento público, apesar do alarme lançado pelo Sr. ministro da Saúde.

«Esta confiança encontrar claramente as suas raízes na postura de honestidade, dedicação e competência dos eleitos da CDU, na sua forma correcta de envolver os trabalhadores para o trabalho colectivo e na sua estreita ligação às populações.» (...)

**Intervenção de Carlos Carvalhas**

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, usou da palavra no final da sessão. Respigamos algumas passagens do seu discurso:

(...) «Acompanho e felicito os camaradas e os amigos da CDU na justa resolução que tomaram ao escolherem este experimentado e competente colectivo de candidatos que muito têm contribuído para o reconhecido prestígio que a CDU tem nas autarquias. É à partida a garantia de uma importante e experimentada equipa para continuar a aprofundar com criatividade o trabalho efectuado e abrir novos espaços de realizações e linhas de desenvolvimento socioeconómico com a salvaguarda da humanização e da qualidade de vida da cidade.

«Estamos hoje aqui numa cerimónia de apresentação de candidatura, mas como temos afirmado a nossa grande preocupação é a de chegarmos ao fim do ano com os programas cumpridos.

«Nós também nos preparamos para as eleições, mas ao contrário das outras forças damos a primazia à continuação aturada do trabalho, à realização das pequenas e grandes obras e à superação dos problemas que tornam mais fácil a vida no quotidiano.

«Nesta apresentação de candidaturas, e nestes dias que correm, creio ser também de salientar a coerência e a nossa fidelidade a valores e a princípios que justamente granjearam

**Afirmado na apresentação de listas****Torres Vedras precisa da CDU**

Em Torres Vedras foram apresentados os candidatos que encabeçam as listas da CDU à Câmara e Assembleia Municipais, respectivamente Manuel Fernandes, actual vereador e militante do PCP, e Maria da Conceição Carichas, professora e independente. Participou na sessão António Abreu, membro do CC do PCP.

Na sua intervenção — e após realçar a qualidade dos candidatos da CDU, o dirigente do PCP afirmou que «o Poder Local democrático tem de ser defendido na sua autonomia financeira e o valor reforçado da Lei de Finanças Locais em vigor, um regime estável e de taxas de juro bonificados de empréstimos às autarquias, a aprovação de um novo regime de finanças locais, a regulamentação clara da Lei de Delimitação de Competências entre a Administração Central e Local, a revisão da Lei da tutela.»

E mais adiante:

«O PCP entende que o Poder Local precisa de reformas profundas, mas devem ser reformas que levem à descentralização administrativa e financeira, à colegialidade e democrati-

cidade e não no sentido de atentarem contra o direito de os portugueses escolherem os vereadores das suas câmaras municipais e de estas terem uma composição democrática e plural.»

Usando também da palavra, o candidato da CDU à presidência da Câmara de Torres Vedras (que é vereador em exercício e se candidata pela 6.ª vez pela CDU), começou por historiar a vida deste município, que desembocaria numa maioria PS crescentemente inoperante. E fez o contrasté: «Podem afirmar com justificado orgulho que os sectores que estão à minha responsabilidade, na qualidade de vereador da CDU, apresentam panoramas bem diferentes». E entre os vários exemplos

que Manuel Fernandes deu, destacamos o dos Serviços Municipalizados, «em que a gestão administrativa e financeira é da nossa responsabilidade. Aí basta ouvir as afirmações dos comerciantes da cidade e outros fornecedores municipais para se ficar com uma ideia clara das diferenças na gestão deste órgão do município, comparando-o com a Câmara. Não há comerciantes a recusar requisições dos Serviços Municipalizados e, em contrapartida, são muitos e muitos os que recusam as da Câmara Municipal, e isto porque ao fornecer à Câmara não sabem quantos meses ou mesmo quantos anos demora a ser pago esse fornecimento.»

Quanto à candidata da

CDU à presidência da Assembleia Municipal de Torres Vedras, Maria da Conceição Coelho Carichas, explicou com clareza as razões que a levaram a encabeçar, como independente, a lista da CDU:

«É porque acredito na harmonia entre as ideias, as palavras e as acções e porque encontrei na CDU precisamente um espírito de abertura que começa por colocar um independente como cabeça de lista à Assembleia Municipal.

«Encontrei condições para potenciar a solidariedade para com os outros, a justiça como meio de esbater desigualdades, a competência como factor de trabalho e de colaboração para uma vivência em comum.

«Penso ainda ser fundamental aumentar o número de eleitos pela CDU em Torres Vedras para impedir o que se verifica neste momento: maioria absoluta na Câmara e na Assembleia. Em meu entender — acrescentou — as maiorias absolutas, em qualquer espaço político, podem levar a confundir democracia participada com democracia musculada, ou autoridade com autoritarismo.»



## PODER LOCAL

«Com Lisboa»

# Nova coligação a mesma dinâmica

No passado dia 12, foi assinado um importante acordo que permitirá a coligação do PS, PCP e PEV, com extensão ao PSR e UDP, que se apresentará às eleições autárquicas a gerir o município de Lisboa no próximo mandato. A Coligação chamar-se-á «Com Lisboa» e os partidos signatários estiveram representados por **Jorge Sampaio** e **João Soares**, do PS, **Luís Sá** e **João Amaral**, do PCP, **Isabel Castro**, dos Verdes (PEV), **Luís Fazenda**, da UDP, e **Alfredo Frade**, do PSR. Esteve também presente no acto o mandatário da Coligação «Com Lisboa», **Gomes Mota**.

A Coligação usará a denominação «Com Lisboa», a sigla **PS/PCP/PEV/PSR/UDP** e um símbolo composto a partir dos símbolos dos Partidos coligados. O candidato da coligação «Com Lisboa» à Presidência da Câmara será **Jorge Sampaio**, do PS, e o primeiro candidato à Assembleia Municipal será **João**

**Amaral**, do PCP, que assim se recandidatam aos lugares que já ocupam no município lisboeta.

## Princípios gerais

No acto da assinatura, foram definidos quatro princí-

pios gerais, que passamos a transcrever:

– **Autonomia e Convergência** – Os Partidos integrantes da Coligação e o candidato à Presidência da Câmara **Jorge Sampaio**, sem prejuízo da autonomia e capacidade de iniciativa próprias, de uns e de outro, empenhar-se-ão de forma convergente para o êxito eleitoral nas autárquicas de 1993 no Município de Lisboa.

– **Diálogo e maximização do consenso** – Fiéis à experiência adquirida, os Partidos integrantes da Coligação continuarão a praticar o diálogo como forma de superar as eventuais questões surgidas no desenvolvimento da sua acção política, visando o sucesso eleitoral no Município de Lisboa, através da procura de soluções maximizadas dos consensos necessários.

– **Abertura e Participação** – Todos os componentes deste processo esforçar-se-ão para a criação de uma dinâmica política em que a abertura a cidadãos independentes e a participação destes na campanha eleitoral permita o efectivo alargamento do apoio à candidatura, ultrapassando as fronteiras partidá-



rias. É a gestão da Cidade que o exige e recomenda.

– **Trabalho em Equipa com relevo para as ideias e o projecto para Lisboa** – Em todas as estruturas da Coligação, entre todos os eleitos, o trabalho em equipa e o acento tónico nas ideias e no projecto para Lisboa deverá ser uma preocupação permanente.

Sem prejuízo do programa da Coligação, a elaborar em tempo oportuno, os Partidos signatários, «na linha da acção desenvolvida no decurso do actual mandato e do seu aprofundamento e adaptação a uma realidade em permanente evolução», definiram igualmente um conjunto de «Princípios programáticos orientadores da acção futura da Coligação»,

subordinados às seguintes definições:

1 – Uma Câmara Aberta: uma gestão participada; 2 – Melhoria da qualidade de vida urbana; 3 – Aprofundamento e valorização da Democracia Urbana e reforço da Cidadania; 4 – Reorganização político-administrativa; 5 – Capitalidade; 6 – A dimensão metropolitana.

## Distribuição de lugares

A lista para a Câmara Municipal é, como já dissemos, encabeçada por **Jorge Sampaio**, seguido de um candidato do PCP, **Rui Godinho**.

Os socialistas designam, numa lista de 17 candidatos,

oito nomes (o primeiro, terceiro, quinto, sétimo, nono, décimo, décimo terceiro e décimo quinto), o PCP indica sete nomes (segundo, quarto, sexto, oitavo, décimo primeiro, décimo quarto e décimo sétimo) e o PEV, dois (décimo segundo e décimo sexto).

Os suplentes serão distribuídos alternadamente entre o PS e o PCP, sendo no entanto o primeiro suplente da UDP.

A lista de 33 candidatos à Assembleia Municipal é encabeçada pelo PCP (**João Amaral**) que indica mais dez nomes. O PS designa 13 candidatos, o PEV três, tantos como a UDP e o PSR.

A atribuição dos cabeças de lista da coligação nas 53 freguesias de Lisboa é a seguinte: PS, 27, PCP, 26.

## Em abaixo-assinado Mais de 100 personalidades dão apoio à CDU

Está a ter grande aceitação um abaixo-assinado de apoio às candidaturas da CDU, na esteira, aliás, de muitas dezenas de personalidades que encabeçam o documento, assinalando que «o carácter democrático e participado da gestão da CDU, o valor da obra realizada em benefício das populações, o trabalho, competência e honestidade que lhe são reconhecidos merecem a nossa confiança.»

São os seguintes, esses cidadãos que encabeçam o abaixo-assinado:

Agostinho Santos Silva; Aguiñaldo Cabral; Alberto Villaverde Cabral; Alcina Bastos; Álvaro Luz e Silva; Álvaro Salazar; Américo Nunes; António Avelãs; António Borges Coelho; António Galhordas; António Celorico Moreira; António Santos Gonçalves; Armando Caldas; Armando Pereira da Silva; Arménio Carlos Porto; Arnaldo Pereira; Artur Geraldes; Blasco Hugo Fernandes; Cândido Mota; Carla Isabel Infante; Carlos do Carmo; Carlos Gonçalves; Carlos Mamede; Carlos Mamede; Carlos Paredes; Carlos; Costa Dias; Duarte Vidal; Dulce Rebelo; Eduardo Chitas; Eduardo Moradas Ferreira; Eduardo Neves; Ernesto Melo e Castro; Fernando Fontinha; Fernando Lima; Fernando Lopes Graça; Florival Lança; Francisco Keil do Amaral; Frederico Mirão; Gilberto Lindim Ramos; Helena Seródio; Herberto Goulart; Inês Fontinha; Irene Cruz; Janita Salomé; João Arsénio Nunes; João Corredor da Fonseca; João Cunha Serra; Jorge Peixinho; José Álvaro de Moraes; José Barata Moura; José Ernesto Cartaxo; José Felicidade Alves; José Garibaldi; José Moraes e Castro; José Paulo Gascão; José Peixoto; José Saramago; José Sucena; Leonor Moniz Pereira; Leonor Ribeiro; Leopoldo de Almeida; Levy Baptista; Linda Silva; Luís de Azevedo; Luís Monteiro Baptista; Luís Pignatelli; Luís Ralha; Luísa Basto; Luísa Irene Dias Amado; Luiz Francisco Rebelo; Magda Cardoso; Manuel Carvalho da Silva; Manuel Costa e Silva; Manuel Gusmão; Manuel Iglésias; Manuel Lopes; Maria da Graça Fernandes; Maria do Carmo Tavares; Maria Emília Galhordas; Maria Guinot; Maria Manuela Esteves; Mário Carvalho; Mário Neves; Mário Ventura Henriques; Martins Alves; Melo Carvalho; Miguel Sucena; Octávio Espírito Santo; Orlando Leitão; Pedro Graça; Raul Castro; Rogério Fernandes; Rogério Ribeiro; Rosa Coutinho (Almirante); Rui Costa Pinhão; Rui Mendes; Rui Narciso; Rui Paixão; Salvado Sampaio; Samuel; Sérgio Carvalhão Duarte; Silva Dias; Stella Piteira Santos; Teresa Villaverde; Ulisses Garrido; Ulpiano do Nascimento; Vasco Gonçalves (General); Vasco Granja; Vasco Pimentel; Virgílio Domingues; Virgílio Martinho; Vítor Gonçalves; Vítor Sá; Vitorino; Zilda Carvalho.

## Declaração de Luís Sá Experiência mostrou a fecundidade do trabalho conjunto

Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP e responsável do Partido pelo sector das Autarquias, foi o signatário do acordo para a Coligação «Com Lisboa», proferindo, na altura, a seguinte declaração:

É com grande satisfação de todos nós que chegamos ao momento de assinatura do acordo que permitirá a coligação do PS, PCP e PEV e a sua extensão ao PSR e UDP, para se apresentar às eleições e gerir o município e freguesias no próximo mandato.

Há diferenças conhecidas e assumidas entre os subscritores deste acordo. Mas prevaleceu sempre entre os partidos negociadores a vontade de entendimento. Prevaleceu a vontade de permitir a continuação de uma experiência que se revelou valiosa para Lisboa, o seu município e as freguesias, em resumo, para todos os que vivem ou trabalham nesta cidade que amamos.

A experiência das últimas eleições em Lisboa comprovou que o entendimento de forças democráticas não só não diminuiu como alargou o apoio político e eleitoral ao conjunto dos partidos coligados. Em situações em que a direita detém a Presidência da Câmara, sem a maioria dos votos, a coligação das forças democráticas confirmou ser a via adequada para conquistar a alternativa e a democracia na gestão autárquica.

Por outro lado, a experiência dos últimos quatro anos, na Câmara Municipal presidida por **Jorge Sampaio**, na Assembleia Municipal sob presidência de **João Amaral**, e nas freguesias, a fecundidade do trabalho conjunto. Mostrou a vantagem da convergência de esforços e de opiniões, abrindo caminho a um novo entendimento da cidade e da sua gestão, dando-lhe um carácter humanista, participado e solidário.

Temos a consciência dos múltiplos e sérios problemas que ainda há para resolver e nunca poderiam ser resolvidos num só mandato, e menos ainda no quadro financeiro que tem sido imposto. Mas também temos a consciência da ex-

tensão e profundidade do trabalho feito e do lançamento seguro das bases e da estratégia de desenvolvimento de Lisboa.

É com natural satisfação que vemos o alargamento da coligação à UDP e PSR e a perspectiva de apoios acrescidos, fora das forças políticas, de personalidades independentes. A satisfação é ainda maior atendendo a que algumas podem ter manifestado dúvidas e reservas no passado. Agora, porém, aderem a este projecto, em face da verificação do trabalho realizado e da abertura e democraticidade com que se concretizou.

Tão importante como o trabalho feito é o trabalho por fazer daqui até às eleições e no próximo mandato. Trabalho que será de qualidade, para fazer de Lisboa uma grande capital em que dê gosto viver e trabalhar. Uma capital que garanta as comodidades que a vida urbana moderna pode tornar possível, mas que combata fenómenos como a marginalidade, a solidão, a miséria e a exclusão social. Capital que queremos do verde e do património cultural, da cultura e do recreio, do desporto e dos jovens. Cidade que queremos das crianças e dos idosos, do bem-estar e do desenvolvimento. Cidade central de uma área metropolitana que queremos equilibrada. Não mais uma cidade que se desertifica à noite, de onde são expulsos para longe os que nela habitam, trabalham e menos têm, que perdeu 150 mil habitantes no último decénio. Cidade capaz de enfrentar grandes desafios como o de ser Capital Europeia da Cultura, em 1994 e sede de uma grande Exposição Universal em 1998. E, sobretudo, cidade de que são donos os que nela moram, trabalham ou a visitam, e que têm o direito de não a ver pasto da ganância de especuladores imobiliários, com zonas e bairros históricos ao abandono e zonas verdes ameaçadas.

Aos nossos parceiros de coligação e à população de Lisboa, o PCP garante o seu empenho profundo e leal neste projecto em que milhares e milhares de lisboetas e portuguesas e portugueses depositaram e depositam tanta esperança.

## Afirma PCP AML precisa de mais dinheiro

No passado domingo, no CT Vitória, em Lisboa, realizou-se um acto público de apresentação de linhas de intervenção e medidas propostas pelo PCP para a Área Metropolitana de Lisboa, estando presentes na iniciativa eleitos municipais e membros dos órgãos metropolitanos. Falaram Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana, e Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Na sua intervenção, Daniel Branco afirmou, a dado passo:

«Tendo-se atingido uma estimativa global de mais 1000 milhões de contos de investimento a promover nas áreas consideradas prioritárias para qualificar a AML do fim do século, tivemos já oportunidade de dizer que tal quantitativo não nos surpreendeu, tal a dimensão do trabalho que temos pela frente.

«Podemos, contudo, afirmar que acreditamos ser possível mobilizar para o forte investimento de que carecemos, no prazo referido, verbas significativas que prevemos possam rondar os 75% daquele montante.

«Começando pelos apoios comunitários, estimando-se em mais de 450 milhões de contos o total do Fundo de Coesão a canalizar para Portugal, não será exagerado prever que possam ser aplicados na AML na ordem de 50 milhões de contos.

«No próximo Quadro Comunitário de Apoio, que se prolongará por 6 anos (de 1994 a 1999) não será excessivo pensar em verba da ordem dos 200 milhões de contos para a AML (considerando os programas sectoriais da Administração Central em projectos de índole metropolitana e os projectos que ficarão a cargo da Área Metropolitana e dos Municípios).

«Relativamente à EXPO 98 e considerando apenas os investimentos que a sua realização irá provocar em aspectos exteriores à própria Exposição mas essenciais ao seu funcionamento, como sejam os transportes (Metro e CP designadamente) e as acessibilidades rodoviárias, é de prever que tenham que ser considerados, no mínimo, 20 milhões de contos.

E acrescentou, mais adiante:

«Relativamente ao investimento dos Municípios, assumindo que a exigência nacional de reforçar as Finanças Locais terá que contemplar de modo particular as áreas metropolitanas dada a enorme concentração de problemas que acompanha a concentração urbana, prevê-se que no conjunto dos 18 Municípios seja possível investir cerca de 20 milhões de contos por ano em áreas que não sejam abrangidas pelos apoios comunitários, o que significará o total de 120 milhões de contos nos 6 anos em causa.»

Carlos Carvalhas pôs o acento da sua intervenção nos problemas a resolver, afirmando:

«A melhoria da qualidade de vida e a superação dos principais problemas da AML exige uma política económica, financeira e social radicalmente diferente e que se invertam os factores que estiveram na sua origem, designadamente o crescimento desordenado do País, com a permanente litoralização da população. A ausência de regiões administrativas e o progressivo desinvestimento da Administração Central que decorre da política de desresponsabilização social do Governo têm importante influência neste estado de coisas.

«Enquanto o PSD impõe a criação de uma comissão parlamentar para o ordenamento administrativo, que é redundante e é mais um pretexto para adiar a regionalização, o PCP pronuncia-se firmemente pela urgente criação das regiões administrativas. Pronuncia-se, igualmente, pela atribuição de poderes efectivos e reforço dos meios de actuação da instituição metropolitana e recorda a sua proposta de eleição directa, com a participação dos cidadãos, dos órgãos metropolitanos. Declara, simultaneamente, que não se podem eximir de responsabilidades pela situação criada na AML aqueles que, de alguma forma, nos últimos 17 anos contribuíram para manter bloqueado o processo de regionalização. Dar qualidade e funcionalidade à vida na AML exige determinação política e a afectação de meios indispensáveis.»

E mais adiante:

«Dados recentes revelados pela Junta Metropolitana de Lisboa, e sustentados num levantamento sério e rigoroso, evidenciam a necessidade de investimentos na área metropolitana de cerca de 1020 milhões de contos.

«Números que não surpreendem todos quantos conhecem a situação na AML. Mesmo que não se revelem totalmente disponíveis no horizonte do próximo quadriénio, reflectem um levantamento que constitui um importante referencial e um instrumento para uma mais ajustada definição de prioridades e um melhor aproveitamento dos recursos a afectar. O PCP e a CDU empenhar-se-ão totalmente, nas autarquias, na Junta Metropolitana, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu no sentido de obter o montante para investimentos que constam deste programa, assegurando as fontes de financiamento que foram referidas.»

## PODER LOCAL

### Almada

# «Nesta margem de alegria»

Realizou-se, no passado dia 30 de Abril, a apresentação pública dos cabeças de lista da CDU e outros candidatos aos Órgãos Autárquicos do Concelho de Almada, no átrio da sala de cinema da Academia Almadense. Nesta Margem de Alegria, o hino composto por Nuno Gomes dos Santos para a CDU-Almada e, também ele apresentado nesta iniciativa, deu a nota de abertura, pondo os mais de 300 participantes a cantá-lo em uníssono.

Depois de António Medeiros, ex-Presidente do Conselho Administrativo dos SMAS ter feito a apresentação da mesa, Jorge Pires, da Direcção Regional e do Comité Central do PCP, interveio referindo todo o trabalho que tem sido realizado e que se perspectiva no sentido da preparação das listas da CDU aos órgãos autárquicos do Concelho, seguindo-se Manuela Pinto Ângelo, do Executivo da C. Concelhia de Almada do PCP, que passou à apresentação dos candidatos, onde destacou os cabeças de lista para a Câmara e Assembleia Municipal, respectivamente Maria Emília de Sousa e José Manuel Maia.

A lista apresentada para a vereação não trouxe grandes novidades em termos de nomes, excepção feita para o n.º 2 – José Lourenço, um jovem economista de 35 anos, actual presidente da Assembleia de Freguesia da Trafaria. A lista seguiu-se baseada na actual Vereação – António Matos, Maria de Fátima Mourinho, José Luís

Leitão e Henrique Carreiras.

A lista dos efectivos, apresentada para a Assembleia Municipal, mereceu uma ressalva – nela ainda não estão incluídos os nomes de elementos do PRD e UDP, partidos com quem a CDU está em fase de discussão no sentido de se chegar a acordos eleitorais que possibilitem a inclusão de membros destes partidos nas suas listas.

Em relação aos cabeças de lista para as Freguesias, foi apontada a necessidade de renovação, mantendo-se apenas 3 dos actuais 7 presidentes da CDU, sendo a lista apresentada a seguinte: Almada – Emília Lúcia; C. Piedade – António Belo; Laranjeiro – Cremildo Posante; Charneca – Vítor

Reis; Costa – José Carradinhas; Caparica – Bento Rações; Sobreira – Higinio Santos; Trafaria – Elpidio Santos; Pragal – Carlos Mourinho; Cacilhas – Álvaro Maurício.

Foi ainda destacado que todos os actuais presidentes de Junta eleitos que saem, se manterão, de uma ou de outra forma, ligados às actividades autárquicas.

As intervenções prosseguiram com António Belo, que interveio em nome dos

Câmara Municipal de Almada – Maria Emília de Sousa, que destacou o amplo trabalho realizado pelos eleitos da CDU no actual mandato, motivo que considerou suficiente para justificar o optimismo e confiança com que se avança para a próxima batalha eleitoral.

A terminar esta iniciativa, fez-se ouvir novamente e em vários encores o hino da CDU-Almada – Nesta Margem de Alegria, canção cuja



candidatos às Freguesias, e José Manuel Maia, que destacou a importância do reforço da intervenção dos órgãos deliberativos, nomeadamente a Assembleia Municipal.

A Intervenção final coube à actual presidente da

letra, como a própria presidente da Câmara sublinhou, «dispensaria todas as intervenções, pois nada melhor que a poesia para afirmar o grande trabalho feito, com e para a população neste grande e belo Concelho, que é Almada».

### Espinho

# «Sem temer o julgamento»

A Comissão Coordenadora de Espinho da CDU, através de um encontro com a Comunicação Social, apresentou os candidatos que irão ocupar os primeiros lugares das listas da CDU à Câmara e à Assembleia Municipal nas eleições autárquicas do final do ano. Encabeça a lista concorrente à Câmara Municipal o eng. Alfredo Casal Ribeiro, e à lista concorrente à Assembleia Municipal o dr. Jorge Carvalho.

Está também definido o segundo candidato da lista da Câmara Municipal, que será o dr. António Teixeira Lopes.

Com a apresentação destes candidatos concluiu-se a primeira fase de preparação das listas da CDU, iniciada em Fevereiro. Uma fase que consistiu na realização de várias reuniões da Coligação e das forças que a integram, com o objectivo de escolher os cabeça-de-lista. Dezenas de activistas da CDU do concelho de Espinho estiveram neste processo de discussão, que se revelou «sereno, franco, responsável e participado – visando encontrar as melhores soluções para a CDU e para o Concelho», afirmou-se na referida iniciativa, acrescentando-se:

«Estamos convictos de que o processo de definição dos res-

tantes candidatos da CDU – nomeadamente dos candidatos nas freguesias – irá decorrer do mesmo modo.»

Entretanto, no passado dia 12 de Março, em nota então difundida, esta Comissão Coordenadora concluiu que o trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU «se tem pautado por elevada qualidade das suas propostas pela firmeza nas questões essenciais, pela fidelidade aos valores da solidariedade e do progresso social».

Na mesma ocasião concluiu-se que a intervenção da CDU «tem correspondido aos interesses da maioria da população do Concelho e à confiança de todos os que lhe deram o seu voto». E sublinhou-se:

«Estamos certos de que, perante uma gestão municipal conduzida de forma absolutamente desastrosa pelo PSD e com a conivência e/ou passividade de eleitos do PS, é mérito da CDU e dos seus eleitos o ter impedido um descalabro ainda maior.

«Por tais razões, a CDU pode apresentar-se à população do Concelho sem temer o seu julgamento. Sem ter que mudar de candidatos como quem troca de camisa.»

## Prioridades em Ílhavo

Em plenário concelhio, a CDU discutiu e aprovou por unanimidade os cabeças de lista da Coligação à Câmara e à Assembleia Municipal de Ílhavo, bem como os objectivos eleitorais da CDU para as próximas eleições autárquicas.

Dados biográficos do candidato da CDU à Câmara Municipal de Ílhavo:

José Alberto Ramos Loureiro, membro da Comissão Concelhia do PCP, de 53

anos, técnico de vendas, natural e residente na Gafanha da Nazaré, é membro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e foi vereador da Câmara Municipal e membro da Assembleia Municipal de Ílhavo. Foi candidato da CDU à Assembleia da República.

Dados biográficos do cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Ílhavo:

Jorge Manuel da Rocha

São Marcos, independente de 35 anos, natural e residente em Ílhavo, licenciado e mestrado em Economia, licenciado em Educação Física e Desporto, é docente no ISCA (Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro) e na Escola Agrícola de Vagos, e membro da Assembleia Municipal de Ílhavo.

O Plenário da CDU estabeleceu os seguintes objectivos eleitorais possíveis e

necessários para a resolução de muitos dos problemas das populações e para o desenvolvimento do concelho:

— A eleição de um vereador para a Câmara Municipal.

— O reforço do número de eleitos da CDU para a Assembleia Municipal.

— Ganhar a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré.

— A eleição de candidatos da CDU para as restantes Assembleias de Freguesia do Concelho.

## PODER LOCAL

## Em sessão com Luís Sá Mértola define candidatos

Paulo Neto será o cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária para a Câmara Municipal de Mértola, nas próximas eleições autárquicas. O anúncio foi feito no passado sábado, dia 15, durante um encontro da CDU realizado em Mértola, que contou com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do Partido Comunista Português.

Na mesma ocasião, foi também anunciado que Fernando Rosa, o actual presidente eleito da CDU, vai encabeçar a lista para a Assembleia Municipal. Para a freguesia de Corte do Pinto, a CDU apresentará Manuel Rosa, devendo os nomes de outros candidatos

ser divulgados no próximo mês.

O candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Mértola, Paulo Neto, tem 34 anos e é natural de Corte Gafo, no concelho de Mértola. Trabalhador camarário, é militante do PCP desde 1974, sendo actualmente membro da DORBE, coordenador da CDU em Mértola, e, ainda, membro da direcção local do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.

Durante o encontro do passado dia 15, no Centro de Trabalho do PCP em Mértola, no qual participaram dezenas de activistas, foi feito o balanço do trabalho

autárquico ao longo do actual mandato. Fernando Rosa, o presidente do município, considerou que, no essencial, foi cumprido o plano apresentado aos eleitores, nas últimas autárquicas e deu exemplos do bom trabalho da CDU em Mértola; a rede de esgotos e de abastecimento de água, quase terminada, os equipamentos sociais e culturais como a biblioteca municipal, já a funcionar, o pavilhão gímnico-desportivo, a inaugurar em Junho, o lar da terceira idade, a concluir até ao final do ano, a nova Escola Secundária, o novo quartel dos bombeiros, a começar ainda em 1993, o apoio às colectividades populares, a

venda de lotes para construção a preços simbólicos, ou o alargamento e a melhoria da rede viária.

Falando no final do encontro, Luís Sá elogiou o trabalho levado a cabo pelas autarquias da CDU em Mértola, considerando que o concelho está profundamente transformado, apesar das insuficiências no domínio do desenvolvimento económico, da responsabilidade do governo central. Face à obra realizada e ao prestígio dos candidatos, à sua honestidade e ligação com as populações, o dirigente comunista manifestou a sua convicção numa nova vitória da CDU nas eleições autárquicas deste ano.

## CDU em Santo Tirso Há que retirar maioria ao PS

Atanagildo Augusto Martins Lobo, advogado, membro da Assembleia Municipal e da Comissão Concelhia do PCP, é o candidato da CDU à presidência da Câmara de Santo Tirso, enquanto Miguel Renato Martins O. Monteiro, bancário e igualmente membro desta Concelhia do PCP, encabeça a lista à Assembleia Municipal.

Na sessão pública de apresentação das candidaturas da CDU, Atanagildo Lobo usou da palavra e afirmou, a dado passo:

«Podemos considerar o Poder Local, consignado na Constituição da República, como uma das principais conquistas do 25 de Abril. Lembremo-nos bem do que era o município de Santo Tirso em Março de 74 e o que ele é hoje, após todas as transformações

continuam a ser características fundamentais da câmara PS a falta de transparência, de espírito de diálogo, de rigor, e principalmente a falta de uma criteriosa e correcta definição de prioridades. E assim ao longo destes anos damos-nos conta que a Câmara de Santo Tirso promete mas não cumpre. Programa obras mas não as executa. Continuamos com profundas e clamorosas carências a nível de saneamento básico e da distribuição da água ao domicílio, da promoção turística, da política cultural, da rede viária...»

E a terminar, afirmou: «Em boa verdade se diga que a solução destes e outros problemas passa por alterações e alterações profundas no campo político. O desaparecimento da maioria absoluta que o PS detém no executivo

## Gondomar continua à espera

«Dezanove anos após o 25 de Abril, Gondomar continua a ser um Concelho economicamente deprimido, com enormes carências de infra-estruturas básicas», afirmou-se na conferência de imprensa realizada nesta cidade para anunciar as candidaturas da CDU aos dois principais órgãos autárquicos do Concelho.

Armando Teixeira Pimenta é o candidato da CDU à presidência deste município.

Natural da Vila de Valbom onde reside, tem 51 anos, e exerce a profissão de Delegado de Propaganda Médica.

Foi vereador durante 3 mandatos, tendo sido responsável pelo Pelouro da Higiene e Limpeza de 1986 a 1988.

Pertenceu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar após o 25 de Abril, e foi vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar, durante vários mandatos, e do Conselho Administrativo da LIPOR. Actualmente é membro da Assembleia Municipal de Gondomar e da Assembleia Metropolitana da AMP.

É membro do Conselho Regional da ORP e da Comissão Concelhia de Gondomar do PCP.

António Luís Pimenta Dias encabeça a lista para a Assembleia Municipal. Exerce funções de vereador desde meados de 1986, tendo sido responsável pelo Pelouro do Turismo de 1987 a 1988. Desde o início do actual mandato é res-

ponsável pelo Pelouro da Higiene e Limpeza e Jardins.

É membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Gondomar e da Assembleia Intermunicipal da LIPOR, e também da DORP e da Comissão Concelhia de Gondomar do PCP.

Na conferência de imprensa onde se tornaram públicas as listas da CDU para o Concelho de Gondomar, afirmou-se:

«Com a indicação destes prestigiados homens — firmes nos princípios e conhecedores dos problemas do Concelho — para cabeças de lista, e com os restantes candidatos que oportunamente serão divulgados, a CDU pretende, com o apoio dos gondomarenses, construir uma alternativa política

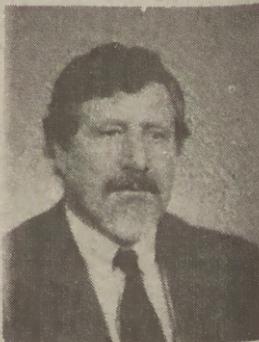
ca e eleitoral que garanta o desenvolvimento de Gondomar, face à incompetência e ao servilismo do PSD, e à incapacidade do PS em encontrar as melhores soluções para as muitas e graves carências existentes, que colocam o nosso município na cauda dos concelhos que integram a Área Metropolitana do Porto, no que respeita à qualidade de vida e desenvolvimento económico.»

E acrescentou-se:

«A CDU, como força política responsável e interventiva — com obra feita em Gondomar — vai também apresentar candidaturas a todas as Freguesias, com a certeza de que, com trabalho, honestidade e competência, as mulheres e homens que as venham a integrar serão aqueles que darão mais garantias para projectar e concretizar o desenvolvimento de Gondomar e proporcionar mais bem-estar a todos os gondomarenses.»



Atanagildo Augusto Martins Lobo, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Santo Tirso



Miguel Renato Martins O. Monteiro, cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Santo Tirso

sofridas, só possíveis graças à Revolução dos Cravos. É verdade que se fizeram coisas mal feitas. Que se seguiram critérios errados. É verdade que existem muitas insuficiências. Mas a culpa disto não poderá ser imputada ao 25 de Abril. Mas sim às diversas gestões autárquicas que têm passado pelo poder do nosso município nestes anos. E, por muito que nos custe afirmar, tais responsabilidades recairão, sobretudo, nas gestões socialistas dos últimos tempos. E isto porque

camarário, a eleição de um vereador da CDU, o reforço e eleição de mais membros da CDU nas assembleias de freguesia e na assembleia municipal, o incentivar dos cidadãos, dos munícipes, para que intervenham mais uma resolução dos problemas locais e a sua participação efectiva são condições fundamentais e decisivas para a mudança política e para o solucionar concreto das necessidades acima descritas e que nos afligem a todos.»

## De Ourique à Covilhã

Realizou-se no dia 15 de Maio, na Barragem do Monte da Rocha (Panóias) uma Festa-Convívio (Festa do Futuro) promovida pela Comissão Coordenadora da CDU do Concelho de Ourique, que contou com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, e José Filipe, candidato da CDU à Câmara Municipal de Ourique e membro da Direcção da Organização Regional de Beja do PCP.

Nesta iniciativa foram anunciados os cabeças de lista da CDU, aos seguintes órgãos autárquicos:

**Assembleia Municipal de Ourique** — José Joaquim Gonçalves André, 54 anos, jornalista, membro do MDP/CDE, foi presidente da mesa da Assembleia Municipal no mandato 82/85, actualmente eleito na Assembleia Municipal de Ourique.

**Assembleia de Freguesia de Ourique** — Joaquim Emília Marques, 58 anos, motorista, actual presidente da Junta de Freguesia de Ourique, membro da Direcção da Associação de Caçadores do Concelho de Ourique e da Comissão Concelhia de Ourique do PCP.

**Assembleia de Freguesia de Garvão** — José Alberto, 50 anos, chefe da estação da CP, actual secretário da Junta de Freguesia de Garvão, membro do Partido Comunista Português e da Direcção do Centro Recreativo e Cultural de Garvão.

**Assembleia de Freguesia de Panóias** — Joaquim Eduardo da Silva Leocádio, 27

anos, comerciante, independente, actual presidente da Junta de Freguesia de Panóias.

**Assembleia de Freguesia de Santana da Serra** — Casimiro José Valério, 39 anos, comerciante, independente.

Entretanto, na Covilhã, realizou-se um jantar CDU, no salão do CT do Partido, com a participação de 100 pessoas, e a presença de muitos independentes, mulheres e jovens, tendo sido apresentados os seguintes cabeças de lista:

— à Câmara Municipal, Isaura Machado Reis, professora, actual vereadora da Câmara da Covilhã. (Também foi apresentado o 2.º da lista para a Câmara, João Prata, economista, militante do PCP);

— à Assembleia Municipal, Luís Pereira Garra, operário têxtil, dirigente sindical, membro da A. Municipal;

— à Freguesia do Paúl, Vítor Reis Silva, professor, actual presidente desta Freguesia (CDU);

— à Freguesia das Cortes do Meio, José Armando dos Reis, professor, actual presidente desta Freguesia (CDU);

— à Freguesia de Vila de Carvalho, Fernando Melo, operário têxtil, independente, actual presidente desta freguesia (CDU);

— à Freguesia urbana de São Martinho, Manuel Gomes, operário têxtil, independente, actual tesoureiro desta freguesia.



Almoço-convívio em Agualva-Cacém

Num almoço-convívio promovido pela CDU na Freguesia de Agualva-Cacém, Concelho de Sintra, no passado sábado, foram apresentados alguns camaradas que vão integrar as listas da Coligação Democrática Unitária para esta autarquia, nas próximas eleições, nomeadamente o candidato à presidência da Junta, Hipólito Santos. A iniciativa foi muito concorrida e animada, tendo estado presente o dirigente do PCP, José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central, que usou da palavra, juntamente com o actual vereador da CDU na Câmara Municipal de Sintra, Jaime da Mata.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Jornadas Parlamentares do PCP Intervir em toda a linha em defesa dos trabalhadores e do País

O prosseguimento de uma oposição firme à política do PSD, inserindo neste eixo de acção um plano de propostas e medidas legislativas capazes de consubstanciar uma profunda alteração no curso da actuação governativa, constitui a linha mestra da intervenção do Grupo Parlamentar do PCP até ao final da presente sessão legislativa.

Apurada nas suas Jornadas Parlamentares, realizadas segunda e terça-feira em Setúbal, esta orientação teve desde já expressão no anúncio de três iniciativas legislativas, a saber: uma interpelação ao Governo, a realizar em Junho próximo, centrada na problemática dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e na transparência da vida política; um pedido de debate com carácter de urgência sobre o sentido e a orientação da política monetária e cambial; e no agendamento de um projecto de lei da sua autoria rela-

tivo à Lei de Bases da Política Agrária.

Com estas iniciativas, a formação comunista confere assim conteúdo prático a uma acção que tem como alvo preferencial o combate a uma crise económica e social cuja responsabilidade não hesita em imputar ao Governo PSD de Cavaco Silva.

Este foi, de resto, um dos temas que concitou a atenção dos deputados comunistas, apostados, no decorrer das Jornadas, em proceder simultaneamente à avaliação do grau de capacidade de iniciativa e de resposta política do Grupo nos últimos sete meses, bem como à actividade global do Parlamento.

Neste domínio, como salientou Carlos Carvalhas, para além de outros tipos de iniciativas, o Grupo Parlamentar do PCP é inegavelmente o que mais projectos de lei apresentou neste período, "confrontando o Governo com propostas e medidas concretas que

visam o desenvolvimento económico, a justiça social e a melhoria das condições de vida dos portugueses".

Um objectivo que está de novo subjacente à referida interpelação ao Governo, anunciada num momento em que se acentua a degradação da democracia, não apenas nos planos social e cultural, como é o caso, por exemplo, da negação do carácter universal do direito à saúde ou do direito ao ensino, mas muito particularmente, como sublinham as conclusões das Jornadas, da "degradação da democracia política em diferentes e determinantes componentes".

São disso exemplo, de acordo com o levantamento feito pelos deputados comunistas, os ataques à liberdade de informação, a crescente policialização da vida nacional e as actividades ilegais dos serviços de informações, o clima de intimidação sobre activistas sindicais e de comissões de

trabalhadores, tudo isto num pano de fundo caracterizado pelo "crescente secretismo e falta de transparência" nas acções do Governo e da administração pública.

Verberada no decorrer das Jornadas foi ainda a "política irresponsável do Executivo de querer manter um escudo «caro» com uma economia cada vez mais fragilizada", facto este que foi apontado como tendo consequências desastrosas para a economia nacional e para a sua competitividade interna e externa".

Atenção particular mereceu também a situação no domínio da agricultura, hoje afectada por uma profunda crise no essencial caracterizada, segundo o relato feito no decorrer dos trabalhos, pela quebra do rendimento dos agricultores, pela diminuição do produto agrícola nos últimos três anos e pelos crescentes fenómenos de corrupção e tráfico de influências.

## Carlos Carvalhas Urge uma nova política

Críticas muito duras ao Governo por uma política económica e social que conduziu ao agravamento dos problemas do povo e do País marcaram o discurso do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares. O PS não foi esquecido e, confrontando-o com as suas responsabilidades, Carlos Carvalhas lembrou a propósito que "não basta condenar as consequências quando se absolve ou se é cúmplice das causas que as produziram".

Para o dirigente comunista, o agravamento das dificuldades e problemas constitui, só por si, um desmentido "das doses maciças de propaganda sobre os êxitos do Governo e sobre a «democracia de sucesso»". A lembrá-lo, enumerou, estão ainda a redução do poder de compra dos salários, os privilégios às actividades especulativas e parasitárias penalizando a actividade produtiva, a concentração da riqueza e o aumento brutal do desemprego, a crescente precarização do emprego, a perda de direitos e regalias sociais e o acentuar das desigualdades.

Uma política que tem encontrado no PCP um firme opositor, como assinalou o dirigente comunista, ao recordar as propostas do Partido, tanto no plano macroeconómico como no plano sectorial e social, inseridas numa "posição firme e coerente, que critica e constrói, que denuncia e apresenta alternativas".

"O recente episódio da desvalorização do escudo veio, mais uma vez, dar-nos razão", frisou a este respeito Carlos Carvalhas, acrescentando que o Governo em vez de "retirar as lições que se impõem, continua com o foguetório político a ocultar as causas fundamentais e a prosseguir uma política que mais cedo do que tarde obrigará a um novo realinhamento do escudo".

Ainda sobre o assunto, numa alusão ao discurso de Cavaco Silva pronunciado na véspera nas Jornadas do PSD, Carlos Carvalhas afirmou que em vez de "novas tiradas demagógicas" o Primeiro-Ministro deveria ter informado o País com rigor e transparência sobre quanto se "gastou em divisas nestas últimas semanas para aguentar artificialmente o escudo e a quanto montaram os empréstimos contraídos para o mesmo fim".

Pondo em evidência a dimensão da recessão que atinge a economia nacional, o dirigente do PCP chamou a atenção para a evolução negativa nos últimos 11 trimestres da produção agrícola e piscatória, para as evoluções negativas registadas há oito trimestres para a produção industrial, e para a queda acentuada da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), passando de 4,1 % em 1990 para 2,1 % em 1991 e 1,1 % em 1992.

"Esta crise que se vem acentuando e que se tem prolongado nos sectores directamente produtivos - alertou Carlos Carvalhas - tende a provocar uma importante desestruturação do aparelho produtivo, como o indica o crescimento do número de falências, incluindo de grandes empresas".

## Octávio Teixeira Respeitar os compromissos com os eleitores

As questões económicas e sociais, bem como a problemática das liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, a pouco mais de um mês do final da presente sessão legislativa, continuarão a ser áreas privilegiadas de intervenção da formação comunista no Parlamento. O anúncio foi feito pelo seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, na abertura das Jornadas realizadas segunda e terça-feira passada no salão nobre da Câmara de Setúbal.

Num breve discurso onde inscreveu matérias que viriam a funcionar como pontos de referência para o debate, Octávio Teixeira centrou a sua atenção no modo de intervenção do Governo e da sua maioria, uma actuação que do seu ponto de vista vem sendo marcada pelo acentuar de "práticas hegemónicas de cariz autoritário".

São disso exemplo, referenciou, as marcações da "ordem do dia" do plenário, a generalizada rejeição de iniciativas legislativas das oposições e a aprovação cega e acrítica de todas as propostas governamentais.

A recessão que atinge a economia portuguesa e os seus efeitos na degradação da situação social foi outro dos temas abordados por Octávio Teixeira, que expressou a este respeito a intenção da sua bancada em "denunciar

frontalmente e sem ambiguidades as suas causas e responsabilidades", com a mesma determinação que vai pôr na apresentação e defesa de propostas que travem a recessão e "limitem a incidência dos seus pesados custos sobre os trabalhadores e a generalidade das camadas sociais mais desfavorecidas".

Analisada por Octávio Teixeira foi ainda a questão das liberdades e direitos, uma matéria a que atribuiu grande relevância e em relação à qual manifestou sérias preocupações pelas "restrições e violações" de que têm vindo a ser alvo dezenas de trabalhadores, dando como exemplo os processos disciplinares instaurados na CARRIS ou na TAP.

Sem denúncia não passou ainda o que considerou a "hipocrisia política do Primeiro-Ministro" por se apresentar como preocupado com a transparência, quando, no entender do líder parlamentar comunista, "é público e notório que o seu Governo tem sido fonte objectiva da crescente promiscuidade de interesses políticos e económicos e promotor privilegiado do compadrio político-partidário".

## Uma agenda carregada

Uma intensa actividade vai marcar a actuação do Grupo Parlamentar do PCP nas cerca de cinco semanas que nos separam do final da presente sessão legislativa. De acordo com o calendário aprovado nas Jornadas, para além da interpelação ao Governo, do agendamento do diploma sobre a Lei de Bases da Política Agrícola e da proposta de debate sobre política monetária e cambial, estão ainda inscritas na agenda de trabalhos da formação comunista cinco projectos de lei a apresentar nos próximos dias, alguns deles sobre matérias que vão ao encontro de legítimas preocupações e reivindicações de milhares de trabalhadores.

São nomeadamente os casos de uma iniciativa legislativa que garante a manutenção dos direitos adquiridos a todos os trabalhadores atingidos pela criação unilateral de regimes especiais de trabalho nas suas

empresas, e de uma outra que limita fortemente a possibilidade de as empresas efectuarem despesas confidenciais.

A alteração da lei que regulamenta a actividade dos partidos políticos, num outro plano, constitui outra das iniciativas em preparação, tal como um outro diploma que prevê a imposição da obrigatoriedade de declaração exaustiva de todos os cargos e funções exercidas pelos titulares de cargos políticos e o estabelecimento do livre acesso de qualquer cidadão a essas declarações bem como às declarações de rendimentos.

Nota de realce merece ainda o projecto de alteração da lei eleitoral para as autarquias locais, no que se refere ao limite de despesas autorizado para cada um dos actos eleitorais autárquicos, de acordo com o número de mandatos e o de eleitores inscritos.

## Conhecer melhor para melhor agir

Parte integrante das Jornadas, o amplo programa de visitas e encontros no distrito de Setúbal levado a cabo pelos deputados comunistas, em estreita colaboração com a respectiva Organização Regional do Partido, para além de permitir um aprofundamento do seu conhecimento sobre a região, servirá de base a intervenções futuras no quadro parlamentar visando obter esclarecimento e soluções para os problemas recensados.

Procedimento habitual no desempenho dos seus mandatos, estes contactos dos parlamentares do PCP voltaram assim a revelar-se extremamente profícuos, sobretudo pela oportunidade que proporcionaram de actualizar a informação em relação a um distrito que, como sublinhou Octávio Teixeira, "espelha a actual realidade económica e social do País, realidade essa que é a principal e mais forte testemunha de acusação da falência das políti-

cas económicas e sociais do PSD e de Cavaco Silva".

Cobrimdo um amplo leque de entidades e organizações representativas das forças económicas e sociais do distrito, os deputados comunistas contactaram com a Associação de Municípios, com responsáveis da OID de Setúbal, com Associações de Comerciantes, com a Região de Turismo, com a União de Cooperativas de Habitação, com a União de Sindicatos, com o Hospital Distrital de Setúbal e o Centro Regional de Segurança Social, com o Instituto Politécnico, com a associação de estudantes da Escola Superior de Educação, com a Associação de Agricultores, com o conselho directivo e A.E. da Faculdade de Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, com a administração da Quimiparque, com as ORT's do Complexo da Quimigal, com a administração e ORT's da Lisnave.

PCP

## Álvaro Cunhal no distrito de Setúbal

# Uma jornada de trabalho e de festa!

Visita logo pela manhã ao novo Centro de Trabalho da DORS, em Setúbal, seguida de participação na reunião da Direcção da Organização Regional; almoço-convívio no CT — também recente — de Casebres, promovido pela Organização de Freguesia do PCP; visita ao novo CT de Santiago do Cacém, que inaugura; encontro com agricultores de Alvalade-Sado, na Junta de Freguesia, e inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP. Foi, no passado sábado, a jornada do Presidente do Conselho Nacional do Partido, Álvaro Cunhal. Uma jornada de trabalho e de festa, a mostrar comó o PCP está vivo e activamente empenhado, com os trabalhadores e as populações, a dar uma poderosa contribuição para defender os interesses do povo e tornar possível uma política diferente para o país.

A vitalidade que o PCP demonstra, enraizada nas convicções próprias dos comunistas, na sua ligação com os trabalhadores e com o povo seria abordada, em cada etapa da viagem pelo sul do distrito de Setúbal, pelo camarada Álvaro Cunhal, que deu também conta de como decorreu, no Centro de Trabalho da DORS, a reunião do plenário da Direcção Regional onde foi encontrar os camaradas confiantes e combativos, empenhados nas tarefas políticas, na defesa dos direitos dos trabalhadores e na preparação de um bom resultado nas próximas eleições autárquicas.

### Casebres

Em Casebres, quando chegámos, davam-se os últimos retoques na preparação do almoço-convívio.

Antes da chegada do Presidente do CN do PCP, que viria acompanhado dos camaradas Manuel Sobral, da Comissão Política, e António Casmarrinha, do Executivo da DORS e responsável dos concelhos do Sul do distrito, conversámos sobre a nova realidade que se vive na freguesia. Já lá vai o tempo em que a Cooperativa agrícola de Casebres, com cerca de 4 mil hectares, avançava com a Reforma Agrária e dava trabalho a 260 homens e mulheres. Hoje, outra cooperativa possui 120 hectares apenas, terra comprada pelos cooperantes, que são pouco mais de vinte. O resto das terras, fora algumas centenas de hectares arrendados, está a mato. Os novos — e velhos — latifundiários preferem as reservas de caça e o abandono da Agricultura. Crescem os eucaliptos a cercar a freguesia por todos os lados. As mulheres estão no desemprego, os homens demandaram outras terras, empregados na construção civil, os jovens procuram sair dali, e a freguesia vai morrendo. Mantém-se firme, entre os que ficam, entretanto, o apoio ao Partido Comunista e à CDU.

Demonstração desse apoio foi o próprio almoço-convívio, que reuniu cento e sessenta participantes no vasto salão do CT. Trabalhadores, homens e mulheres, jovens da JCP, reformados — que entretanto se organizaram e

antigo Presidente da Câmara, Maria Joaquina e João Periquito, todos da Comissão Concelhia e, ainda de Ramiro Beja, actual Presidente da CM e de novo candidato pela CDU, e de Sérgio Bento, Presidente da Assembleia Municipal, lembrou em breves palavras a história dos centros de trabalho do PCP depois do 25 de Abril, em Santiago do Cacém. Da Cadeia Velha, transformada em Museu, ao Palácio do Condinho, transformado em Escola Profissional, às novas

adversários já consideram vencedores nas próximas eleições autárquicas», não deixarão por isso de procurar melhorar o trabalho e respeitar os compromissos com as populações.

Por seu lado, Álvaro Cunhal manifestou a satisfação que a jornada proporcionava, dando conta dos novos CT's que fora convidado a inaugurar e a visitar. Inaugurações que «dão que pensar» àqueles que ainda há pouco consideravam que «o PCP estava morto» e que se mostra de pé e confiante, «apesar dos abalos do mundo e, no País, sob a ofensiva contra os interesses nacionais, contra os interesses dos trabalhadores e do povo, contra a democracia política» dirigida pelo Governo PSD.

Detendo-se sobre os vários

senta agricultores, muitos foram os que ficaram cá fora, mas seguiam o encontro-debate com Álvaro Cunhal, que começou com uma crítica ao Governo, que acusou de não ter uma política agrícola. Produz-se menos, perdem-se possibilidades reais e capacidades naturais. Recordando a posição que o PCP teve, contrariando a entrada na CEE por considerar que o país não tinha nem o desenvolvimento nem condições de competir com os produtos agrícolas dos outros países europeus, o dirigente comunista sublinhou que, hoje, os produtores não têm escoamento para os seus produtos, ao mesmo tempo que encarecem os factores de produção e se assiste à invasão, sem medidas de

cultores da região. A Cooperativa que lhes compra os produtos deve-lhes milhares de contos; os adubos e o gasóleo sobem; não têm acesso ao crédito; os preços ao produtor não dão para as despesas. Muitos foram para fora à procura de trabalho, outros conseguiram trabalho de limpezas através da autarquia. Surgiram também exemplos de que a ruína na agricultura vai atingir outros sectores, das oficinas ao comércio.

Salientando que o PCP defende uma política que estabeleça linhas de crédito com taxas bonificadas, créditos bonificados para os jovens e mesmo subsídios em pura perda, o dirigente comunista insistiu no papel da organização e da luta dos agricultores em defesa dos seus interesses e contra a política de ruína do Governo PSD.

Aproximava-se a tarde do fim. Em redor do novo Centro de Trabalho, centenas de pessoas esperavam Álvaro Cunhal, que se deslocou a pé, vindo da Junta de Freguesia e acompanhado por muitos dos que haviam participado no debate, e foi convidado, em breve cerimónia de inauguração, a abrir a porta do Centro de Trabalho, que visitou. Apesar do largo espaço disponível no interior, decorado com gosto, era impossível que o novo CT albergasse toda a gente. Foi cá fora, então, que os discursos se fizeram. Com o camarada Gamito, comovidamente, a anunciar, sob o aplauso dos presentes; que o novo Centro de Trabalho de Alvalade se passa a chamar José Soares Fialho, nome de um destacado militante do PCP que recentemente faleceu.

Mais uma vez, num breve discurso, Álvaro Cunhal falou da alegria desta jornada que confirma a força e a determinação dos comunistas. Uma jornada que acaba em festa.



Convívio em Casebres



Novo CT em Santiago...

constituíram uma associação que conta com mais de uma centena de inscritos, conforme nos contou o camarada Valério António —, conviveram durante o almoço, ouviram uma breve intervenção de Álvaro Cunhal e festejaram depois, tarde fora. Ali, o Presidente do CN do PCP recordou as lutas de resistência do tempo do fascismo, as transformações revolucionárias de Abril que ali em Casebres tiveram uma expressão bem viva.

«Nós, comunistas», disse, «não deixamos fora esse passado de luta e de transformações que foi o 25 de Abril». E sublinhou que os comunistas guardam a experiência de tudo quanto de bom foi então alcançado, não para repetir no futuro, mas para ter em conta na luta de hoje que, como sempre, o PCP trava, com os trabalhadores e o nosso povo, contra os exploradores que de novo se instalaram em Portugal.

### Santiago

Em Santiago, dezenas de camaradas aguardavam, à porta do novo CT, a chegada de Álvaro Cunhal, que visitou as instalações antes da cerimónia de inauguração. O camarada Baguinho, vereador, que se encontrava acompanhado de Sérgio Martins,



... e em Alvalade/Sado

aspectos da ofensiva governamental, o dirigente comunista salientou, por outro lado, as lutas e a resistência que tal ofensiva tem visto opor-se-lhe. Por parte dos trabalhadores, dos agricultores, dos pescadores, mas também de outras camadas sociais, «numa vasta frente social de oposição ao Governo, que vai acentuar-se».

### Alvalade

A sala da Junta de Freguesia, em Alvalade, foi pequena. Lá couberam ses-

protecção por parte do Governo, do mercado nacional com produtos estrangeiros mais baratos.

Álvaro Cunhal, que lembrou ter o PCP avançado propostas, nomeadamente na Assembleia da República, a fim de melhorar a situação da agricultura e dos agricultores, sublinhou a importância das lutas destes no sentido de levar o Governo a recuar.

Durante o debate que se seguiu, inúmeras queixas dos presentes mostraram como a situação é preocupante e grave para os agri-

## Sector Intelectual do Porto

O papel dos intelectuais na sociedade, em particular dos comunistas, e as exigências de natureza ideológica do actual momento estiveram no centro das atenções da 2ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, que decor-

reu, no sábado passado, no Auditório da Reitoria da Universidade daquela cidade.

A aprovação de um manifesto, de recomendações para a organização do trabalho e sobre a actividade do Sector e a eleição do Organismo de Direcção culmina-

ram o conjunto de intervenções realizadas durante os trabalhos, no final dos quais tomou a palavra o camarada Vítor Dias, da Comissão Política do Partido.

«Aos intelectuais cabe um importante e decisivo papel pela influência que exercem

na Cultura, na comunicação do saber, na investigação científica, no funcionamento da economia, na orientação do desenvolvimento, na informação, na administração da Justiça. A eles cabe, por isso, uma grande responsabilidade em defender a dimensão ética na vida social e política», refere o manifesto saído da Assembleia, para afirmar, mais adiante, que àqueles que são comunistas «cabe a acrescida responsabilidade de, tendo a concepção de que radica na natureza exploradora e agressiva do capitalismo a causa das causas de muitas injustiças, sofrimentos, de degradação da vida humana, contribuir para a evolução da consciência social e da intervenção política da intelectualidade».



PCP

## Carvalhas em Coimbra III Assembleia Concelhia

«As declarações do Primeiro-Ministro procurando tranquilizar os portugueses não tapam a realidade», afirmou, no passado sábado, o camarada Carlos Carvalhas, na sessão pública realizada no final dos trabalhos da Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP. «A multiplicação de promessas, a propaganda dos pacotes, planos e projectos já não conseguem disfarçar nem o agravamento geral dos problemas nacionais, nem a queda de rendimentos, nomeadamente das famílias das camadas mais desfavorecidas, nem a dramática situação dos reformados e deficientes, nem o retrocesso verificado no aparelho produtivo nacional e o crescente domínio pelo capital estrangeiro de alavancas fundamentais da economia portuguesa.»

E o secretário-geral do PCP continuou:

«A desvalorização do escudo veio pôr ainda mais a nu a fragilidade da nossa economia e evidenciou não só a artificialidade da sua cotação para efeitos propagandísticos, ao contrário do que dizia Cavaco Silva, como evidenciou também as vulnerabilidades da economia portuguesa e a precipitação da entrada do escudo nos mecanismos cambiais do Sistema Monetário Europeu.

«A teimosia do Governo custou caro e continua a custar caro ao País.

«Penalizou o sector produtivo, agravou financeiramente muitas empresas, dificultou as nossas exportações, tudo em nome da propaganda do "oásis", para acabar na "vil tristeza" da inevitável desvalorização.

«É importante que se saiba que com a política cambial seguida pelo Governo, os produtos portugueses foram dos que mais perderam competitividade no conjunto das economias dos doze.

«Por isso, nós responsabilizamos o Governo de, com a sua política, ter criado uma situação económica e financeira que está a traduzir-se em pesados custos sociais — desemprego, salários em atraso, precarização do emprego.

«O Primeiro-Ministro deve explicações ao País. O Governo, com rigor e transparência, deve informar os portugueses quanto foi gasto em divisas nas últimas duas semanas para sustentar artificialmente o escudo, e quais

A considerar no futuro Plano de Actividades da nova Direcção, e tendo em conta a análise realizada sobre a situação, foi recomendado, entre outros pontos, que se realizem iniciativas e criem estruturas que promovam o estudo e o aprofundamento dos problemas ideológicos, políticos e sociais e a actividade criativa dos intelectuais comunistas, nomeadamente trabalhar com a Direcção do Partido e sectores intelectuais de outras regiões para concretizar as resoluções do último Congresso que para eles apontam. «Dar início, tomando as medidas orgânicas adequadas, a um trabalho específico voltado para os jovens e com os jovens», foi outra das recomendações para o trabalho futuro.

os empréstimos que contraiu para esse mesmo fim.

«Para se ter noção mais adequada da gravidade da recessão e dos efeitos nefastos que, inevitavelmente, está (e vai continuar) a ter sobre a estrutura produtiva, importa ter presente que em termos de variação homóloga trimestral, e até ao final de 1992:

— a produção agrícola e piscatória apresenta evolução negativa há 11 trimestres consecutivos (desde o 2º trimestre de 1990);

— a produção industrial regista evoluções negativas desde o 1º trimestre de 1991 (há 8 trimestres);

— a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tem estado em queda acentuada, passando de 4,1% em 1990 para 2,1% em 91 e 1,1% em 92, tendo no último trimestre desse ano registado evolução negativa.

«Esta crise profunda e prolongada nos sectores directamente produtivos tende a provocar uma importante destruição

do aparelho produtivo, como o indica o crescimento do número de falências, incluindo de grandes empresas.

«Os indicadores disponíveis mais recentes mostram também que nos primeiros meses de 1993 prosseguiu a degradação da actividade económica, que o consumo e o investimento estão a desacelerar e que o desemprego continua a aumentar.»

### A Assembleia

A III Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra, em que o camarada Carlos Carvalhas participou, aprovou por unanimidade uma Resolução Política, cujo Projecto havia estado, durante um mês, à apreciação dos camaradas, tendo recebido 61 propostas de alteração, algumas delas bastante profundas, todas aceites.

Na intervenção de abertura, a cargo do camarada Guerreiro, foram feitas considerações sobre as dificuldades que originaram, na opinião dos camaradas, o atraso na realização desta III Assembleia, tendo o organismo de direcção cessante transmitido aos militantes um «juízo autocrítico» sobre tal atraso.

Apesar das dificuldades encontradas — factores de organização interna, mas também reflexos de algum desânimo, da campanha anticomunista e de fenómenos de fraccionismo, «a Organização Concelhia do Partido não só soube resistir, como também desenvolveu e desenvolve, em actividade significativa em muitas

frentes de luta», afirmou o camarada Guerreiro, referindo-se às frentes sindicais, às das autarquias, às dos reformados, dos comerciantes, da juventude, dos deficientes, assim como nas frentes de política organizativa, ideológica, de reestruturação financeira.

E o camarada sublinhou:

«Se é inegável a verdade destas afirmações, também não é menos verdade que esta actividade é devida a um significativo núcleo de Quadros que contrariamente a alguns, souberam ignorar os chamados "ventos da história" e decidiram não ceder quando era fácil e muito mais cómodo fazê-lo.

«É a esse núcleo de camaradas, uma boa parte dos quais está nesta sala, que se deve a realização desta III Assembleia.»

Por fim, foi eleita a nova Comissão Concelhia, composta por 27 camaradas, um órgão mais flexível que o anterior e que reflecte, pela sua composição social, a realidade orgânica e dos Quadros pois que, globalmente considerada, a soma dos operários e empregados é substancialmente maior. Pertencem à nova Concelhia 7 técnicos, 6 intelectuais, 8 operários e 6 empregados. Há 7 mulheres no novo organismo, e a média de idades é de 45 anos.

À noite, no refeitório da Escola Avelar Brotero, realizou-se um animado jantar-convívio, em que participaram 180 camaradas, tendo usado da palavra o camarada Carlos Fraião, do Conselho Nacional do Partido, e o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral.

## A Engenharia em debate no Encontro Nacional do PCP

«A posição-chave ocupada pela Engenharia no sistema socioeconómico é uma questão que, tendo uma importância para o futuro do nosso país que parece evidente, não tem contudo merecido uma atenção adequada», afirma o documento aprovado no Encontro Nacional do PCP sobre Engenharia em Portugal, que teve lugar no passado sábado, em Lisboa, promovido pela Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP. «Os esforços que têm sido desenvolvidos no sentido da compreensão e promoção do papel da Engenharia, se bem que envolvendo uma intervenção claramente positiva relativamente às necessidades de desenvolvimento do nosso país, não têm contudo incluído as diversas perspectivas necessárias à sua abordagem integrada», afirma ainda o documento aprovado, que continua, mais adiante:

«Estiveram, assim, no centro do debate, temas como o papel da engenharia no desenvolvimento de Portugal, e engenharia enquanto actividade articuladora do "conhecimento" e do "saber fazer", da Ciência e Tecnologia e da posição ocupada nesta problemática pela I&DE. As questões da diversidade de conteúdo funcional e de responsabilidade hierárquica e os interesses socioprofissionais dos engenheiros mereceram, do mesmo modo, o destaque próprio a uma matéria que, presentemente, constitui a outra face da problemática em análise. Numa época de acrescida influência do movimento de internacionalização das economias, na qual desempenham um papel fundamental os processos de inovação, foram igualmente consideradas as questões da intensa concorrência

internacional na produção e comercialização e da mobilidade das pessoas e, em particular, a dos profissionais de engenharia.»

Na mesa do Encontro tomaram lugar os camaradas Carlos Mota Soares, professor do IST, Celeste Rocha, engenheira, Edgar Correia, da Comissão Política do CC, Edgar Pereira, engenheiro agrónomo, Fernando Santos Silva, engenheiro, Francisco Brandão, engenheiro, e que presidiu aos trabalhos, Francisco Silva, engenheiro, Frederico Carvalho, investigador, Helena Medina, do Comité Central, José Pinharanda, engenheiro, e Rui Godinho, engenheiro e vereador da CML.

Os trabalhos foram abertos com uma intervenção do camarada José Pinharanda. Sucederam-se depois ao longo da sessão da manhã e na sessão da tarde dezenas de interessantes intervenções que a Comissão Organizadora do Encontro projecta proximamente editar como documentos de trabalho. Os trabalhos encerraram com a intervenção de Edgar Correia, da Comissão Política.



## Organizações regionais

No passado fim-de-semana, várias direcções de organizações regionais do Partido realizaram reuniões plenárias ou de organismos executivos, com a finalidade de analisar a situação política e social dos distritos respectivos bem como das tarefas partidárias em que tem destaque a preparação das eleições autárquicas.

Por absoluta — e óbvia — falta de espaço, não podemos neste número dar conta circunstanciada das conclusões dessas reuniões. Apesar de contarmos, em breve, voltar ao assunto mais detalhadamente, aqui deixamos, muito resumidamente, as notícias que nos chegaram à Redacção.

Na Covilhã, no passado sábado, reuniu o Plenário da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, que fez o balanço da «grave situação económica e social do distrito e do andamento da preparação com o agravamento da situação» numa região que «apresenta uma taxa de desemprego de 18 por cento» e que, «no concelho da Covilhã, é superior a 20 por cento». «Com excepção do Alentejo, é a mais alta do País», diz o comunicado do DORCB que, mais adiante, referindo-se à preparação das autárquicas, «salienta que, apesar de haver alguns atrasos, em mais de 50 por cento dos concelhos do distrito há um desenvolvimento positivo».

O Plenário da DORVIR reuniu no domingo, em Vila Real, com a presença dos camaradas António Lopes, da Comissão Política, e Henrique de Sousa, do Secretariado. Concluindo que continua a no distrito a crise económica e social, a DORVIR salienta os seus traços mais visíveis: na agricultura, em produções estratégicas da região, como a pecuária, a produção de batata, cereais e vinho; a crise do Douro alastra, crescendo o desemprego entre os assalariados agrícolas e ameaçando toda a actividade económica duriente. O desemprego aumenta também, com encerramento de empresas e serviços. A DORVIR avaliou ainda a preparação das autárquicas, sublinhando que em diversos concelhos se tem registado um alargamento político das listas CDU, com a participação de candidatos independentes e provenientes de outros partidos.

No sábado, a DORBraga do PCP analisou a actual situação política e social, o estado e as perspectivas do prosseguimento da luta de massas, fez o balanço preparatório com vista às próximas eleições autárquicas e do andamento de outras tarefas partidárias, e definiu as principais linhas de acção do Partido para os próximos tempos no distrito. Entre estas, destaca-se a acção de esclarecimento dos comunistas, junto dos outros trabalhadores e do povo, e na sua mobilização para a intensificação da luta, a continuação das tarefas preparatórias das eleições, a preparação da presença da Organização Regional de Braga na próxima Festa do «Avante!» e, ainda, a realização de um convívio distrital em 3 e 4 de Julho, para o qual se conta com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

A Direcção da Organização Regional de Santarém promoveu, na passada sexta-feira, uma reunião de quadros, que teve lugar no Centro de Trabalho de Santarém do PCP. A reunião realizou-se no âmbito da elaboração do novo Quadro Comunitário de Apoio (1994/99) e do Plano de Desenvolvimento Regional, e teve a participação dos camaradas Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, de António Orcinha, do Conselho Nacional do CC, de Armindo Pinhão, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, de Luís Peixoto, deputado do PCP à Assembleia da República, e de Sérgio Ribeiro, deputado comunista no Parlamento Europeu.

## Solidariedade com Cuba

A Comissão de Freguesia de Guidões do PCP decidiu, no convívio comemorativo do 25 de Abril, proceder a mais uma iniciativa de solidariedade com Cuba. Para tal, sorteu um bilhete da excursão «Passeio da Fraternidade», com o intuito de fazer reverter o montante apurado para compra de leite em pó, a ser enviado para aquele país socialista através da Associação de Amizade Portugal/Cuba. A Comissão apurou a quantia de 16 150 escudos que enviou por cheque, «acompanhado de um forte e caloroso abraço fraternal e solidário aos nossos irmãos cubanos que», como diz o comunicado, «numa luta heróica e exemplar, abnegadamente continuam a sua batalha na defesa colectiva da sua independência, da sua revolução que, triunfando, será uma conquista fundamental, não só do povo cubano, mas de todos os revolucionários e de toda a humanidade».

## TRABALHADORES

## NO BESCL VOTARAM POR UMA CNT DIFERENTE

Os bancários do Espírito Santo e Comercial de Lisboa elegeram no dia 27 de Abril a sua comissão nacional de trabalhadores. A lista unitária (A) conquistou 1767 votos e 6 mandatos, o que lhe dá a maioria absoluta. As duas listas derrotadas contestam o resultado e pretendem anular as votações em 15 mesas de voto, de forma a que um mandato da lista A passe para a lista C (identificada com o PSD). Numa circular de dia 13, os eleitos da lista A acusam as outras duas listas, que têm a maioria na Comissão Eleitoral, de quererem «alterar a vontade dos colegas sob os mais variados e ínfimos pretextos processuais». «A verdade clara, clarinha, é que os trabalhadores do BESCL decidiram inequivocamente que querem uma CNT diferente», afirmam.

### PERSEGUIÇÕES NA MADEIRA

Em conferência de imprensa dada na semana passada no Funchal, o Sindicato da Hotelaria da Madeira denunciou as práticas repressivas do patronato de diversos estabelecimentos contra dirigentes sindicais, perante a inoperância das instâncias oficiais que deviam zelar pela legalidade. Leonel Nunes, coordenador do sindicato, referiu mesmo, segundo a Lusa, haver dirigentes sindicais que «em alguns casos até são impedidos de falar com os colegas de serviço». O sindicato chamou ainda a atenção para a redução de pessoal em muitas unidades hoteleiras da região autónoma.

### CONCENTRAÇÕES

O STAL promove hoje à tarde, junto à secretaria de Estado do Orçamento, uma concentração de trabalhadores do sector operário das **autarquias**. Na semana passada manifestaram-se no mesmo local trabalhadores da limpeza, recolha de detritos e higiene pública, e outras acções estão marcadas para os próximos dias.

Os trabalhadores exigem que sejam corrigidos os aumentos salariais impostos pelo Governo, que o salário mínimo da administração pública deixe de ser inferior ao salário mínimo nacional, que seja posto termo às distorções salariais provocadas pela aplicação do novo sistema retributivo, que seja regulamentada a atribuição do subsídio de insalubridade, penosidade e risco (criado em 1989) e definidas normas sobre higiene, saúde e segurança no trabalho. Uma dirigente do STAL confirmou à Lusa que outra manifestação convocada para o próximo dia 28 poderá ser decidida uma paralisação a nível nacional.

Também para hoje, às 18 horas, está convocada uma concentração de **polícias** para protestar contra os processos disciplinares de que estão a ser vítimas dirigentes da sua Associação Sócio-Profissional (ASPP). Do Rossio, os agentes da PSP desfilam até à Assembleia da República. A manifestação foi convocada pela Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da

PJ e tem por lema «Todos solidários, defendemos direitos».

Os **contratados a prazo** das escolas, universidades e institutos politécnicos concentram-se **amanhã**, a partir das 15 horas, frente ao Ministério da Educação, exigindo que seja cumprido o acordo firmado em 25 de Janeiro com a federação da Função Pública (FNSFP) que estipula prazos para abertura de concursos e integração nos quadros de pessoal dos contratados com vínculo precário. Estes são cerca de 8 mil nos vários estabelecimentos de ensino e exercem funções de carácter permanente, pelo que os sindicatos e a FNSFP reclamam a sua passagem ao quadro. Apesar de ter subscrito aquele acordo, o Ministério de Couto dos Santos está a deixar passar os prazos de regulamentação e pretende restringir a abertura de concursos apenas a algumas categorias - denuncia a federação.

Na Avenida 5 de Outubro estiveram **anteontem** representantes dos **professores** vinculados pela habilitação suficiente e que há 14 anos aguardam a resolução do seu problema, decorrente da não aplicação da lei pelo Ministério da Educação. Outras acções foram anunciadas após a reunião do Secretariado Nacional da Fenprof, no dia 13, que admitiu que os professores poderão recorrer «a curto prazo» a «formas de luta mais agravadas».

Na passada **quinta-feira** cerca de 600 trabalhadores das principais empresas da **metalomecânica pesada** de Lisboa e Setúbal desfilaram desde a Praça de Espanha até à sede do Grupo Senete na Avenida António Augusto Aguiar. Foi-lhes recusada uma reunião com representantes da **holding** para obter informações sobre as «reestruturações» em curso ou em projecto. Depois de destruídos mais de 10 mil postos de trabalho, as administrações continuam a anunciar despedimentos e a avançar com a destruição do sector. Numa resolução aprovada durante a concentração reclama-se do Governo «uma correcta e eficaz política de reestruturação da metalomecânica no quadro de um projecto nacional de desenvolvimento económico e que salvaguarde a economia nacional e os direitos dos trabalhadores».

## Não aos «disponíveis» nas alfândegas

Com uma adesão de 80 por cento, segundo os sindicatos da Função Pública que convocaram a luta, estiveram em greve no dia 12 os trabalhadores da Direcção-Geral das Alfândegas, protestando contra a lei dos disponíveis que vai afectar de imediato 274 pessoas neste sector. Cerca de duas centenas de trabalhadores, segundo a Lusa, participaram na concentração que teve lugar em Lisboa, frente ao Ministério das Finanças.

Os trabalhadores e os sindicatos opõem-se à passagem imediata de 274 funcionários à situação de «disponíveis» e à perspectiva de redução de 1100 postos de trabalho (actualmente são 3 mil) na DGA, afirmando que não há excesso de pessoal. «O que falta é uma gestão adequada dos recursos humanos», afirmou o dirigente da FNSFP, Vítor Duarte, à Lusa, que cita

ainda uma moção aprovada durante a concentração e na qual se refere que estão vagos cerca de 30 por cento dos lugares da Direcção-Geral das Alfândegas.

No mesmo documento, os trabalhadores exigem a suspensão imediata de todas as medidas que visem a criação de disponíveis.

Se o Governo «não mexer uma palha para resolver as poucas-vergonhas» da DGA, afirmou Vítor Duarte aos trabalhadores concentrados frente ao Ministério de Braga de Macedo e Manuela Leite, terão lugar «novas formas de luta» e será denunciado o «mau funcionamento» da Direcção-Geral.

### ... e no CRSS de Bragança

Uma centena de trabalhadores do Centro Regio-

nal de Segurança Social de Bragança participaram sexta-feira à tarde numa **sessão solene** convocada pelo Sindicato da Função Pública do Norte para protestar contra a anunciada intenção de dispensar 73 das 419 pessoas que actualmente aquele centro emprega.

Esta medida, recordava o sindicato no «convite» que anunciava a iniciativa de dia 14, insere-se na «grande ofensiva contra direitos fundamentais dos trabalhadores e utentes da Segurança Social» levada a cabo pelo Governo durante 1993, e tem a ver com a aplicação da «lei dos disponíveis» que atinge toda a administração pública.

Para o sindicato, «estas medidas poderão ter consequências catastróficas para um regular funcionamento dos serviços», «a

sua concretização poderia contribuir de modo significativo para a gradual desertificação da cidade» e «o próprio sistema de Segurança Social poderá estar a ser posto em causa».

A acção de dia 14, que decorreu frente à sede do CRSS e incluiu a queima de uma urna simbolizando a política social do Governo, foi antecedida de vigílias nos três dias anteriores. Ao intervir na concentração, o delegado sindical Lúcio Correia considerou «estranho, ou talvez não, que este ano oficialmente não houvesse comemoração do Dia da Segurança Social, como vinha acontecendo nos anos anteriores».

«É caso para dizer: no ano passado houve um jantar com camarão, este ano querem roubar-nos o pão», comentou.

## Greves na Saúde com elevada adesão

Na véspera, o Governo propôs o descongelamento de 3 mil vagas nos quadros de pessoal

Trabalhadores da Saúde estiveram em greve na passada sexta-feira e concentraram-se junto do Ministério da tutela, em Lisboa, e junto dos governos civis noutros distritos.

Os contratados a termo certo ou com recibos verdes querem ser integrados nos quadros e salvaguardar os seus postos de trabalho, ameaçados com o final dos contratos neste Verão. Os trabalhadores que lidam com dinheiro ou valores exigem a atribuição do abono para falhas, que lhes devia ser pago desde há mais de 4 anos. Ambas as paralisações registaram elevados índices de adesão (80 e 70 por cento, respectivamente, segundo os sindicatos) e tiveram reflexos no serviço em vários hospitais e centros de saúde.

Na véspera das greves um assessor do Ministério propôs o descongelamento de 3 mil vagas nos quadros, número que os sindicatos e a federação do sector (FNSFP/CGTP) consideram insuficiente. A proposta do Governo deixa de fora, por

exemplo, o pessoal das carreiras operária e administrativa, e só nesta última estão cerca de 2 mil trabalhadores com contratos a prazo.

Sem os milhares de trabalhadores contratados a prazo colocam-se problemas graves ao normal funcionamento de vários hospitais, alerta a federação. O dirigente sindical Paulo Tabor da referiu à agência Lusa os casos do Hospital Distrital de Torres Vedras, do Hospital de S. Francisco Xavier e do Instituto Português de Oncologia.

Analisando a situação dos contratados a prazo, com recibos verdes, por subcontratação e outras formas, a FNSFP, numa nota distribuída à comunicação social, considera haver «dupla subversão da lei, na medida em que a administração, por um lado, recorre a estes tipos de contratação precária para tornar a lei dos contratos a termo certo e, por outro lado, promove este tipo de vínculo para a execução de tarefas de carácter permanente».

Quanto aos trabalhadores que lidam com dinheiro ou valores, o decreto-lei nº 4/89 reconhece-lhes o direito a receberem o abono para falhas. «Contudo, a própria lei remete depois para um despacho conjunto dos ministérios da Saúde e das Finanças a regulamentação deste direito» e, «passados que estão 4 anos da data de publicação da referida lei, ainda não foi exarado o despacho regulamentar» - refere a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.

### Sem Macário

Macário Correia, deputado do PSD e presidente da

Comissão Parlamentar de Saúde, não compareceu no Encontro de Enfermagem do Distrito de Aveiro nem indicou substituto, o que motivou críticas dos participantes e organizadores da iniciativa. O encontro terminou dia 14 e nele foi posto em causa o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente pelas diferenciações que vai criar entre o pessoal de enfermagem e por ir contra uma série de princípios que são consensuais entre os enfermeiros.

«Com a ausência de Macário Correia não houve respostas às nossas perguntas», lamentou à Lusa um elemento da organização do encontro.

### Congresso do SPGL

Hoje e amanhã decorre num hotel de Lisboa o 3º Congresso do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que conta com a presença de 6 centenas de delegados e vai debater os grandes problemas dos docentes e da educação.

O Militante

CADERNO

NESTE  
NUMERO

CRISE

## INTERNACIONAL

# Estónia e Bósnia

## temas polémicos em Estrasburgo

■ Miguel Urbano Rodrigues

Dois debates — um sobre a admissão da República da Estónia, o outro sobre a situação existente na Bósnia-Herzegovina — contribuíram para que a sessão plenária de Maio do Conselho da Europa, em Estrasburgo, decorresse em atmosfera diferente da habitual, chamando a atenção da imprensa internacional para a importância do papel que aquela organização, hoje com 28 países membros, poderia e deveria desempenhar numa Europa mais vasta do que a dos Doze na CEE.

Aconteceu o imprevisto: dois deputados comunistas do Grupo da Esquerda Unitária Europeia — um grego e outro português — votaram contra a entrada da Estónia no Conselho. Essa atitude impediu o ingresso por unanimidade e aclamação como fora, prematuramente, sugerido.

De tarde, repetiu-se a surpresa no plenário: os mesmos deputados evitaram que um relatório sobre a Bósnia-Herzegovina fosse aprovado sem oposição.

A admissão da Estónia contrariou frontalmente dispositivos estatutários do Conselho da Europa. Foi um acto político (com características de vingança anticomunista tardia) que tripudia sobre princípios fundamentais do direito internacional.

Enquanto múltiplos pretextos (desde o critério de nomeação dos membros do Poder Judicial à ausência de julgamento dos mineiros que apoiaram o presidente Iliescu em 1991) têm sido usados para atrasar a entrada da Roménia no Conselho da Europa, o critério no caso da Estónia foi diferente. Tanto a Comissão Política como a Comissão das Questões Jurídicas e dos Direitos do Homem e a Comissão das Relações com Países Europeus Não Membros ignoraram ou subestimaram o significado das políticas discriminatórias que o actual governo de Talinn pratica contra os sectores da população que não são de origem étnica estónia.

A lei da nacionalidade estónia é uma aberração jurídica, com indistigável cariz racista. O país tem presentemente cerca de 1 600 000 habitantes. Destes, 35% são russófonos (30% russos, 3,1% ucranianos e 1,8% bielorrussos). Na capital, os russos constituem a maioria da população, e em algumas cidades do Norte, como Narva, são mais de 95%.

A esmagadora maioria dessa gente nasceu no país ou reside ali há dezenas de anos. Eram cidadãos comuns quando a Estónia fazia parte da URSS. Entretanto, a lei da nacionalidade aprovada pelo Parlamento (em vigor desde Fevereiro de 1992) somente confere o direito de cidadania aos residentes de etnias estrangeiras da chamada **minorias históricas**, ou seja, a menos de 70 000 pessoas. Trata-se sobretudo de descendentes de russos que já se encontravam no país antes da Segunda Guerra Mundial.

Na prática, mais de um terço dos habitantes é legalmente excluída da cidadania, com o argumento de que a sua vinda (ou o nascimento) para o país resultou de uma política de imigração imposta por Staline após a integração da Estónia como República da URSS. Para adquirirem a nacionalidade, os residentes nessa situação terão de cumprir exigências complexas entre as quais se destaca o **exame de idioma**. Não é coisa de rotina. O estónio é uma língua aglutinante do grupo fino-ugrio (da família uralo-altaica) sem qualquer parentesco com os idiomas flexionais indo-europeus (está mais próximo do finlandês, do húngaro, do turco ou do mongol que do russo ou do alemão). Acresce que não há quase cursos nem professores de estónio nas regiões

predominantemente habitadas por russófonos. A fixação de centenas de milhares de russos na Estónia resultou de uma política cujos aspectos negativos são conhecidos (na Letónia quase metade da população é de origem russa).

Situações similares ocorreram em diferentes áreas do planeta. Na Nova Caledónia, os colonos de origem francesa são hoje mais numerosos do que os descendentes da população melanésia autóctone. Na República da Guiana, os descendentes dos hindus, trazidos pela Inglaterra vitoriana, formaram uma comunidade maior do que a dos descendentes dos primitivos povoadores ameríndios e de escravos africanos. Nas ilhas Fidji os hindus igualam em percentagem os autóctones fidjianos.

Entretanto, em nenhum desses países foi sequer colocado o problema da nacionalidade para a minoria. O colonialismo reduziu à condi-

ção de minoria na sua própria pátria de origem alguns povos. Foi um crime. Mas não há precedente de negação de nacionalidade a descendentes de minorias étnicas fixadas num território há várias gerações. A lei da cidadania estónia é uma monstruosidade. A exclusão da minoria étnica russa da nacionalidade chegou acompanhada, aliás, de outras medidas discriminatórias violadoras dos direitos humanos. A lei da privatização das casas, por exemplo, impede que muitos estrangeiros tenham acesso à aquisição de apartamentos e moradias do Estado onde residem com as famílias (por vezes, há décadas). Uma professora universitária de origem russa, casada com um estónio e com um filho estónio, viu indeferido o seu pedido de naturalização com o argumento de que o pai colaborara com «os comunistas soviéticos»...

Para o relator da Comissão Política, o deputado húngaro Bratinka, as violações aos direitos do homem que marcam a legislação estónia são, porém, obstáculos de fácil superação. E a Assembleia concordou.

### A carta de Kosyrev

Nas vésperas da apreciação do Relatório sobre o pedido de admissão da Estónia, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Kosyrev, dirigiu a Catherine de La Lumière, secretária do Conselho da Europa, uma carta na qual resumia as medidas discriminatórias que atingem a minoria russófona da Estónia. O ministro emitia, a concluir, a opinião de que uma prematura admissão da Estónia poderia afectar o prestígio do Conselho e a confiança dos europeus nos seus princípios e objectivos. Esse documento — correcto na exposição de motivos e sóbrio na linguagem e nas conclusões — desencadeou uma tempestade nos corredores do Conselho da Europa e provocou no plenário inflamados comentários. A Rússia foi acusada de recorrer à chantagem. Não era o caso. Independentemente do aproveitamento interno da iniciativa, a serviço do sinuoso jogo político de Boris Ieltsin, a carta de Kosyrev alertou o Conselho da Europa para uma realidade: a Estónia está a desrespeitar direitos de minorias étnicas universalmente aceites e isso ocorre quando uma vaga de xenofobia e racismo alastra pela Europa.

Lamentavelmente, deputados russos que usaram da palavra (com o estatuto de convidados especiais) foram pouco firmes. A Rússia está empenhada em ser admitida no Conselho da Europa (com mais uma dezena de países) e as intervenções dos seus representantes foram quase todas tímidas e contraditórias.

### O debate sobre a Bósnia

O debate sobre a situação na Bósnia-Herzegovina transcorreu em atmosfera mais apaixonada. O interesse suscitado pelo tema expressou-se, aliás, na participação de 36 oradores, número recorde na sessão de Maio.

O relatório do presidente da Comissão Política, o alemão Reddemann (CDU-CSU), concluía com um apelo a todos os Estados membros do Conselho da Europa para exortarem o Conselho de Segurança da ONU a manter o embargo contra a Sérvia e o Montenegro e dar à **Forpronu** «os meios suficientes» para impor o respeito de todas as resoluções das Nações Unidas. As ambiguidades do texto ficaram transparentes quando a delegação turca, fanaticamente anti-sérvia, propôs quatro emendas que sugeriam o recurso à forma e (ou) o levantamento do embargo de armas aos muçulmanos da Bósnia. Não obstante falar a título pessoal, o relator alemão informou que não se opunha às emendas que preconizavam o uso da força contra os sérvios. A atmosfera tornou-se escalante e seguiram-se votações que dividiram o plenário. As emendas acabaram por ser rejeitadas. Mas, na votação mais difícil, os dois votos comunistas, já citados, foram decisivos, após quatro contagens...

Na votação global do Relatório Reddemann, a Assembleia manifestou, contudo, com clareza, a sua posição intervencionista e anti-sérvia.

Registo que a atitude e as intervenções dos deputados comunistas grego e português contribuíram para que meia dúzia de parlamentares de diferentes grupos políticos tivessem optado pela abstenção ao pronunciarem-se sobre o Relatório.

## Significado de um voto

Publicamos a seguir algumas passagens da intervenção que o camarada Miguel Urbano Rodrigues fez, no Conselho da Europa, durante o debate sobre a situação na Bósnia-Herzegovina:

«Incluo-me entre aqueles que consideram negativa qualquer modalidade de intervenção na Bósnia da qual possa resultar um envolvimento de forças militares estranhas à região, mesmo que a participação das mesmas em operações de guerra se verificasse no âmbito de Resoluções das Nações Unidas. Para ser mais concreto: a tese da "intervenção militar cirúrgica", ou seja o ataque aéreo limitado a áreas da Bósnia habitadas por sérvios é simplesmente uma monstruosidade.

Caros colegas: é sempre perigoso iniciar uma guerra invocando objectivos humanitários. A História ensina-nos, através de muitos exemplos, que sendo fácil começar uma guerra nunca se pode prever com um mínimo de exactidão qual o seu custo em vidas humanas e quais as suas consequências económicas, políticas e sociais. Manobras políticas, cuja análise não cabe no espírito desta intervenção, criaram em amplos sectores da opinião pública europeia uma histeria guerreira anti-sérvia que pode vir a custar um alto preço à Europa e à humanidade no seu conjunto. Estimulados por essa atmosfera, analistas militares (sobretudo americanos) imaginam já diferentes cenários bélicos, com a intervenção activa dos EUA, da NATO e da UEO. Assusta-me a levandade com que destacadas personalidades sugerem bombardeamentos de pressão psicológica e a displicência com que se mistura a República da Sérvia com os sérvios da Bósnia em confusões que estão longe de ser inocentes. Assusta-me também a maneira como alguns estadistas admitem que a última palavra no tocante à solução dos conflitos que transformaram a Bósnia-Herzegovina em campo de lutas sangrentas deverá caber ao presidente Clinton, ou mais exactamente à administração norte-americana. Tal atitude não é apenas servil, é absolutamente inaceitável. A força nunca foi sinónimo do direito.

(...) A tendência para a irracionalidade decorrente da desinformação atinge tais proporções que, no esforço para a busca de pretextos que abram a porta à intervenção militar contra a Sérvia, se procede a uma quantificação gratuita de responsabilidades nos actos de violência cometidos no espaço territorial da ex-Jugoslávia. Ora, a verdade é que está por fazer o inventário dos crimes e a distribuição das culpas entre sérvios, croatas e

muçulmanos. Por isso mesmo, não é honesto fazer da Sérvia o bode expiatório.

(...) Porventura uma eventual intervenção na Bósnia corresponde aos interesses dos países e povos da Europa Ocidental? Existe alguma probabilidade razoável de que os efeitos de tal intervenção fossem positivos do ponto de vista humanitário, pondo fim às confrontações entre as comunidades em choque? A resposta a ambas as perguntas é negativa.

(...) Intelectuais como o alemão Rudolf Augstein lembram que as intervenções militares não se justificam quando não são determinadas por um objectivo político claro, bem definido. Ora, tal objectivo não existe no caso em apreço. Nenhum governo, como sublinhou o Die Zeit, de Hamburgo, apresentou até hoje uma solução política que possa ser garantida e imposta militarmente de maneira duradoura no território da Bósnia. A reconciliação de sérvios, croatas e muçulmanos que — sublinho — conviveram amigavelmente durante séculos na Bósnia-Herzegovina — essa reconciliação não depende da força das armas estrangeiras. Nem de um plano tão absurdo como o Vance-Owen.

Usar o poder militar da NATO contra os sérvios da Bósnia seria, repito, um acto de irracionalidade política.

(...) A ONU, cabe aqui lembrar isso, também comete erros. Não é infalível. Temos uma prova, pouco citada, no Camboja. Durante dois anos, as Nações Unidas mantiveram o reconhecimento do governo de Pol Pot não obstante estarem comprovados monstruosos crimes contra a humanidade por ele cometidos. Ocorreu depois a intervenção vietnamita, criando-se uma situação que é do conhecimento geral. Os capacetes azuis, entretanto, não trouxeram ali a paz. Hoje, a guerra civil é no Camboja uma dramática realidade e, à sombra da bandeira das Nações Unidas, o Camboja tornou-se um santuário da prostituição e da droga.

(...) Senhor Presidente: Depreende-se das minhas palavras que não posso estar de acordo com o conteúdo do Projecto de Resolução apresentado pela Comissão das Questões Políticas e subscrito pelo nosso colega Reddemann. Votarei contra ele».

## Bósnia

# Perspectivas incertas

Os primeiros resultados parciais do referendo de sábado e domingo, realizado em condições de guerra entre os sérvios da Bósnia, confirmam a esperada vitória do "não" ao plano de paz Vance-Owen, e o renovar da exigência de independência dos territórios bósnios sob controlo sérvio, que representam cerca de 70 por cento da Bósnia-Herzegovina.

Antecipadamente certo da vitória do "não", o líder dos sérvios da Bósnia, Radovan Karadzic, afirmou que "o plano Vance-Owen número um morreu", pelo que

seria necessário "fazer um novo plano Vance-Owen".

Segundo ele, o novo plano "deve ser muito diferente" e "aceitar a existência da República sérvia" proclamada unilateralmente na Bósnia-Herzegovina.

O líder sérvio bósnio anunciou que após o referendo, em que os sérvios bósnios foram também chamados a pronunciar-se sob a independência dos territórios sob controlo sérvio, os representantes sérvios "não negociarão mais como sérvios da Bósnia mas como um Estado".

Na véspera deste referendo, os dirigentes e os parlamentos sérvio, montenegrino e jugoslavo, reunidos em sessão extraordinária em Belgrado, adoptaram uma declaração de apoio ao plano Vance-Owen.

O plano, diz-se na declaração, "é a única solução proposta pela comunidade internacional para pôr fim aos combates".

Estiveram presentes na reunião 370 dos mais de 700 deputados esperados. Os parlamentos dos sérvios da Bósnia e da Croácia recusaram-se a ir a Belgrado, optando por se fazer representar por uma simples delegação.

A situação mantém-se assim particularmente complexa. No plano interno prossegue a guerra, fazem-se e desfazem-se alianças ao sabor dos jogos de poder, alteram-se posições das diferentes forças em presença. No plano externo, também não se registam consensos, sendo entretanto de assinalar a evolução da posição dos Estados Unidos.

Nas palavras do presidente norte-americano, "os Estados Unidos não estão em condições de agir unilateralmente e não o devem fazer". Bill Clinton lembrou que a Bósnia "se encontra no coração da Europa" e que não "cabe aos Estados Unidos enviar tropas", adiantando que um eventual enviu de forças das Nações Unidas para a fronteira sérvio-bósnia seria uma boa ideia. Posição que parece afastar a dramática hipótese de uma intervenção militar.

Clinton defende, como alternativas, "manter a pressão" por um lado, e por outro levantar o embargo de armas à Bósnia, medida esta que não poderia deixar de contribuir para nova escalada dos confrontos armados.

Entretanto, os Estados Unidos declinaram o convi-

te da Rússia para participar numa reunião ao nível ministerial do Conselho de Segurança da ONU, prevista para sexta-feira. O porta-voz do Departamento de Estado afirmou o apoio à "ideia de uma reunião ministerial perfeitamente preparada", considerando que "o momento não é apropriado para uma reunião deste tipo".

Os perigos de alastramento da guerra aparecem novamente confirmados com as declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano, Ali Akbar Velayati, que afirmou estes dias em Madrid que o governo iraniano e a comunidade muçulmana "estão prontos a ajudar os muçulmanos da Bósnia", inclusive participando "numa intervenção militar".

Velayati defendeu também um levantamento do embargo de armas, considerando que na Bósnia "a população muçulmana é vítima de um genocídio".

Nestes mesmos dias, a Rússia tem vindo a tomar clara iniciativa. O mediador russo para a crise da antiga Jugoslávia, Vitali Churkin, salientou a necessidade de se conseguir uma solução política para o conflito dos Balcãs, declarando que "devemos falar em solução pacífica para a crise e não em intervenção militar".

No quadro de uma iniciativa diplomática que começou por Berlim, o ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Andrei Kozyrev, propôs um plano em quatro pontos para terminar a guer-

ra, que prevê o encerramento da fronteira entre a Bósnia e a Sérvia.

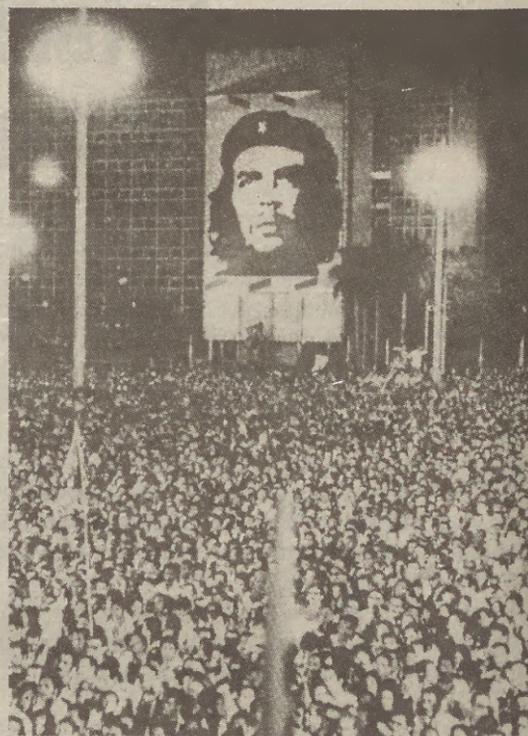
De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, o plano prevê igualmente "a aplicação completa" das sanções da ONU, a constituição "sem atraso" de zonas de segurança na Bósnia-Herzegovina e a "criação, o mais rápido possível, de um tribunal para crimes de guerra na ex-Jugoslávia".

Entretanto, num outro plano, registam-se diferentes iniciativas de sensibilização para a dramática situação imposta pela guerra às populações da ex-Jugoslávia.

Mulheres de 15 nações do Mediterrâneo, reunidas na cidade de Montpellier para o "Primeiro encontro europeu de mulheres do Mediterrâneo", condenaram a "indiferença geral" dos governos dos seus países face à actual matança na Bósnia-Herzegovina e consideraram a Bósnia como um "símbolo europeu da coexistência de diferentes culturas", rejeitando os "fenómenos de exclusão" que se "registam mais que nunca" na Europa.

De Dublin partiu nestes dias uma "caravana da consciência" pela Bósnia-Herzegovina, que vai atravessar a Europa antes de chegar às fronteiras da Sérvia e da Croácia.

A caravana é uma iniciativa da Amnistia Internacional para sensibilizar os europeus sobre as violações permanentes dos direitos humanos na Bósnia.



## Cuba

# Deputados europeus protestam contra lei Torricelli

Deputados europeus de diferentes países da Comunidade e pertencentes a diversos grupos políticos dirigiram-se uma vez mais ao presidente dos Estados Unidos para protestar contra a lei Torricelli e condenar o novo projecto de lei apresentado por alguns congressistas ao Congresso americano, em que se pretende o reforço das sanções contra Cuba, o que equivaleria a um bloqueio total.

"A aplicação deste projecto constituiria uma nova violação do direito internacional" - denunciam os deputados europeus, sublinhando que tal seria contrário "à posição assumida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Novembro de 1992, à resolução do Parlamento europeu adoptada em 17 de Dezembro último, às condenações do bloqueio por parte do Parlamento latino-americano, por outros parlamentos nacionais de diferentes zonas do mundo e por parte de numerosos movimentos, igrejas e personalidades.

Os signatários do documento dirigido a Clinton reafirmam que "os Estados Unidos não têm o direito de impor sanções aos países que decidem livremente ter relações com Cuba, nem de impor a outros países a sua própria concepção dos direitos do homem, levando-os à asfixia económica, à fome e privando-os dos meios de assegurar o respeito da dignidade humana".

Mas continuamos juntos na mesma estrada, na luta por uma sociedade mais justa, num mundo onde os homens possam olhar para o céu sem medo de armas atómicas.

«Podendo esperar o amanhã sem angústia.  
«Pela paz, pela democracia, pela liberdade.  
«Viva o 25 de Abril.»

### Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o 25 de Abril foi comemorado num restaurante típico português, «A Desgarrada», em almoço de confraternização de portugueses a que compareceram várias dezenas de emigrantes.

Em ambiente alegre e descontraído, os participantes fizeram questão de can-

tar em coro o tema de José Afonso, «Grândola, vila morena» após o que usaram da palavra os emigrantes J. Fradinho, que realçou o descuido com que são tratados os problemas dos emigrantes, e o velho democrata Mário Tiago que salientou o acordo «Por Lisboa» como um referencial para a unidade das forças democráticas.

Por fim, interveio M. Neto que enalteceu o 25 de Abril e o regime legado pelos Capitães de Abril, tecendo críticas ao Governo de Cavaco Silva pela tentativa de destruir as conquistas da Revolução dos Cravos, terminando com um apelo: «saibamos usar as nossas armas, que são o voto e a esperança. Saibamos usá-las na busca do Portugal de Abril que nos roubaram».

# 25 de Abril comemorado no Brasil

O aniversário da Revolução dos Cravos portuguesa foi comemorado no Brasil em São Paulo e no Rio de Janeiro, por iniciativa de membros da comunidade portuguesa ali residente. Na primeira daquelas cidades, a comemoração ocorreu no dia 27 de Abril, na Casa de

Portugal, servindo também para assinalar o 11.º aniversário do Centro Cultural 25 de Abril (CC25A).

Cerca de 700 pessoas estiveram na iniciativa, organizada pelo referido centro cultural, decorrendo sob a direcção do seu presidente, Francisco Lopes, e

apresentada pelo radialista português, Varela Leal. Foram recebidas diversas saudações, entre elas do presidente do Brasil, Itamar Franco, e do governador de São Paulo, Fleury Filho.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, que nesse dia esteve em Brasília nas comemorações do Dia do Diplomata, fez-se representar pelo ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, que se pronunciou sobre a urgência da criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Pelo CC25A falou o advogado português Fernando Leça, director de Cultura da Casa de Portugal e ex-deputado estadual por São Paulo, pelo PSDB, que realçou a importância do 25 de Abril para a democratização de Portugal, após longos anos de ditadura fascista, e a retoma pela Casa de Portugal dos princípios que nortearam os seus fundadores, que a queriam de amplas portas abertas a toda a comunidade portuguesa radicada em São Paulo, independentemente da sensibilidade política de cada um.

Na parte artística actuaram os artistas portugueses, brasileiros e cabo-verdianos. O conhecido actor Mário Lago, impossibilitado de estar presente, enviou no entanto a seguinte mensagem:

«Infelizmente, não vou poder estar com os amigos portugueses na comemoração de uma data tão importante quanto o 25 de Abril.



«O povo é quem mais ordena» foi o lema da sessão promovida em São Paulo

## INTERNACIONAL

## Polónia

A Direcção Nacional do Sindicato Solidariedade, reunida em sessão extraordinária em Gdansk, norte da Polónia, decidiu lançar os preparativos com vista a organizar uma greve geral.

A ameaça de greve será concretizada se o governo não satisfizer as reivindicações dos professores e do pessoal médico, em greve há cerca de 15 dias.

A Direcção Nacional do Solidariedade exige do governo aumentos salariais e um melhor financiamento dos sectores de ensino e dos serviços médicos pelo orçamento do Estado.

Mais de 10 por cento dos estabelecimentos escolares não organizaram ainda os exames de bacharelato, devido à greve dos professores. O pessoal médico prossegue acções de protesto restringindo serviços e organizando plenários e manifestações de rua.

## Ucrânia

A Ucrânia levantou as restrições às actividades do Partido Comunista impostas em Agosto de 1991 na União Soviética.

A Resolução, aprovada pelo Presidium do Parlamento, autoriza também a constituição de organizações comunistas "em conformidade com as leis" em vigor.

## Itália

Dezena e meia de neonazis atacaram as instalações do Partido Democrático de Esquerda (PDS, ex-Partido Comunista Italiano), provocando um ferido.

A agressão ocorreu quando se realizava no local uma festa do movimento da "Juventude de Esquerda".

## OUA

Os países africanos pretendem pedir em Julho um lugar permanente para a África no Conselho de Segurança da ONU, durante a cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA), a realizar no Egipto.

Outro dos pontos da agenda de trabalhos da cimeira dos chefes de Estado e de governo da OUA será a possibilidade de destacar tropas africanas para países do continente a braços com guerras civis, questão que foi analisada já na reunião do ano passado, realizada em Dacar, Senegal.

## Arábia Saudita

A organização árabe dos direitos do homem informou que "cerca de 400 pessoas filiadas no Comité de Defesa dos Direitos do Homem na Arábia Saudita foram recentemente detidos em várias regiões do reino".

O Comité, cuja constituição foi anunciada no princípio de Maio por sete intelectuais sauditas, aponta como objectivo lutar contra "a injustiça e a opressão" no reino.

As autoridades sauditas ilegalizaram imediatamente o Comité e proibiram os seus fundadores - quatro professores universitários, dois advogados e um alto funcionário - de continuar a exercer as suas funções.

## Alemanha

Os Verdes e a Aliança 90, composta por pequenos movimentos iniciadores das mudanças políticas na RDA, selaram definitivamente a sua fusão durante a abertura do seu primeiro Congresso comum, em Leipzig.

O novo partido - a Aliança 90/Os Verdes - terá a sua sede em Berlim.

A ideia de fusão foi avançada em Janeiro último, tendo em seguida sido ratificada por 90% dos votos dos militantes das duas organizações durante uma consulta sem precedentes na história política da Alemanha do pós-guerra.

Os delegados ao Congresso analisaram ainda as condições tendentes à formação de uma coligação com o Partido Social-Democrata (SPD) para as eleições de 1994.

## Guatemala

A paz na Guatemala será alcançada quando "governo e guerrilha garantirem o respeito duradouro pelos direitos humanos", declarou a líder indígena e prémio Nobel da Paz de 1992, Rigoberta Menchu.

Em conferência de imprensa realizada na capital mexicana, Menchu sublinhou que o respeito pelos direitos humanos "está acima de qualquer cessar-fogo porque sem violência armada pode continuar a repressão governamental sobre grupos minoritários, como estudantes e indígenas".

"Com ameaças e autoritarismo não se resolvem os problemas, e o governo deve ter mais cuidado com aquilo que diz e não ameaçar alguns sectores civis, que catalogou de subversivos", denunciou Menchu.

Nos 30 anos da guerra na Guatemala, já morreram mais de 100 mil pessoas e cerca de um milhão foram desalojadas. As negociações de paz foram recentemente suspensas.

## Salvador

A igreja católica salvadorenha denunciou o assassinio de três pessoas pelos "esquadrões da morte" e disse que a violência que persiste no país ameaça o processo de paz.

O bispo auxiliar de São Salvador, Gregório Rosa, considerou "importante vigiar os actos rotineiros dos «esquadrões da morte», que nos fazem lembrar a época da guerra".



Na Rússia, desde Janeiro de 1992, os preços no consumidor aumentaram, em média, 5000%, enquanto os salários apenas 2000%

## Rússia

## 15 milhões vivem abaixo do nível de pobreza

A Câmara das Nacionalidades associou-se à decisão tomada pelo Conselho da República, do Parlamento russo, de pedir ao Tribunal Constitucional que tente impedir o presidente Boris Ieltsin de impor o seu projecto de Constituição. Esta decisão visa evitar que Ieltsin instaure um regime presidencial.

Entretanto, o presidente russo convocara uma Assembleia constituinte para 5 de Junho, a fim de "concluir a preparação de uma nova Constituição", segundo o comunicado emitido pela presidência. Essa Assembleia - com que se pretende ultrapassar o Congresso russo, ignorando-o - seria integrada por "dois representantes plenipotenciários de cada grupo da Federação (88), representantes do presidente, assim como

representantes das alas de deputados do povo da Rússia".

Ieltsin tem pressa de assumir plenos poderes, forçando uma Constituição à sua medida. Entretanto, a situação em que vivem as populações da Rússia é particularmente difícil.

Mais de 15 milhões de russos vivem abaixo do nível da pobreza, com um rendimento médio "per capita" mais de cem por cento inferior ao nível mínimo de subsistência, revela uma sondagem efectuada pelo Comité Nacional de Estatística, que indica também que o nível de vida da população continua a baixar.

As receitas médias de cerca de 40 por cento da população variam entre metade do nível mínimo de subsistência e o próprio mínimo.

A situação material de 22 milhões de russos (15 por cento) é mais estável: as suas receitas são duas vezes superiores ao nível de subsistência. Vinte e três por cento têm rendimentos acima de dois mínimos.

As receitas em diversos sectores da economia nacional são cada vez mais desequilibradas. Durante o ano passado, o salário na esfera autofinanciada aumentou 1600 por cento, enquanto na esfera dependente do orçamento estatal apenas 1200 por cento. Como resultado, as receitas reais aumentaram nos ramos industriais, diminuindo nos sectores como a educação, saúde pública, cultura e ciência.

Em comparação com 1989, o consumo de carne e derivados caiu 21 por cento, de lacticínios 34 por cento, de açúcar e produtos de confeitaria 13 por cento, e de frutas 32 por cento. Em contrapartida, aumentou o consumo de pão (22 por cento) e de batata. O teor em calorias das refeições diárias foi substancialmente

reduzido, aproximando-se dos níveis de nutrição dos países em vias de desenvolvimento.

Os dados da Comissão Nacional para o Controlo Epidemiológico e Sanitário alertam para a subnutrição permanente da maioria do povo.

O consumo de produtos "per capita" nas famílias mais ricas ultrapassa o das famílias mais pobres em 320 por cento.

No entanto, o Comité de Estatística constata a redução gradual dos ritmos da queda das receitas do povo no primeiro trimestre deste ano.

Em 1992, o aumento dos preços ultrapassou o dos salários em 70 por cento. De Janeiro a Março de 1993, esta relação diminuiu para 30 por cento.

Durante todo o período da reforma económica, ou desde Janeiro de 1992, os preços no consumidor aumentaram em média 5000 por cento, enquanto os salários apenas 2000 por cento.

Quanto à produção nacional média diária, o país recuou para números registados nos anos 50-70.

## OMS quer armas nucleares fora da lei

A Organização Mundial da Saúde adoptou uma resolução em que se solicita ao Tribunal Internacional da Justiça que se pronuncie sobre a legitimidade das armas nucleares.

A resolução foi aprovada em votação secreta por 73 países contra 40, durante a Assembleia Geral da OMS.

"Tendo em conta os efeitos das armas nucleares sobre a saúde e o meio ambiente, a sua utilização por um Estado no decurso de um conflito armado constituiria uma violação das suas obrigações relativamente ao direito internacional, incluindo a constituição da OMS", sublinha-se no texto.

Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Rússia opuseram-se à resolução, argumentando que a OMS não é o fórum adequado para

debater questões de desarmamento.

A resolução, inspirada pelo movimento "Internacional dos Médicos, contra a Guerra Nuclear" (prémio Nobel da Paz 1985), recebeu o apoio de países como a Bielorrússia, México, Cuba, Cazaquistão e Zimbábue.

Contrariamente ao que sucede no Conselho de Segurança da ONU, não há direito de veto na OMS, uma das agências das Nações Unidas.

Noutra resolução, a Assembleia acusou as autoridades israelitas de ocupação dos territórios árabes de permitirem a deterioração da assistência sanitária aos palestinianos e reclamou para estes o direito de disporem de serviços de saúde próprios.

## Delegação do PCP na China

A convite do Partido Comunista da China, partiu dia 17 para Pequim uma delegação do PCP composta por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central e da Secção Internacional, Branca de Carvalho e Raimundo Cabral, do Comité Central e do Conselho Nacional, e Jorge Pires, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal.

Esta visita, que tem por objectivo aprofundar o conhecimento da realidade da República Popular da China, realiza-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista da China e o Partido Comunista Português.

## Representantes do PCP no Sahara Ocidental

A fim de participar nas comemorações do 20º aniversário da Frente Polisário, partiu, dia 18, para o Sahara Ocidental Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional do PCP.

# Maré alta em Peniche contra política da pesca

■ Texto **Anabela Fino**  
Fotos **Jorge Caria**

Na passada segunda-feira, os pescadores de Peniche voltaram ao mar. A decisão não foi pacífica. Ao fim de uma semana de luta em terra, que culminou no dia 14 com uma concentração junto à Câmara Municipal, com o porto bloqueado e os ânimos exaltados, muitos foram os que gritaram a sua revolta com os magros resultados obtidos junto do ministro do Mar.

*Não nos matam a fome com reбуçados; estamos fartos de promessas; queremos soluções; abaixo o Cavaco...*

Estas foram algumas das muitas palavras gritadas em Peniche a semana passada.

Às três da tarde de sexta-feira o largo da Câmara já estava cheio. Pescadores, mas também operários, comerciantes, estudantes, foram ali dizer que *sem a pesca, Peniche morre*.

A história que traziam para contar era igual a tantas outras que se vivem por esse país fora: depois das ilusões de participação numa Europa farta e rica, a realidade da concorrência feroz e desleal, a recessão, o desemprego, a falta de apoio das autoridades oficiais.

Em Peniche, como noutros locais, a miséria instalou-se sorrateira e envergonhada em muitas casas. Vive-se de crédito, de ajudas, de expedientes, do enganar dos estômagos. À míngua de esperança no futuro, cresce o desespero e a revolta. São as mulheres, mais do que os homens, quem lhe dá voz, com a raiva de quem já esgotou todas as mezinhas para esticar o dinheiro que não há, dar de comer à família, pagar a renda de casa, a água, a luz, o infantário, e continuar a andar na rua de cara levantada.

## Tristeza e revolta

*As pessoas estão tristes e zangadas* - é uma mulher velha quem o diz, com lágrimas brilhando na cara enrugada e curtida por 40 anos de trabalho e uma reforma de miséria. Ao lado, em voz baixa como quem conta um segredo, um trabalhador dos serviços municipalizados conta os cortes de água que tem sido obrigado a fazer e os que não chegam a ser feitos porque os contadores estão dentro de casa e as portas não se abrem. *É o procedimento normal, sempre que há atrasos nos pagamentos, mas como é que se pode pagar quando não se ganha?*

Um professor da escola secundária sugere uma pista de trabalho: *seria interessante que a Câmara, a EDP, a Polícia fizessem um levantamento do aumento dos cortes da água, da*



## A luta continua

*luz, dos assaltos aos supermercados.* Está ali a título pessoal e queixa-se da falta de ligação da escola ao meio, o que só confirma a sua opinião de que as ditas forças vivas da terra ainda não acordaram para a gravidade da situação. Só assim se justifica, diz, que a escola não tenha fechado em solidariedade com a luta dos pescadores, e os professores tenham recebido instruções para marcar faltas aos alunos ainda que apenas para fins estatísticos.

Como a comprovar as suas palavras, as curtas intervenções do Presidente da Câmara, do PSD, e do deputado Leitão, também do PSD, têm o condão de exaltar ainda mais os manifestantes. *Na Assembleia passamos horas a falar, mas aqui não têm nada para nos dizer* - grita uma voz anónima.

Como responder com palavras, só palavras, a quem sobrevive há cinco meses com onze contos?

tivas de reconversão de uma actividade económica condenada a desaparecer.

O papel ingrato está reservado ao sindicato, convergente nesta luta com os armadores. Uma semana de greve, com os barcos a bloquearem o porto e sem ir ao mar, forçou o Presidente da Câmara a mover as suas influências partidárias para conseguir um encontro com o ministro do Mar.

**Foi a primeira vez que o ministro nos ouviu, diz Belmiro Alves, do Sindicato dos Pescadores, e às nossas propostas: 15\$00 de subsídio à produção por cada quilo de sardinha; alargamento do crédito para as indústrias congeladoras;**

## Águas turvas

Como em todas as lutas, também a de Peniche tem os seus detractores. Aproveitando o desespero natural de quem vive na pele as consequências de uma política antipopular, elementos provocadores tentaram acirrar os ânimos da população em geral e dos pescadores em particular contra a direcção do Sindicato dos Pescadores, na tentativa de radicalizar posições, provocar o descrédito e semear a divisão numa luta em que a principal arma é justamente a unidade.

Alertada para esta situação, a direcção do Sindicato dos Pescadores de Peniche divulgou terça-feira um comunicado em que reafirma a sua disposição para a luta na defesa intransigente dos interesses dos pescadores, das empresas da pesca, dos postos de trabalho, da subsistência das suas famílias, por uma vida digna e melhor, ao mesmo tempo que denuncia as provocações desencadeadas por elementos estranhos ao Sindicato.

De uma forma clara e para que não restem dúvidas a ninguém - afirma o comunicado - vimos através deste documento declarar que não nos identificamos com grupos de indivíduos que irresponsavelmente sempre procuraram destabilizar a luta dos pescadores e armadores e que inclusive de forma mentirosa se apresentaram na tarde de sexta-feira como sindicalistas na Escola Secundária de Peniche e nas Fábricas Maria Elisabet, Frigorífica e outras.

Para o Sindicato, não há motivos para pôr em dúvida as decisões aprovadas pelo plenário de pescadores e subscrito pelas várias organizações apoiantes da realização da paralisação realizada (desbloqueamento do porto de pesca pelos pescadores, fim da paralisção, aceitação das perspectivas reivindicativas apresentadas, decisão de aguardar a resposta do ministro do Mar ao caderno reivindicativo que o grupo de trabalho formado pelas organizações ligadas à pesca vai apresentar a curto prazo).

Reafirmando que não confunde o interesse de defender a pesca com a defesa dos trabalhadores, pois não aceita que os pescadores sejam prejudicados face aos interesses do armamento, o Sindicato sublinha que não aceitará medidas que tornem os armadores cada vez mais ricos e os pescadores cada vez mais pobres.

Da Fábrica de Conservas Ideal saem as operárias berrendo a plenos pulmões *A luta continua, Cavaco para a rua.* Atrás vêm os homens, a mostrar que a luta é de todos.

## Luta difícil

Peniche sempre viveu e cresceu à volta do peixe. Sem ele não vivem os pescadores, não laboram as fábricas, não sobrevive o comércio, não se desenvolvem os serviços. É a mono-indústria a revelar as suas debilidades e a trazer à luz do dia os erros duma gestão governativa que nas pressas da adesão comunitária se esqueceu de procurar alterna-



Os responsáveis pela crise que se vive no País são conhecidos; são os mesmos que ontem falavam de oásis em Portugal e pintavam de cor-de-rosa o cenário de adesão à Comunidade Europeia



As mulheres, mais ainda do que



Operárias da Ideal solidárias com os pescadores

# CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP SOBRE PODER LOCAL E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

## RESOLUÇÃO



# 1. As eleições autárquicas e a situação política nacional

1.1. As eleições de 1993 para os órgãos de poder local constituem uma importante batalha política em que o Partido, as suas organizações e militantes deverão assegurar um especial e profundo empenhamento.

Esse facto decorre, em primeiro lugar, da grande importância das autarquias como esteio do regime democrático. Na verdade, o Poder Local continua a desempenhar um papel essencial como factor de enriquecimento da vida democrática, de aproximação das populações do poder e instrumento e estímulo à democracia participativa.

Em segundo lugar, o Poder Local é um instrumento fundamental de resolução dos problemas das populações. Essa importância não diminuiu, apesar da política centralizadora, de imposição de encargos e das ingerências, dificuldades burocráticas e financeiras colocadas por sucessivos governos, com destaque nos últimos anos para os governos do PSD. Estes factores explicam, em parte, o empenho com que o PSD e o PS, em particular, tentam diminuir as importantes posições do PCP e da CDU nas autarquias locais. Recorrem a campanhas de calúnias sem escrúpulos e procuram invocar em seu favor factores estranhos à vida política local e nacional, tais como acontecimentos de ordem internacional. Julgam beneficiar das alterações demográficas e de composição social ocorridas em algumas zonas, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa e para o Alentejo e Ribatejo, subestimando o conhecimento da obra realizada pelas autarquias e o apoio ao PCP e à CDU.

A importância política das eleições decorre ainda do facto de irem ocorrer numa situação de crescente crise económica e social que se verifica no País. Esta situação não resulta apenas de factores internacionais, antes é fruto, prioritariamente, das várias políticas restritivas, monetaristas e anti-sociais adoptadas pelo Governo do PSD, em consonância com a Comunidade Europeia e com políticas de outros países membros. Neste quadro, as eleições autárquicas, sem prejuízo da sua especificidade, podem ser um momento de expressão do descontentamento popular e da vontade de uma mudança política de sentido democrático. Representa um factor de importância acrescida das eleições autárquicas o facto de serem as primeiras de um ciclo de eleições (Parlamento Europeu, Assembleia da República e Presidente da República).

As posições do PCP e da CDU em maioria têm sido decisivas para impor uma gestão dinâmica, com capacidade de realização a favor das populações, participada e transparente. Mas não estará em causa apenas a garantia da manutenção da maioria da CDU em 50 municípios, no município de Lisboa, junto com o PS e outras forças democráticas e a maioria da CDU em 345 freguesias, mais 37 da Coligação Por Lisboa, das quais 21 com Presidentes de Junta do PCP. É também a possibilidade de conquistar a maioria noutros municípios e freguesias, onde os interesses das populações têm vindo a ser prejudicados por orientações ruins do PSD, PS e CDS. É ainda a possibilidade de manter ou conquistar importantes posições em minoria, quer em câmaras e juntas de freguesia, quer em assembleias autárquicas. Essas posições da CDU têm sido um factor decisivo favorável à quebra de marasmo, à denúncia de irregularidades e até de corrupção, bem como uma contribuição para a luta pela transparência e moralização administrativa e um instrumento de intervenção e luta pelos interesses das populações.

1.2. As eleições autárquicas inserem-se igualmente num processo de combate à política de direita do PSD e de luta por uma alternativa democrática.

Sem prejuízo da natureza própria das eleições, que é importante vincar, com destaque em alguns municípios e freguesias, é também incontestável que a batalha eleitoral autárquica será uma importante oportunidade para o povo português afirmar uma vontade de mudar de rumo e ver executada uma política radicalmente diferente. Deverá ser uma política que tenha como prioridade responder aos problemas fundamentais do País, com especial destaque para os problemas dos trabalhadores e do povo, e

que preserve e desenvolva as características da democracia portuguesa, em vez de trabalhar para limitar crescentemente os direitos, liberdades e garantias, implantar um regime político de cariz crescentemente autoritário, não assegurar os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos e o desenvolvimento equilibrado do País e das suas regiões.

Uma grande votação da CDU é a melhor contribuição para uma alternativa democrática. Este facto é particularmente importante numa situação em que o PS se aproxima da direita, revela numerosas e múltiplas coincidências de orientação e de projecto em questões fundamentais, é incapaz de propor uma política coerente alternativa e recusa entendimentos com o PCP para derrotar a direita em autarquias locais em que tal seria possível. Independentemente da situação política concreta em cada município e freguesia, estes são factores que têm que estar presentes nas escolhas da população.

A convergência das forças democráticas é essencial para uma alternativa. Mas a possibilidade dessa convergência e de construir uma real alternativa à direita será tanto maior, a prazo, quanto mais portugueses e portuguesas derem agora o seu apoio ao PCP e à CDU, forças políticas com um real projecto de mudança e defensoras consequentes de uma política democrática alternativa.

1.3. No quadro da sua política centralista e autoritária e de adulteração profunda da democracia portuguesa, o PSD não poderia deixar de atentar profundamente contra os interesses das autarquias locais. Essa é mais uma razão que impõe a necessidade de uma alternativa democrática.

Do ponto de vista do «sistema de governo local», o PSD, na esteira do «bloco central» (Governo PS/PSD), procurou persistentemente substituir a colegialidade pelo presidencialismo e pelo poder pessoal e sem controlo nos executivos. Procurou subalternizar e apagar o papel das assembleias municipais e de freguesia, dificultando o papel de contribuição construtiva, debate, fiscalização e apresentação de alternativas que deveriam desempenhar. Procurou romper com a proporcionalidade na eleição das câmaras municipais, transformando maiorias relativas em absolutas contra a vontade popular. O PS, por sua vez, acompanhou parte importante destas orientações, quer dando-lhes o seu apoio, quer não as contrariando. Chegou mesmo ao ponto de propor a liquidação da eleição directa e proporcional das câmaras municipais, pretendendo assim pôr termo ao carácter representativo e plural que actualmente as podem caracterizar.

O PSD assumiu igualmente uma grave responsabilidade, na esteira de anteriores governos, por ter mantido a escandalosa inconstitucionalidade por omissão que representa a não instituição das regiões administrativas, apesar de sucessivas promessas eleitorais, das necessidades decorrentes de um desenvolvimento participado, integrado e racionalizado e das necessidades decorrentes de uma reforma administrativa democrática. Em contrapartida, fortaleceu as Comissões de Coordenação Regional, estruturas controladas pelo PSD e orientadas para o controlo e ingerências na actividade das autarquias locais.

O PSD atentou igualmente contra os mais elementares direitos das freguesias, onde se situam os órgãos de poder local mais próximos das populações, mantendo, em grande medida, o estatuto de menoridade e subalternização herdado do passado, e que só foi contrariado onde os municípios descentralizaram atribuições e competências para as freguesias, como acontece quando a CDU tem a maioria nas câmaras municipais. O PSD, contrariando também aqui promessas, recusou a possibilidade de eleitos a tempo inteiro nas freguesias, as quais podem contratar trabalhadores mas não podem garantir que aqueles que o povo escolheu se dediquem mais tempo aos interesses e necessidades das populações.

O PSD transformou a indispensável tutela inspectiva de mero controlo de legalidade, sempre que conseguiu, num instrumento de ingerências inaceitáveis, procurando uma utilização partidária constante de inspecções, inquéritos e sindicâncias, em vez de

privilegiar o papel de apoio técnico que devem prioritariamente assumir. Esta orientação é parte, aliás, de uma orientação mais geral do PSD no sentido de usar e abusar das suas posições no aparelho de Estado para conduzir campanhas de cariz estritamente partidário e de natureza caluniosa contra o Poder Local e, em particular, contra as autarquias em que a CDU é maioritária.

1.4. O PSD manteve uma baixa participação das autarquias nas receitas públicas, que só os fundos comunitários atenuaram um pouco. Ao mesmo tempo, tentou transferir encargos, a pretexto de descentralizar competências, sem a garantia de adequadas contrapartidas financeiras.

Esta política de criação de grandes dificuldades financeiras às autarquias faz parte de uma orientação de desresponsabilização do Governo em relação aos direitos económicos, sociais e culturais das populações. O Governo PSD, porém, não assume que adopta uma tal política. Prefere transferir encargos sem contrapartidas financeiras minimamente adequadas. Foi o que aconteceu, em particular, com os transportes e acção social escolar e com a rede complementar de estradas. É o que o Governo tenta que aconteça, exercendo chantagem de modo a fazer depender a construção de equipamentos como escolas C+S ou centros de saúde, da sua exclusiva responsabilidade, do co-financiamento municipal. Foi o que o Governo tentou que acontecesse com o financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o pessoal não docente do ensino básico, com o programa de construção de quartéis das forças de segurança, com

alguns museus e monumentos nacionais e regionais e ainda com a cobrança de impostos. É ainda o que acontece com o chamado Programa de Extinção das Barracas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, que implicará um considerável endividamento e prejuízo para outros investimentos do Poder Local, que ficarão assim prejudicados pelo envolvimento dos municípios na satisfação de necessidades que deveria prioritariamente caber à Administração Central assegurar.

O PSD não se limita a desprezar as suas promessas eleitorais e os interesses das populações. Não se contenta com degradar os serviços públicos e cortar despesas e investimentos necessários para assegurar os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos. Procura também transferir as responsabilidades dos resultados gravosos de uma tal política para as autarquias, em particular para as que são administradas pela CDU e, em geral, por partidos da oposição. Procura, sem escrúpulos, fazer crer que as situações de miséria, marginalização social, de velha e «nova» pobreza, resultam da gestão democrática das autarquias e não da política neoliberal do Governo e do PSD. Subverte de facto o sentido e alcance político do conceito de descentralização e autonomia.

Esta política anti-social gravosa, acrescida das dificuldades criadas às autarquias, confirma a ideia de que as eleições autárquicas devem contribuir para uma alternativa ao Governo do PSD, quer por razões de política geral, quer por razões especificamente autárquicas.

## 2. O PCP e a defesa do Poder Local democrático

2.1. A política centralista e autoritária do Governo, de que é parte uma ampla e continuada ofensiva contra a autonomia administrativa e financeira das autarquias, encontrou pela frente uma firme e constante oposição do Partido Comunista Português.

Nas autarquias, nas associações nacionais de municípios e de freguesias e na Assembleia da República os comunistas têm desenvolvido uma intensa actividade em defesa do Poder Local democrático. Contribui também para esse objectivo a eficácia da gestão autárquica, o reforço da sua autonomia através da capacidade de decisão, a elevação da participação popular e das garantias dos cidadãos face ao Poder.

2.2. Constituem linhas de intervenção e propostas do Partido para defesa da autonomia das autarquias e da sua valorização:

- o reforço da autonomia financeira das autarquias através designadamente do aumento substancial dos seus meios financeiros e da indemnização dos encargos impostos e pelas isenções em matéria de receitas dos municípios decididas pelo Governo;
- a afirmação do conceito de valor reforçado da Lei de Finanças Locais em vigor, impedindo-se assim o incumprimento em anos sucessivos, a margem de descricionariade que tem conduzido à sua não aplicação e a imprevisibilidade das receitas a receber, impedindo assim a previsão atempada das verbas a receber do Orçamento de Estado pelo Poder Local;
- a definição de um regime estável e com taxas de juro bonificadas de empréstimos às autarquias;
- a aprovação de um novo regime de finanças locais, a elaborar no quadro da Assembleia da República em estreita cooperação com as associações de municípios e freguesias, que tenha em vista o reforço da capacidade financeira do conjunto e de cada uma das autarquias e a eventual revisão de critérios de distribuição de verbas;
- a regulamentação clara, de acordo com os municípios e freguesias, da lei de delimitação de competências entre a Administração Central e Local, fazendo corresponder os meios financeiros às novas competências e conferindo a estas a natureza de efectivos poderes e não de meros encargos que não correspondem a uma real capacidade de intervenção política e social;
- a revisão da lei da tutela, reconduzindo-a aos seus limites

constitucionais de verificação da mera legalidade e atribuindo exclusivamente aos tribunais o poder de juízo e penalização;

- a restituição das competências retiradas às autarquias locais designadamente no domínio da política e gestão urbanística e a descentralização de competências, no quadro e após a aprovação de planos de ordenamento, particularmente na gestão do litoral e de áreas de paisagem protegida e parques naturais, pondo termo às ingerências da Administração Central;
- uma nova política de solos capaz de dar eficácia à gestão dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território em curso que simplifique os processos de declaração de utilidade pública, posse administrativa e os mecanismos de direito de preferência;
- a aprovação de legislação sobre criação de empresas municipais, intermunicipais e regionais que permita a adopção de formas de gestão mais flexíveis e expeditas;
- a valorização do estatuto remuneratório e profissional dos trabalhadores da Administração Pública Local que contribua para a fixação e incentivo dos trabalhadores das autarquias, indispensável à prestação qualificada e eficaz do serviço público;
- o desbloqueamento do processo de criação de novos municípios onde existem aspirações legítimas das populações e de acordo com as necessidades do desenvolvimento do território;
- a criação de novas freguesias e o reforço ao apoio à sua instalação;
- o desenvolvimento de um programa de dignificação e reforço das freguesias, designadamente através de um novo regime de competências, de consagração do regime de permanência dos seus eleitos, do reforço e afectação directa dos seus meios financeiros e do apoio à dotação de instalações dignas e funcionais para as freguesias;
- a atribuição às assembleias municipais e de freguesia de novas competências, designadamente poderes orçamentais efectivos e a elevação da eficácia dos órgãos executivos e da colegialidade do seu funcionamento;
- o incentivo à participação popular e o reforço da garantia efectiva dos cidadãos face à Administração;
- a atribuição aos municípios do papel de parceiro activo e de corpo inteiro no processo de definição dos investimentos comunitários e da gestão dos fundos comunitários, indispensável à

concretização de uma política de «coesão económica e social» interna que permita a redução das assimetrias regionais e ultrapassar os atrasos de desenvolvimento das regiões do interior;

– a garantia de que a gestão do Fundo de Coesão seja integrado e assegurado por Programas Operacionais de base regional em cuja gestão se verifique uma participação adequada dos municípios.

2.3. No quadro da implementação do projecto de Poder Local democrático previsto na Constituição, é indispensável criar e instituir em concreto as regiões administrativas. As áreas das regiões devem ser definidas com a intervenção decisivamente conformadora das populações e as suas atribuições e competências devem ser transferidas da Administração Central e dos serviços periféricos, sem afectar os poderes e a autonomia dos municípios.

2.4. Em face das propostas de alteração do actual «sistema de governo dos municípios», quer do PSD, quer do PS, é oportuno afirmar que essas propostas não visam a verdadeira melhoria do sistema, da sua eficácia e democraticidade, mas meros e mesquinhos cálculos partidários.

Assim, a proposta do PSD visa transformar as maiorias relativas nas câmaras em maiorias absolutas, contrariando o voto popular. O pretexto da alteração é aumentar a eficácia do executivo municipal. Mas a verdade é que este é garantido através dos amplísimos poderes dos Presidentes das Câmaras, que incluem a distribuição de pelouros e a escolha de vereadores a tempo inteiro, e de acordos interpartidários. Não se justifica, em caso algum, adoptar o perigoso princípio de romper com o princípio democrático a pretexto da eficácia, que a experiência mostra que é passível de ser obtida pelos actuais executivos com maioria relativa.

A proposta do PS, que visa pôr termo à eleição directa das câmaras municipais e substituí-la pela transformação em Presidente de Câmara do cidadão que encabeça a lista mais votada para a Assembleia Municipal, à qual caberia eleger indirectamente os vereadores, poria termo à intervenção directa dos cidadãos na sua escolha, substituiria o voto directo por arranjos de bastidores, prejudicaria o pluralismo dos executivos municipais por conveniências partidárias, impediria cidadãos válidos de participarem na gestão municipal e afectaria a capacidade de fiscalização e controlo de forças minoritárias nos órgãos autárquicos. O PCP reconhece a necessidade de fortalecer as assembleias municipais e as suas competências, que foram, aliás, seriamente afectadas por legislação aprovada no tempo do chamado «bloco central», com a responsabilidade decisiva do PS. Já apresentou nesse sentido, em tempo oportuno, projectos de lei na Assembleia da República. Mas a via adequada para esse fortalecimento não é a via preconizada pelo PS, que antes visa abrir caminho a arranjos interpartidários, com a possibilidade de privilegiar alianças com a direita. Esta proposta, já antiga e agora reapresentada como inovadora e rapidamente copiada como sendo uma original criação por um pequeno grupo que proclama o objectivo de renovar a esquerda, não passaria de uma adulteração grosseira da democraticidade da eleição das câmaras municipais.

2.5. O Poder Local precisa de reformas profundas que vão no sentido da descentralização administrativa e financeira, da sua colegialidade e democraticidade e não no sentido de atentar contra o direito de os portugueses escolherem os vereadores das suas câmaras municipais e de estas terem uma composição democrática e plural.

### 3. Linhas de orientação para o novo mandato (1994-1997)

3.1. O trabalho realizado pelos eleitos do PCP e da CDU no actual mandato processou-se, em geral, de acordo com os objectivos definidos no Encontro Nacional do PCP realizado em 1989, tendo em conta os programas eleitorais apresentados há quase quatro anos, a vontade dos cidadãos e as possibilidades de actuação de Poder Local. Sem prejuízo de deficiências e erros que urge corrigir, pode dizer-se que o trabalho realizado confirma, em termos globais, a justeza das opções e a confiança manifestada pelas populações. Em geral, o trabalho realizado tem-se caracterizado pela:

– consolidação dos níveis, em muitos casos próximos da plena satisfação, de cobertura de redes de infra-estruturas básicas e prosseguimento da criação de sistemas de tratamento e destino final de resíduos sólidos e águas residuais, atingindo valores claramente muito acima dos conseguidos em autarquias administradas por outras forças políticas;

– diversificação e reforço da actividade sociocultural, traduzida em múltiplas iniciativas próprias, na democratização do acesso à prática desportiva, no apoio ao movimento associativo e aos agentes culturais, na recuperação e salvaguarda do património, na difusão e estímulo à criação de novos agentes culturais, na atenção crescente à infância, à juventude, na ligação da escola ao meio, na intervenção junto dos idosos;

– prosseguimento do trabalho de planeamento participado e integrado, visando contribuir, apesar das limitações decorrentes da política governamental, para um desenvolvimento harmonioso do território;

– contribuição para o desenvolvimento económico local valorizando as potencialidades turísticas, incentivando a fixação e dinamização dos agentes económicos, promovendo as actividades económicas em geral;

– modernização dos serviços, criando condições para um melhor atendimento e uma resposta célere às solicitações dos municípios.

O trabalho e a obra realizada, dando continuidade à actividade prosseguida em mandatos anteriores, traduz-se num valioso contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida

das populações e constitui um ponto de referência para o novo mandato que se avizinha.

3.2. Ao projecto autárquico do Partido e à sua concepção de exercício do poder é inerentes um conjunto de características essenciais que marcam e diferenciam, e devem diferenciar cada vez mais, o estilo de gestão desenvolvido pelos seus eleitos. Nesse sentido, são fundamentais as seguintes:

– a isenção nas atitudes e resoluções, a honestidade no desempenho pessoal dos cargos públicos, a recusa de privilégios e benefícios pessoais, o trabalho e dedicação aos interesses do povo assumidas pelos eleitos do PCP no exercício dos seus mandatos;

– a garantia de uma gestão democrática, aberta e participada em que a linha e o estilo de procura da participação popular na gestão se assumam não como mais uma área de actividade, mas como uma forma de procedimento e conduta natural;

– a informação e comunicação com as populações entendidas como um dever do poder e um direito dos cidadãos e como condição de participação e exercício democrático da gestão;

– a procura de uma alargada participação da população e dos agentes locais no processo de decisão, através da discussão directa e da criação de estruturas e comissões que permitam um relacionamento regular com as principais forças vivas;

– o estímulo e apoio ao trabalho e a outras expressões de intervenção directa das populações na resolução dos problemas;

– o apoio e fomento ao associativismo e a outras expressões de organização das populações;

– o respeito pelos cidadãos e a garantia dos seus direitos face à Administração;

– uma prática continuada e consistente de descentralização, valorizando o papel das freguesias e potenciando a intervenção das estruturas e organizações populares;

– a valorização dos órgãos deliberativos, envolvendo-os nas principais decisões e procurando atribuir-lhes uma intervenção própria, autónoma e activa;

- a salvaguarda do carácter público das principais competências municipais e do valor específico da gestão pública;
- a valorização do papel dos trabalhadores da autarquia na prossecução dos objectivos da gestão, estimulando a sua participação e contribuição e possibilitando a integração dos seus conhecimentos profissionais e técnicos ao serviço das populações.

Um estilo de trabalho nas autarquias assente numa linha de massas é condição para a garantia da eficácia da gestão e da justiça das suas opções, de elevação da intervenção cívica das populações e da sua organização e mobilização para a luta pelos seus direitos.

Uma gestão assente na participação das populações e dos trabalhadores contribuirá para uma consciencialização mais clara do trabalho realizado pelas autarquias, das condições em que é desenvolvido, e das responsabilidades não assumidas pela Administração Central e o Governo.

A situação criada pela desresponsabilização progressiva do Governo tem conduzido a uma crescente intervenção das autarquias em áreas que não são da sua competência e exige uma linha de informação própria e continuada que explicite, justifique e valorize o esforço suplementar assumido pelas autarquias, denunciando simultaneamente o demissionismo da política social do Governo e as suas consequências, organizando o protesto e a luta das populações contra essa mesma política.

**3.3.** De acordo com os objectivos definidos, a gestão dos eleitos do PCP e da CDU na década de 90 deve contribuir para a concretização e aprofundamento do conceito de desenvolvimento integrado no qual se conjuguem e complementem as componentes físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais.

Sublinha-se, simultaneamente, de acordo com a coerência destes objectivos a importância de uma gestão que tenha em vista:

- promover a qualidade de vida nas cidades e nas áreas metropolitanas assegurando uma dimensão humanizada ao funcionamento do seu tecido urbano e social;

- assegurar o ordenamento do litoral com garantia de um desenvolvimento sustentado que compatibilize o desenvolvimento económico com os valores ambientais, culturais e sociais;

- prosseguir uma política de ordenamento que revitalize o mundo rural através da diversificação da actividade económica e da valorização da função produtiva agrícola, que permita inverter a progressiva desertificação do interior.

Objectivos indissociáveis do trabalho e da luta pela descentralização e pela regionalização indispensáveis a uma verdadeira estratégia de desenvolvimento regional.

As linhas de orientação para o trabalho autárquico no próximo mandato decorrem dos objectivos e do estilo de gestão referidos.

**3.3.1.** No domínio do planeamento municipal e intermunicipal prosseguir as acções em curso, e alargá-las a outros concelhos e regiões, procurando estudar e aproveitar as experiências já existentes, nomeadamente no que se refere a:

- abordagem integrada do desenvolvimento, nas suas diversas componentes (territoriais, económicas, sociais, culturais, ambientais, institucionais, etc.);

- metodologias expeditas e eficazes que possibilitem o encurtamento dos prazos e a obtenção progressiva de resultados práticos;

- novas formas de assegurar a mobilização e participação da população e das organizações económicas e sociais no processo de planeamento e na implementação dos planos;

- articulação dos planos municipais e locais com os planos e programas centrais (PDR, PROT's, etc.) e com as entidades institucionais a eles ligados, tendo em conta as múltiplas situações de precedência;

- novas formas e métodos de intervenção das autarquias na dinamização do desenvolvimento socioeconómico;

- utilização de sistemas de informação eficazes e de novos

meios tecnológicos que permitam aceder rapidamente à informação disponível;

Sem menosprezo pelas acções de planeamento há que dar especial atenção à gestão urbanística, a qual deverá ser operativa e eficaz na aplicação das opções estratégicas e das soluções apresentadas nos Planos, evitando que se acumulem e agudizem os problemas, estrangulamentos e contradições inerentes aos processos de desenvolvimento e ordenamento do território.

**3.3.2.** Na área da habitação e urbanismo prosseguir as acções de:

- apoio às cooperativas de habitação através da cedência de terrenos e da isenção ou bonificação de taxas municipais;

- incentivo aos processos de reconversão dos bairros e loteamentos clandestinos;

- apoio aos programas de autoconstrução e autoacabamento;

- regulação e estímulo à construção privada de acordo com os planos aprovados, regras claras e desburocratização dos processos.

Considerar ainda, em função da nova legislação, a promoção directa de habitação ponderadamente avaliada, em situações delimitadas, sem prejuízo de exigência ao Governo dos adequados meios financeiros e da assunção das responsabilidades decisivas que lhe cabem neste domínio.

**3.3.3.** Na área dos equipamentos colectivos (de ensino, assistência, cultura e desporto) da competência do Poder Local prosseguir o esforço de construção, manutenção e funcionamento tendo em conta, nomeadamente, que:

- estes equipamentos devem ser, em geral, inseridos em redes devidamente articuladas a nível municipal e mesmo intermunicipal, implantadas no território por forma a assegurarem uma boa cobertura na prestação de serviços às populações;

- os equipamentos são o suporte material de actividades que devem corresponder à concretização prática de políticas municipais previamente definidas;

- a larga utilização e usufruto destes equipamentos pelas populações devem ser considerados como um importante contributo para o seu desenvolvimento sociocultural, pelo que devem ser aprofundadas as melhores formas de incentivar essa utilização, nomeadamente, quando possível, através da participação organizada na gestão desses equipamentos;

- ainda no que se refere aos equipamentos colectivos, há que prosseguir a luta junto do Poder Central, pela construção dos equipamentos que são da sua responsabilidade, procedendo para o efeito à mobilização das populações, nomeadamente através da informação adequada e oportuna.

**3.3.4.** Dinamizar o desenvolvimento económico regional e local compatibilizando-o com o equilíbrio ecológico, a qualidade do ambiente, os valores patrimoniais existentes e o ordenamento equilibrado do território, através de:

- criação de condições infra-estruturais básicas que possibilitem a realização de investimentos nos sectores produtivos e de serviços necessários ao desenvolvimento económico;

- promoção do diálogo com os agentes económicos e do desenvolvimento dos mecanismos de incentivo e apoio que favoreçam a fixação de novas actividades e que dinamizem e enquadrem a sua intervenção no desenvolvimento do território;

- organização e disponibilização da informação necessária à análise e decisão de investimento por parte dos agentes económicos públicos e privados, constituindo gabinetes municipais ou intermunicipais de apoio ao desenvolvimento económico;

- prosseguimento da luta por uma mais activa intervenção dos municípios na gestão dos fundos comunitários no âmbito dos programas operacionais e na verificação da aplicação dos restantes fundos incluídos nos vários programas sectoriais;

- enquadramento das iniciativas directas das autarquias nas áreas produtivas numa política mais geral de dinamização do tecido económico local;

- acompanhamento da evolução da economia local, da situação da empresa e dos trabalhadores designadamente através do diálogo com as suas estruturas representativas.

**3.3.5.** Para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano ter como objectivos:

- melhorar a imagem e a qualidade dos espaços urbanos;

– procurar uma mais equilibrada distribuição das principais funções urbanas designadamente da relação casa/emprego, escola e equipamentos colectivos;

– assegurar uma circulação fluente e não conflitual entre pessoas e viaturas;

– facilitar e estimular a convivibilidade e a vida comunitária, contribuindo para uma maior identificação e ligação ao meio e uma maior solidariedade e coesão sociais.

São de considerar para a prossecução destes objectivos as seguintes medidas:

– um ajustado planeamento urbanístico;

– a defesa e valorização do património arquitectónico, monumental, popular, natural e ambiental;

– a criação, preservação e manutenção de espaços verdes e parques urbanos adequadamente equipados para se poderem constituir como pólos de lazer e ocupação de tempos livres;

– a instalação de mobiliário urbano funcional e adequado às necessidades e características locais;

– o arranjo e desenvolvimento dos espaços exteriores dos bairros e centros urbanos cuidando das zonas de circulação, largos e praças públicas, e de outros elementos valorizativos da paisagem urbana;

– o reforço das acções de limpeza urbana e salubridade pública;

– a manutenção e conservação dos pavimentos dos principais arruamentos e da sua adequada sinalização;

– regular a utilização do solo e subsolo da via pública;

– a melhoria da qualidade dos projectos e das construções e do seu adequado enquadramento no ambiente em que se inserem;

– a promoção de planos de recuperação e renovação de loteamentos ilegais.

**3.3.6. No domínio do ambiente é necessário ter em conta:**

– garantir a integração das preocupações ambientais no planeamento e em todas as políticas sectoriais;

– colaborar e promover políticas de educação ambiental e a crescente consciencialização da importância local, regional, nacional e mundial dos problemas do ambiente;

– colaborar em políticas de defesa do consumidor;

– considerar o valor estratégico dos investimentos na área do ambiente, reclamando a sua crescente consideração, designadamente ao nível dos financiamentos do Orçamento de Estado e comunitários, e a intervenção das autarquias na sua gestão.

**3.3.7. Para a garantia de um bom nível de qualidade na prestação de serviços no domínio das infra-estruturas básicas ter em conta:**

– a expansão progressiva dos sistemas de tratamento e destino final dos resíduos sólidos e de águas residuais de forma a elevar os níveis de cobertura;

– a conclusão onde tal ainda se não verifique de redes de infra-estruturas básicas;

– a concretização de planos sistemáticos de manutenção, reparação, renovação e redimensionamento das redes e equipamentos e de construção de redes separativas onde ainda não existam;

– a necessidade de diligenciar com vista à criação de estruturas e organismos para controlo da qualidade da água;

– o incremento da reciclagem de resíduos sólidos;

– a conservação dos pavimentos de estradas e arruamentos;

– o estado de conservação e capacidade das redes de distribuição de energia eléctrica e de iluminação pública.

**3.3.8. No domínio da intervenção sociocultural, a ampliação e melhoria da actividade, inserida numa política municipal orientada para o desenvolvimento sociocultural das populações e do seu bem-estar, deve ser acompanhada de uma visão integradora e interdepartamental dos diversos programas e projectos.**

**3.3.8.1. Na área da educação e ensino importa considerar:**

– o desenvolvimento das acções que aproximem a escola ao meio e o ensino à vida privilegiando programas e projectos de animação sociocultural debatidos e participados com todos os agentes educativos;

– a concentração da atenção a investimentos nos domínios das competências claramente da responsabilidade das autarquias tendo em conta a evolução das exigências e novas necessidades no domínio da tipologia de equipamentos e de material escolar e didáctico;

– uma mais resoluta intervenção na expansão da rede pública do ensino pré-escolar;

– a criação de estruturas de coordenação e participação dos principais agentes educativos ao nível de cada município que contribuam para uma intervenção e relacionamento mais eficaz da autarquia com a escola negada na prática pela legislação em vigor.

**3.3.8.2. São de considerar no domínio da cultura:**

– o apoio crescentemente qualificado, com critérios claramente definidos, ao movimento associativo e outros agentes culturais existentes, e o fomento de novos com vista a responder e estimular novas apetências culturais e o apoio à formação;

– o alargamento da relação com as escolas através de programas diversos;

– a valorização, preservação e divulgação do património cultural regional e local;

– a concretização de novos projectos ao nível intermunicipal;

– a diversificação de actividades para novas camadas sociais, procurando captar e consolidar novos públicos;

– a promoção do diálogo cultural com as comunidades de emigrantes;

– a concretização crescente e planificada do investimento na área cultural.

**3.3.8.3. No campo do desporto importa considerar:**

– a coordenação e planificação da política desportiva local que contemple a perspectiva da humanização da sua prática e a construção de equipamentos, de acordo com o planeamento municipal, garantindo a sua plena utilização;

– o apoio aos movimentos desportivos de raiz popular;

– a consideração de que o desenvolvimento desportivo recomeça a superação de uma visão casuística ou intuitiva, exigindo crescentemente uma planificação e a intervenção de técnicos;

– a promoção de novas formas de fomento da actividade desportiva, apoiada nos equipamentos existentes;

– o apoio à formação de dirigentes associativos.

**3.3.8.4. Na área da política social há que:**

– acompanhar a evolução da realidade social e definir prioridades com vista à melhoria das condições de vida, e procurar contribuir para a eliminação ou prevenção da exclusão social e integração económica e social;

– assegurar a participação de diferentes estruturas associativas na inventariação dos problemas e na definição de políticas e estratégias;

– acompanhar a situação e transformação do tecido social produtivo local.

**3.3.9. No domínio da acção junto da juventude e do movimento juvenil considerar:**

– um permanente diálogo com os jovens e as suas associações;

– a criação ou reforço de estruturas específicas (pelouros, divisões e serviços) para acompanhar o trabalho com a juventude;

– o apoio ao associativismo juvenil e às suas realizações autónomas, estimulando a sua criatividade e capacidade de iniciativa;

– o apoio aos jovens criadores – músicos, pintores, escritores, artistas, fotógrafos, etc., – disponibilizando meios e espaços adequados para a concretização das suas iniciativas;

– a definição de uma política municipal de juventude assente no estudo e conhecimento da realidade social dos jovens e no diálogo com eles e as suas estruturas;

– o desenvolvimento de iniciativas em colaboração com escolas, associações juvenis, de pais e de outros agentes locais, dando atenção à criação e desenvolvimento de centros ou gabinetes de atendimento juvenil;

– o apoio às reivindicações junto do poder central de medi-

das e políticas que visem a melhoria das condições de vida dos jovens em áreas como a educação, emprego e formação profissional, habitação, transportes...

**3.3.10. Na área da protecção civil e da segurança das populações** procurar desenvolver uma intervenção que tenha como objectivos:

- exigir o pleno reconhecimento do papel do Poder Local e a clarificação das suas responsabilidades com a atribuição dos meios indispensáveis; insistir num plano nacional de prevenção dos fogos florestais; alertar para a importância dos serviços municipais de protecção civil, implementando as respectivas estruturas e os planos de emergência necessários tomando-os em consideração na elaboração dos planos directores municipais;

- sensibilizar através de campanha de divulgação a opinião pública para as questões da protecção civil que respeitam a toda a população;

- responsabilizar o Governo pela implementação dum autêntico Sistema Nacional de Protecção Civil dotado dos meios necessários, desgovernamentalizado, despartidarizado, participado e eficaz, com condições para coordenar a intervenção das instituições, órgãos especializados, autarquias e organizações não governamentais, nomeadamente bombeiros;

- intervir na procura de soluções de segurança mais eficazes para as populações, nomeadamente exigindo a satisfação das reivindicações a mais e melhores meios e investimentos na segurança e que a reestruturação das forças policiais seja conforme aos interesses das populações;

- defender intransigentemente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos contra quaisquer medidas repressivas e exigir o respeito das normas constitucionais relativas a medidas de polícia;

- exigir do Governo uma política socialmente mais justa que contribua para erradicar os fenómenos de marginalidade e criminalidade e um combate firme e empenhado à criminalidade, às associações criminosas, ao tráfico de drogas; à violência, aos crimes contra a economia e o ambiente.

- implementar Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, órgãos consultivos que, sem retirarem competências às forças de segurança, permitam a articulação, informação e cooperação entre as populações, organizações locais e as forças policiais na prevenção da marginalidade e delinquência e na segurança e tranquilidade dos cidadãos.

**3.3.11. Ao nível da modernização de serviços e da simplificação dos procedimentos administrativos e da valorização dos trabalhadores autárquicos:**

- melhorar, otimizar e humanizar a organização dos serviços autárquicos elevando a eficiência e eficácia de resposta às necessidades e solicitações das populações;

- garantir a disponibilidade dos eleitos para o contacto directo com as populações e o atendimento facilitando o acesso e proximidade dos cidadãos aos decisores autárquicos;

- dotar os serviços municipais de instalações funcionais e dos equipamentos adaptados para a resposta pronta às solicitações;

- garantir uma formação profissional contínua aos trabalhadores com funções de atendimento e contacto com o público;

- assegurar uma resposta pronta e fundamentada de acordo com os prazos e as disposições previstas na legislação;

- ampliar os meios e as formas que permitam a simplificação e a eliminação da obrigatoriedade de deslocação a serviços municipais;

- valorizar profissionalmente os trabalhadores;

- cuidar permanentemente das condições de trabalho dos trabalhadores de autarquias;

- programar o investimento com vista à melhoria e modernização dos locais de trabalho e instalações de apoio necessárias aos trabalhadores;

- criar serviços de saúde ocupacional.

**3.4. O exercício do papel de direcção para o trabalho autárquico constitui uma condição da maior importância para o desenvolvimento da acção do PCP nas autarquias de acordo com os objectivos e programas definidos e para o desempenho dos mandatos pelos eleitos.**

A inserção dos eleitos nos organismos e no trabalho colectivo assegura a sua intervenção na elaboração das orientações do Partido e constitui importante apoio aos eleitos para o desenvolvimento da sua actividade autárquica e para um mais alargado e recíproco conhecimento do sentir e das aspirações populares indispensável a uma gestão com elas identificadas.

A discussão regular nos organismos do Partido dos problemas locais e de gestão da autarquia constitui uma condição indispensável para a definição das principais orientações, da avaliação permanente da situação e dos problemas locais, e de intervenção e organização das populações na luta pela melhoria das suas condições de vida.

**3.5. O princípio de que os eleitos comunistas não devem ser beneficiados nem prejudicados pelo exercício de cargos públicos constitui um importante elemento diferenciador da conduta dos comunistas no exercício do poder e uma expressão de uma gestão das autarquias exclusivamente inspirada pelos interesses das populações.**

## 4. Preparar as eleições com toda a confiança

**4.1.** As eleições autárquicas de Dezembro próximo constituem uma exigente batalha política que requer o empenhamento de todo o Partido e uma intensa intervenção dinamizadora das suas organizações, estruturas, quadros e militantes.

A concepção das eleições autárquicas como uma batalha de todo o Partido abrange necessariamente quer orientações e medidas que, designadamente na parte final da pré-campanha e na campanha eleitoral, assegurem uma grande concentração de esforços e energias nas tarefas especificamente eleitorais, quer o prosseguimento do trabalho e da acção no poder local e a articulação e conjugação das outras principais tarefas e frentes de intervenção do Partido na vida nacional com os objectivos definidos para as eleições autárquicas.

**4.2.** Na preparação das próximas eleições autárquicas, de novo a CDU - Coligação Democrática Unitária se está afirmando como uma realidade singular da vida política nacional, pelas suas características de coligação que para além de se basear numa cooperação leal e estável entre o PCP, o Partido "Os Verdes" e a Intervenção Democrática constitui também um

espaço viabilizador da participação e intervenção de milhares de democratas independentes, pela resolução dos problemas das populações e pelo progresso e desenvolvimento das suas freguesias, concelhos e regiões, pela convergência e solidariedade das diversas forças que a compõem em torno de grandes valores e objectivos democráticos e progressistas, em firme oposição à política de direita, em perseverante luta por uma nova política e por uma alternativa democrática, ao serviço do povo e do país.

O regular e dinâmico funcionamento e o alargamento das estruturas da CDU, a valorização da sua composição unitária, a projecção pública da contribuição política das forças que a compõem e uma ampla participação nas listas da CDU de cidadãos independentes constituem aspectos da maior importância para assegurar o êxito da CDU nas próximas eleições autárquicas.

**4.3.** O PCP prepara-se para concorrer em todo o território nacional no quadro da CDU, à excepção do concelho de Lisboa, onde deverá ser assegurada a continuidade da valiosa experiên-

cia da Coligação “Por Lisboa”, tendo como núcleo político fundamental um acordo programático e de repartição de responsabilidade entre o PS e o PCP que, integrando também o PÉV, foi agora alargado à UDP e ao PSR.

A formação da Coligação “Por Lisboa” e a sua vitória permitiram não apenas pôr termo a 10 anos de desastrosa gestão de direita (PSD/CDS) mas iniciar e desenvolver um vasto processo de resposta decidida a graves problemas acumulados, abrindo novas e promissoras perspectivas de profunda mudança, renovação e modernização da capital do país.

O PCP orgulha-se legitimamente da destacada contribuição dada, através do vasto e qualificado trabalho desenvolvido pelos seus eleitos nos mais diversos órgãos autárquicos da capital, para honrar os compromissos assumidos com o eleitorado em 1989, permitindo encerrar com sólida confiança a renovação de uma importante vitória democrática no concelho de Lisboa.

4.4. A Coligação “Por Lisboa” pôs em evidência, não apenas através da sua vitória em 1989 mas também através do magnífico trabalho realizado pelo conjunto dos seus eleitos, as potencialidades da cooperação entre as forças democráticas, sustentada em acordos políticos transparentes e respeitadores da autonomia, da dignidade e identidade de cada força política.

A proposta feita pelo PCP ao PS para o exame conjunto da possibilidade de formação de coligações entre os dois partidos na totalidade ou em parte dos 18 concelhos, onde vivem mais de 1 milhão de portugueses, actualmente geridos pela direita mas nos quais, em 1989, as forças democráticas, em conjunto, obtiveram uma maioria de votos, correspondia a uma alargada aspiração – que se manifesta também a diversos níveis no próprio PS –, de alargar a cooperação entre o PCP e o PS para derrotar a direita e conquistar uma gestão eficiente e democrática para esses municípios.

A repetida recusa do PS em considerar seriamente tal possibilidade e as suas absurdas propostas, não para coligações com o PCP para derrotar a direita, mas para coligações em que a CDU lhe cedesse presidências que detém em concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, colocam o PS como único e exclusivo responsável pela eventual conservação pelo PSD de importantes posições autárquicas. Estas posições do PS desacreditam, por si só, as previsíveis manobras de apelo ao chamado “voto útil” que, nesses e noutros concelhos, o PS venha a lançar em direcção do eleitorado da CDU.

O voto na CDU e a eleição de candidatos seus constituirá em todas as situações, mesmo naquelas em que a vitória não se afigure possível, a mais segura garantia da presença de uma voz empenhada na defesa dos interesses das populações, na exigência de um funcionamento transparente e democrático das autarquias e um factor de dinamização da actividade dos seus órgãos.

4.5. O trabalho realizado pelos eleitos da CDU nas mais diversas situações em todo o território nacional, o seu património de propostas, soluções e estilo de trabalho, o amplo descontentamento com a política do governo do PSD, a positiva diferenciação da CDU em relação ao PS que, em termos de política nacional e de projecto

autárquico, mantém graves aproximações com a política da direita, tornam perfeitamente legítimo considerar que está ao alcance do Partido concretizar, nos resultados da eleições autárquicas, os objectivos globais definidos no seu XIV Congresso, designadamente:

- a confirmação e reforço das posições do PCP e CDU nos municípios e freguesias onde hoje é maioritária;
- a conquista da presidência em novos municípios e freguesias;
- a ampliação das posições que hoje detém em situação de minoria e a obtenção de mandatos em autarquias onde actualmente não tem representação;
- o enfraquecimento das posições da direita contribuindo para uma sua clara derrota que favoreça a luta e o caminho para uma alternativa democrática.

Assume uma enorme importância eleitoral e constitui um objectivo geral a apresentação de candidaturas da CDU a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias do País.

4.6. No quadro das tarefas e preocupações relativas à preparação da intervenção eleitoral e ao próprio desenvolvimento da campanha eleitoral, especial atenção devem merecer:

- a necessidade de combinar cuidadosamente o respeito por orientações gerais comuns com a grande diversidade de situações concretas que se verificam em cada município e freguesia;
- o desenvolvimento de um firme combate quer às previsíveis campanhas que o PSD desencadeará para responsabilizar a gestão da CDU por situações e problemas, designadamente na esfera social e económica, que são da inteira responsabilidade da política governamental quer às também previsíveis operações que o PS, nomeadamente distorcendo e deturpando o real significado da Coligação PS-PCP no concelho de Lisboa, certamente promoverá procurando obter deslocações do eleitorado da CDU;
- a cuidada elaboração dos programas e das listas a apresentar aos eleitores que devem contar com uma ampla participação democrática e a atribuição aos candidatos de um relevante papel nas diversas fases do trabalho eleitoral;

– a adequada coordenação e planeamento, em termos de mensagem e de iniciativas, da intervenção pré-eleitoral e eleitoral;

– a adopção, tanto no plano da prestação de contas e do cumprimento dos compromissos assumidos para o actual mandato como no plano de intervenção pré-eleitoral e eleitoral, de orientações e iniciativas audaciosamente voltadas para um largo contacto directo com as populações;

– o desenvolvimento de um forte movimento de juventude CDU que, responsabilizando a JCP e muitos outros jovens, nomeadamente sem filiação partidária, permita a concretização de iniciativas e a mobilização da juventude para o apoio à CDU, às suas propostas e candidaturas;

– a forte e permanente afirmação de uma linha de intervenção e esclarecimento centrada sobre a importância da presença da CDU em todas as autarquias e da insubstituível utilidade do voto na CDU em toda a parte.

O PCP parte com confiança para as próximas eleições autárquicas. Pelo prestígio conquistado no trabalho realizado, pelo respeito adquirido pelos compromissos assumidos, pela experiência, dedicação e competência reconhecidas aos eleitos do PCP e da CDU.

Um forte e alargado empenhamento do PCP e de todo o seu colectivo partidário, dos «Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de outros democratas, com e sem filiação partidária na campanha eleitoral permitirá garantir em Dezembro próximo uma grande votação na CDU que confirme e reforce as suas posições e que constitua um contributo para uma alternativa democrática na vida política do País.



Milhares de pessoas saíram à rua a exigir outra política para a pesca

Os anos pesam, o trabalho também; só o dinheiro é cada vez mais leve nos bolsos

alteração do horário da segunda venda de pescado; redução do preço do gasóleo; subsídio aos pescadores; caldeiradas pagas todos os dias; redução das garantias bancárias exigidas para o comércio; juros bonificados.

Se o rol das reivindicações é grande, o mesmo não se pode dizer dos resultados imediatos alcançados. O horário da segunda venda (o detestado peixe espanhol) passou para as três da manhã, dando tempo a que os pescadores portugueses cheguem primeiro a terra com o seu produto, que esperam conseguir vender a melhor preço do que até aqui. As propostas de alarga-



Homens, sentem na carne as dificuldades de todos os dias



mento do crédito ficaram em estudo. As várias entidades envolvidas no processo formaram um grupo de trabalho a quem cabe elaborar um estudo aprofundado dos problemas da pesca e suas consequências sociais, a apresentar ao ministro no prazo máximo de 15 de dias, para apreciação e tomada de medidas.

Sindicato, armadores, Câmara, capitania do porto, valorizam esta abertura ao diálogo e estão dispostos a conceder ao Governo o benefício da dúvida. Para os milhares de pessoas que na passada sexta-feira encheram o largo da Câmara, soube a pouco. Mas o desespero nem sempre é bom conselheiro. Como afirma o Sindicato num comunicado entretanto distribuído à população (e que publicamos em separado), a luta continuará e novas paralisações poderão surgir, caso as soluções reclamadas não forem satisfeitas.

Os pescadores voltaram ao mar. Com os olhos postos em terra.

## Comunicado

As organizações de produtores e o Sindicato dos Pescadores de Peniche, reunidos na passada quinta-feira a seguir à concentração popular realizada na praça do município, aprovaram o seguinte comunicado:

Após cinco dias de paralisação absoluta do Porto de Peniche, as organizações signatárias, representativas dos pescadores e do armamento locais, declaram terminada a paralisação decretada na passada segunda-feira.

Com isto, não consideram que se acabaram os problemas da pesca no Porto de Peniche, mas simplesmente que, conseguida a devida apresentação ao Ministério do Mar das medidas consideradas indispensáveis, se segue agora um período para desenvolver o diálogo com o Governo, destinado a pôr em vigor essas medidas. Diálogo este que terá de ser realizado com a máxima urgência e produzir resultados ainda mais rápidos, pois a crise que estamos a viver, sem dúvida a mais grave até agora conhecida, não suporta a perda de um dia que seja.

- \* Apoio ao rendimento dos pescadores;
- \* Créditos sem juros às empresas;
- \* Garantias para o escoamento da produção a preços aceitáveis;

São algumas das medidas de emergência com carácter excepcional que a crise

instalada reclama, para as quais o Governo tem de encontrar resposta.

As organizações signatárias estão unidas nos mesmos propósitos de encontrar soluções para a pesca do nosso porto, que dêem esperanças de vida digna aos pescadores e de sobrevivência às empresas, única condição para evitar o colapso da própria cidade.

Por estes objectivos nos empenharemos, querendo deixar bem claro perante todos que não nos deixaremos embalar com promessas, nem permitiremos o arrastar do diálogo para além do tempo necessário à aprovação das medidas reclamadas.

Podem os pescadores, os armadores e toda a cidade ficar tranquilos que o nosso esforço será total e sem cedências, e que novas paralisações poderão surgir, caso as soluções reclamadas não forem satisfeitas.

Agradecemos a toda a população e às autoridades locais o apoio e compreensão que deram a esta paralisação, apelando a que esta disponibilidade se mantenha no futuro em iguais condições.

Aos pescadores e armadores apelamos igualmente ao seu acompanhamento das iniciativas futuras, para que, em unidade e com sentido de responsabilidade, possamos concretizar os objectivos que nos são comuns.

# A coisa está a compor-se

Com a habitual cobertura mediática, o PS anunciou, nos últimos dias, com a pompa e circunstância a que nos habituou, a intenção de ter um "Projecto Global" para a Área Metropolitana de Lisboa. O anúncio coincidiu com a apresentação, em versão panorâmica, dos seus candidatos à respectiva área. Tudo bem...

Já se sabia que para a actual direcção do Partido Socialista constituía uma linha estratégica combater aquilo que consideram "uma influência excessiva" da CDU nos municípios da respectiva área, o que para um Partido que se diz de oposição ao PSD poderá parecer estranho como objectivo. Só o é, entretanto para os mais distraídos. Na realidade, tal atitude não é mais do que uma evolução na continuidade na acção política deste Partido.

As contribuições para a anunciada intenção de "Projecto Global", no estilo a que já nos habituou o Partido Socialista, serão o somatório de ideias avulsas dos seus diversos candidatos e acompanhantes, numa linha muito frequente que tem marcado a sua intervenção política. Na ausência de sérios e reais projectos que obriguem ao estudo dos problemas e à definição de uma linha clara para os resolver, privilegia-se a globalização da vulgaridade. Promete-se o incumprível, ou então, com o maior desplaneamento propõem-se combater efeitos de causas que promovem.

A ausência de credibilidade de tais propósitos por parte do PS é comprovada pela prática de anos dos seus autarcas. No Algarve, o PS dispõe da maioria em 12 das dezasseis Câmaras. Não tem, como nunca teve, qualquer proposta global para enfrentar os reais problemas que a região enfrenta no plano do desenvolvimento regional, nem tampouco no que respeita às infra-estruturas. O PS não teve uma posição comum em relação ao traçado da Via do Infante. Privilegiou, Câmara a Câmara, o negociamento com o poder central em prejuízo de um combate sério e global contra as implicações do PROTAL. Cada Presidente de Câmara PS tratou da sua quinta, contribuindo assim para que as autarquias diminuíssem poderes em benefício do poder central. A Assembleia Distrital não funciona. A recente criação da AMAL (Associação dos Municípios do Algarve) tem sido um palco de disputa dos vários interesses particulares de cada Presidente do PS, em prejuízo da discussão e harmonização de posições em defesa dos interesses regionais e do combate à política centralista deste Governo. PS que, falando de regionalização, com todo o peso que esta questão tem no Algarve, nada tem feito para conjugar esforços para que este processo avance.

Mas os exemplos podem ser multiplicados por outras zonas do País. O "autarca modelo" Narciso de Miranda, Presidente da Câmara de Matosinhos desde o 25 de Abril, depois de ter plantado cimento armado em tudo o que é metro quadrado, vem agora prometer cuidar do ambiente e da qualidade de vida. Empanturou-se, virou gibóia, nem as águas do Cintra o curam da indigestão. Fernando Gomes, autarca de perfil europeu, seguramente também em nome de qualquer outro projecto global, prepara-se, entre outros aspectos, para recuperar a zona histórica do Porto à custa da expulsão dos seus moradores de sempre.

Interessante é pois neste quadro analisar as declarações de Judas avançadas como contribuições para o tal "Projecto Global". A referência só tem significado como amostra daquilo que será o seu conteúdo. Porque são típicas do arrivismo político, do eleitoralismo mais desbragado, em regra misturado com a profunda ignorância e a ausência de

valores. Porque demonstram, em suma, como a soma de dois mais dois pode dar zero ou, por outras palavras, como acrescentar coisa à coisa pode dar coisa nenhuma.

Judas começa por se posicionar. Ficamos a saber que para este candidato do PS a "honestidade é um pressuposto". Isto é, não é um valor intrínseco, um ponto de partida, é somente um propósito. Não nos surpreende.

Ficou a saber-se, no feérico rodopio das suas declarações, que a sua aposta para Cascais é no turismo de qualidade, dirigido para a classe média e alta porque o turismo de massas contribui para a degradação do património e do ambiente. Estrategicamente, predende apostar nas indústrias do lazer prometendo a construção de um hipódromo. Do Robin inicial ficou-lhe o gosto pela montada. Num toque de modernidade deu outra dimensão ao bicho aumentando a sua rentabilidade. Termina com o convite ao Secretário-Geral do PS para que este se mude para Cascais com a promessa, sensível ao bom gosto do Eng<sup>o</sup> Guterres, de que lhe "vai dar gozo" ali viver. A ignorância, o disparate e o oportunismo de mãos dadas num virote. A vertigem do poder tem destas coisas. Perde-se a noção das realidades. Dão-se tiros no pé. É o que tem acontecido a este mediaticamente amplificado candidato.

Já sabíamos que para Judas o sindicalismo tinha os dias contados. Ficamos a saber agora que a praia de Cascais, que constitui com as restantes da linha uma opção de lazer para dezenas de milhares de pessoas, trabalhadores, que habitam estes e outros concelhos periféricos, é direito que pode ser vedado. O disparate é grande porque Judas não sabe do que está a falar. Identifica turismo de qualidade com oferta turística para pequenos segmentos de mercado mais endinheirados que naturalmente não terão nas praias da linha a opção para as suas férias. Esquece que o que degrada o ambiente e a qualidade de vida são as opções urbanísticas e o desprezo pelas infra-estruturas que os seus colegas autarcas do PS têm praticado ao longo do litoral e de que o Algarve é um triste exemplo. Antes do hipódromo, é necessário que o município resolva, juntamente com outros, os graves problemas de saneamento básico, esses sim, responsáveis pela degradação do ambiente.

Compreendemos o requintado gosto de Judas e dos seus amigos e a incomodidade que pode significar frequentarem uma praia juntamente com trabalhadores sem



**CARLOS LUÍS FIGUEIRA**  
Membro da Comissão Política

As contribuições para a anunciada intenção de "Projecto Global", no estilo a que já nos habituou o Partido Socialista, serão o somatório de ideias avulsas dos seus diversos candidatos e acompanhantes, numa linha muito frequente que tem marcado a sua intervenção política

dinheiro para usar vestuário de última moda e bronzeadores perfumados adequadamente. Judas pode ter a tentação de vir a propor até a privatização das praias do seu adoptado concelho. Mas para martirio deste candidato ainda há força e gente neste país disposta a lutar pelos seus direitos nos quais se inserem a livre fruição das praias pela população portuguesa e por quem decida visitar-nos.

Com tal amostra, aqui fica um sério aviso aos eleitores de Cascais. Com tais contribuições para o "Projecto Global" mais razões ficam para que a população da Área Metropolitana de Lisboa confirme a confiança e o apoio que tem dado à gestão da CDU.

À velocidade de cruzeiro do europeu TGV a clarificação da situação política e o posicionamento, as perspectivas, valores e projectos por que se batem alguns mediáticos interventores vão rapidamente clarificando-se.

É interessante verificar a hipocrisia que dominou algumas das análises feitas a propósito da nomeação de Zita Seabra para o SNA, bem como a candidatura de Judas à Câmara de Cascais. Tais prosas e incomodidades só se tornariam credíveis se fossem acompanhadas de uma clara e inequívoca crítica a comportamentos assumidos pelos mesmos que agora fustigam tais personagens quando em sua defesa saíram a terreiro com os mais descabelados libelos acusatórios e insultos aos objectivos de luta, à estrutura, ao funcionamento e à forma como o PCP, com toda a legitimidade, entendeu resolver problemas que se prendiam com atitudes assumidas por quem desde há muito tinha deixado de ser comunista. Ficam, entretanto, como exposição pública de actos de má consciência exemplificados pela que é dada pelo do director do jornal do patrão da Sonae.

Pois é. As coisas estão a compor-se!

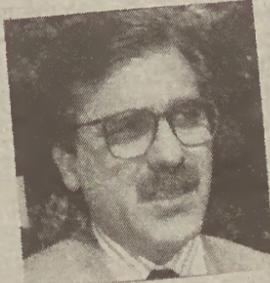


# Administração Interna

## A treta e o autoritarismo

■ Carlos Gonçalves

Em Outubro de 92, o MAI Dias Loureiro afirmou numa entrevista: "Não sou candidato ao lugar de Cavaco". O futuro permitirá aferir esta declaração, mas desde já, analisando a sua política, ressalta que está bem colocado nas candidaturas aos prémios Cavaquistas da Treta e do Autoritarismo, apesar do despique renhido com todos os seus cor-religionários de Governo.



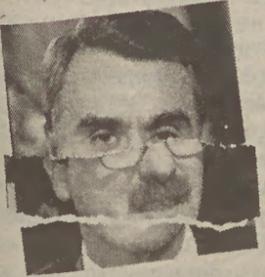
### Os índices

O MAI, à medida que sobe de tom o coro de desapoio e contestação à sua política, vem insistindo com mais frequência numa bem conhecida técnica do arsenal cavaquista - a manipulação dos números. Neste caso, os da criminalidade, procurando fazer passar a ideia de que a reestruturação das Forças de Segurança está a conduzir a bons resultados.

Assim, no Relatório de Segurança Interna afirmava-se um acréscimo da criminalidade de 91 para 92 de 8%, mas o estudo atento dos índices das Forças de Segurança e da realidade nacional permite concluir que são muito mais realistas os 20% na mesma ocasião divulgados pela Procuradoria-Geral da República.

Aliás, convém ter presente o efeito perverso sobre a taxa de criminalidade da redução substancial da confiança nos serviços de Estado para a segurança das populações, ficando cada vez mais crimes, mais e mais tragédias humanas sem participação às autoridades responsáveis (78% em Lisboa, segundo o Provedor de Justiça).

O ardid do MAI relativo aos índices de criminalidade já não convence. Nem as Autarquias, que continuam a exigir o reforço de meios de policiamento, nem os profissionais que contestam a sua política, nem o Poder Judicial que se distancia e apresenta números diferentes, nem os parceiros comunitários ou os EUA cujas referências à situação nacional neste aspecto são normalmente negativas.



### A reestruturação

A reestruturação das Forças de Segurança tem sido o chavão da permanente campanha de autopromoção mediática do ministro Dias Loureiro.

Mas a reestruturação tem-se revelado um fracasso.

Desde logo porque tem sido veementemente posta em causa pelos profissionais, pelas populações envolvidas e pelas autarquias, mesmo as do PSD.

Depois porque essa contestação conduziu já a profundas alterações nos planos iniciais, seja no dispositivo da PSP em Lisboa, seja na reestruturação geográfica, estando definitivamente canceladas ou adiadas *sine die* muitas das substituições da PSP pela GNR em diversas localidades onde estavam previstas.

Em terceiro lugar, porque o carácter absolutamente irresponsável das decisões tomadas não que respeita à digestão da Guarda Fiscal pela GNR, sem apoio em estudos prévios ou consulta aos profissionais e entidades envolvidas, conduziu ao adiamento, falhanço ou presumível próximo fracasso de elementos importantes desse processo.

A reestruturação das Forças de Segurança, cuja apresentação pelo MAI contou com a presença e apoio de Cavaco Silva, tem como quadro enformador a redução das despesas de Estado com a segurança dos cidadãos e como razão de fundo as ambições e vaidades do ministro.

Esta reestruturação surge assim como um

estratagem de que não resulta nem uma autêntica reorganização dos meios e capacidades de resposta, de coordenação e articulação, de doutrina e equipamentos das Forças de Segurança, nem a melhoria dos índices de criminalidade, nem a necessária evolução no sentido da desmilitarização, judicialização e reconhecimento dos direitos dos seus profissionais.

### Os direitos dos profissionais

Dias Loureiro enche a boca de palavras sobre as condições de trabalho e o respeito pelos profissionais mas não recebe as suas estruturas representativas, não satisfaz uma única das suas aspirações, não reconhece ao pessoal das Forças que insiste em manter militarizadas - a GNR e a agora extinta Guarda Fiscal - o simples direito ao horário de trabalho, mantendo estes profissionais como os mais escravizados, mal pagos e mal amados de que há notícia na realidade portuguesa.

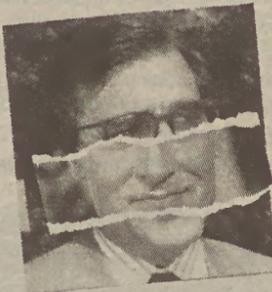
Portugal e a Grécia são os únicos países da Comunidade Europeia que não reconhecem o direito sindical na Polícia - à revelia das resoluções do Conselho das Comunidades e do Parlamento Europeu.

Hoje mesmo decorre em Lisboa uma manifestação exigindo o reconhecimento do direito sindical ao pessoal da PSP e de solidariedade com os dirigentes da sua Associação representativa vítimas de inqualificáveis processos persecutórios.

Veremos se o Governo entende a onda de solidariedade que rodeia os polícias portugueses e inverte a sua política a este respeito ou se continua pela via antidemocrática e repressiva.

Foi aliás esta a tónica que imperou, faz hoje uma semana, quando o Conselho de Ministros aprovou legislação relativa à reestruturação da GNR em que, contra a corrente da história, reafirmou a definição de "Corpo Especial de Tropas" "constituído por militares", sujeitando o seu pessoal injustificavelmente e com prejuízo efectivo para as respectivas missões, ao Estatuto, Códigos e Regulamentos militares que só o Governo e a extrema-direita apoiam incondicionalmente e de que o próprio Procurador Geral da República questiona a constitucionalidade.

Ou seja, a política do MAI relativa aos direitos dos profissionais das Forças de Segurança é um autêntico paleio que serve de cobertura a uma actuação persecutória, repressiva e antidemocrática.



### Os direitos dos cidadãos

O Ministério da Administração Interna é particularmente responsável no que respeita à garantia dos direitos dos cidadãos.

Seria assim de esperar que o respectivo ministro tives-

se uma política cuidadosa e transparente em tudo o que respeita a medidas de polícia, de controlo e fichagem de cidadãos, de busca de informação, de repressão, etc.

Mas o que se passa, também neste aspecto, é muito negativo e perigoso.

É o caso da actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contra imigrantes dos PALOP e do Brasil, da legislação que cria os "Centros de Instalação Temporária" para a expulsão de estrangeiros e em geral de toda a actuação do MAI a este respeito, bem expressa nas suas intervenções na Assembleia da República que reúnem todas as "justificações" aduzíveis às teses xenófobas.

Daí a condenação da opinião pública, de dignitários da Igreja e do Procurador-Geral da República a esta política.

É o caso da actuação do MAI envolvente aos Acordos Schengen, implementando-os antes de devidamente ratificados pelo PR, sem estarem acautelados os direitos dos cidadãos face aos dados informatizados, sem garantida da autonomia das Forças de Segurança nacionais.

É o caso do Serviço de Informações de Segurança, transformado pelo MAI em autêntica polícia política, cuja actividade é a vigilância, infiltração e provocação de movimentos cívicos, sindicais e políticos, absolutamente legais e pacíficos, em proveito exclusivo das opções político-partidárias do Governo e que nada tem a ver com a produção de informações destinadas a garantir a segurança interna do Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

Enfim, a política do MAI no que respeita aos direitos dos cidadãos é um embuste de palavras bonitas mas cujo conteúdo é uma prática maximalista de princípio, cerceando e reprimindo direitos, procurando dar consistência a uma autoridade que se pretende inquestionável e retirar aos cidadãos quaisquer veleidades de protesto.

### O acessório e o essencial

O MAI, como se verifica, tem uma política de tretas, de manhas, de palavreado e ardis, destinados quer a gerir a sua imagem mediática e ambição política, quer os calendários e objectivos do Governo.

Mas seria ilusório não compreender que o essencial desta política é o vezo antidemocrático, autoritário e repressivo, que o fundamental é o conteúdo de classe, a ideologia neoliberal e a gestão anti-social dos fundos e dos serviços de Estado.

Ou seja, a candidatura do MAI ao prémio Cavaquista da Treta é acessória e a luta por um lugar no pódio do prémio do Autoritarismo isso sim é essencial.

Por isso, contra esta política têm-se desenvolvido movimentações e combates dispersos mas de crescente importância e amplitude.



O PCP tem vindo a intervir empenhadamente, procurando os caminhos duma verdadeira alternativa na Administração Interna e segurança dos cidadãos.

Hoje mesmo é discutido na AR um projecto de lei do PCP que propõe a criação de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, estruturas com carácter consultivo que se ocupem das questões relativas à segurança e tranquilidade públicas assegurando a cooperação do Poder Local com as diversas autoridades judiciais, policiais, etc.

É um contributo e uma possibilidade de abrir um novo caminho para a resolução dos problemas, pondo cobro à treta e ao autoritarismo na Administração Interna.



# A Crise da Agricultura

— Realidades e Equívocos

É o produto do liberalismo egoísta que pressiona a formação de mercado concorrencial, capaz de impor o drama dos camponeses abandonados ao admitir-se os efeitos incontroláveis da competitividade desenfreada, que destrói as estruturas de protecção dos recursos alimentares e conduz à desertificação de espaços antes povoados. (...) Nenhum dos componentes da comunidade deve prescindir da sua agricultura de defesa vital, concebida como alicerce de tudo o que na natureza existe, como necessidade de sobrevivência progressiva.

Prof. Eugénio Castro Caldas  
(Conferência proferida no ISA, 18-20 Nov., 1992)

A opinião pública e em particular os meios ligados à agricultura tiveram recentemente conhecimento de um texto - manifesto intitulado «Um Contributo para a Defesa do Mundo Rural», divulgado em sessão pública no Instituto Superior de Agronomia por oito personalidades - algumas das quais com significativas responsabilidades na formulação, enquadramento técnico e execução da política agrícola prosseguida na última década (períodos de pré-adesão e já de integração) -, tendo em vista, designadamente, contribuir «para um amplo debate sobre o futuro da agricultura e do mundo rural português (...).»<sup>(1)</sup>

Afirmam os autores que pretendem «sensibilizar a opinião pública para os perigos da situação da agricultura e do mundo rural, combater (...) o desânimo que crescentemente se tem vindo a instalar no meio agrícola nacional (...) e ao mesmo tempo mostrar que existem algumas soluções (...).»

Definem a posição que assumem como um «dever profissional e moral», assegurando que não aceitam «desvios visando qualquer aproveitamento (...).», não obstante estarem «conscientes que a sua atitude pode ser incorrectamente notada com uma ou outra orientação partidária ou abusivamente aproveitada por «lobbies» sectoriais ou para disputas político-partidárias sem interesse para o sector».

Ou seja, os signatários pretendem colocar-se tão-só no plano da técnica quimicamente pura e não maculada pela política para «discutir os problemas (...) essenciais para o futuro da agricultura e dos agricultores portugueses que vivem momentos de grande desânimo», os quais pela sua própria natureza envolvem escolhas e opções de natureza política.

Este exorcismo da política e dos partidos configura um insustentável sofisma que os próprios, aliás, logo se encarregam de esclarecer mais adiante, quando consideram que a adesão à CEE, entre outras virtualidades, «contribuiu notoriamente para a estabilização emocional do sector após a agitação ideológica que precedeu a normalização da vida pública portuguesa».

Juízo de valor este que releva de uma evidente «apolitidade» e critérios «técnicos», tanto mais de sublinhar quanto é patente aos olhos do País a profunda «normalidade» que hoje vive a agricultura portuguesa e a manifesta «estabilidade emocional» dos agricultores, seis anos após a adesão!

A questão é, obviamente, outra. E não passa por neutralidades políticas fictícias.

Convém não iludir «que a adesão à CEE não foi uma necessidade especificamente agrícola; foi sim o resultado de uma motivação de ordem política», como objectivamente assume um dos principais protagonistas do processo de integração na área da agricultura<sup>(2)</sup>. E que esta não constitui um todo homogéneo, sendo sim uma realidade económico-social diversificada, percorrida por conflitualidades, onde se confrontam interesses distintos que se exprimem em clivagens políticas e partidárias, nem as tecnologias e modelos económicos de desenvolvimento são socialmente neutros e universais, à margem das diferentes racionalidades e lógicas económicas que integram o tecido produtivo agrícola.

É neste plano que esta tomada de posição e o texto divulgado assumem um real significado político: pelo que se afirma e pelo que se omite; pelo que se valoriza e pelo que se subestima; pelo momento considerado oportuno para a tomada desta atitude pública.

## As raízes da crise

A apreciação que se faz da situação da agricultura assenta em dois pressupostos-base:

- a adesão à CEE foi excelente, permitiu um fluxo financeiro vultoso que gerou um significativo crescimento do investimento e da produtividade do trabalho;
- as dificuldades actuais, nomeadamente a acentuada queda dos rendimentos dos agricultores, devem-se sobretudo a factores imprevisíveis, como a Reforma da PAC, a aceleração do processo de harmonização de preços e a política macroeconómica decorrente da chamada convergência nominal.

Omite-se, assim, que a adesão de Portugal à CEE ocorreu num tempo em que se avolumava já a crise da Política Agrícola Comum (PAC). Em que ganhava já corpo a Reforma da

PAC, cujo objectivo seria a eliminação dos excedentes e a contenção da produção, tendo como instrumento determinante uma política restritiva de preços que iria aumentar o diferencial entre os preços comunitários e os portugueses e tornar ainda mais gravoso o processo de harmonização.

Sublinhando como causas explicativas da situação actual a Reforma da PAC, bem como as políticas anti-inflacionista e cambial, com reflexos, naturalmente negativos nos rendimentos agrícolas, subestima-se a evidente contradição existente entre os objectivos da PAC e as exigências do desenvolvimento da agricultura portuguesa e deixa-se incólume, nos seus aspectos fundamentais, a política agrícola prosseguida e o

modelo de desenvolvimento adoptado, assentes na dicotomia entre um chamado sector competitivo, onde fundamentalmente se concentra o investimento produtivo, e um sector dito social, a que se destinam sobretudo políticas assistenciais, que crescentemente têm agravado aquela contradição.

Assim, o investimento gerado pelos fluxos financeiros da Comunidade veio a caracterizar-se por uma acentuada assimetria regional, tendo o Ribatejo e o Alentejo, regiões de predominância das grandes explorações, captado mais de 50% do investimento individual, quer no âmbito do Reg. (CEE) 2328/91 (que substituiu o Reg. (CEE) 797/85), quer do PEDAP.

Em consequência, as explorações inferiores a cinco hectares, que representam mais de 80% do total, mais de 70% do trabalho agrícola e cerca de 25% da área total, mas que contribuem com cerca de 45% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) do sector, obtendo em geral produtividades por unidade de área superiores às das grandes explorações, tiveram um número de projectos aprovados que corresponde apenas a 0,8% da área beneficiada, enquanto nas explorações de área superior a cem hectares (0,6% do total segundo o INE - RAC/79; 1% segundo o RGA/89), o número de projectos aprovados atingiu a mais de 80% da área total beneficiada.

O Governo nunca assumiu uma linha de orientação produtiva que, constituindo um quadro de referência do investimento, permitisse à agricultura portuguesa as necessárias adaptações estruturais, nomeadamente a modernização das explorações e a reconversão produtiva, o que se traduziu numa nítida distorção da sua aplicação. Com efeito, o investimento realizado ao abrigo do Reg. (CEE) 2328/91 foi absorvido, em cerca de 70%, pelas construções, máquinas e equipamentos, enquanto os melhoramentos fundiários tiveram apenas 9%, as plantações 11% e os animais reprodutores 7%.

Do mesmo modo, a jusante, o investimento na distribuição e agro-indústrias reflecte este vazio, constatando-se igualmente uma acentuada assimetria regional e também uma significativa distorção sectorial, tendo o sector cooperativo absorvido apenas cerca de 30%, ao passo que o sector privado reteve 70%. Esta disparidade, tendo em conta a fragilidade da maioria das estruturas cooperativas, a concorrência externa e as exigências decorrentes de reestruturação em grandes superfícies de comercialização, não é alheia à crise actual do sector cooperativo, a viver situações de ruptura financeira e perda de mercados, nem, consequentemente, às dificuldades de escoamento da produção agrícola nacional que lhe dá suporte.

Em matéria de preços, o Governo preocupou-se sobretudo com os cereais, assegurando a este sector subsídios compensatórios da sua redução, ao contrário do que se verifica noutros sectores produtivos, predominantes na pequena e média agricultura. Estas medidas, relativamente a um dos sectores mais vulneráveis em termos de competitividade no mercado europeu e mundial, conjuntamente com a ausência de políticas produtivas alterna-

■ Carlos Amaro

Engenheiro Agrónomo,  
membro da Comissão de Agricultura  
junto do Comité Central do PCP

tivas, em nada contribuem para a necessária diversificação e reconversão produtivas da agricultura do Sul, antes constituem, objectivamente, um factor de manutenção de um sistema produtivo de duvidosas perspectivas futuras. Tal opção é apenas explicável pelos interesses imediatos do poderoso, embora minoritário, grupo social dos grandes proprietários e empresários que, de novo, predomina na região.

O traço essencial da política prosseguida pelo Governo tem sido a ausência de uma estratégia própria. Atente-se nas inflexões do discurso oficial num período de apenas seis anos - que do apelo à intensificação, ao investimento e à modernização das explorações, passou à crítica do produtivismo, à apologia da extensificação e às preocupações ambientais -, com as consequências que daí resultam para um sector económico cuja evolução não se opera em curto prazo, as transformações exigem tempo de maturação e a confiança dos agentes económicos é imprescindível.

Nas instâncias comunitárias, o Governo assume opções e orientações cuja coerência e lógica estão longe de corresponder às exigências da realidade portuguesa, procurando apenas como contrapartida a obtenção de fundos, cujos objectivos, visam mais constituir um suporte social para os impactos negativos da PAC, do que promover o desenvolvimento da agricultura, culminando agora na abdicação, na prática, do princípio da especificidade, pela «troca» do final do período de transição por cerca de cem milhões de contos.

Quando se assinala o crescimento da produtividade do trabalho, é preciso realçar que a evolução deste indicador se deve, fundamentalmente, à redução da população activa agrícola e não ao crescimento da produção, o que, nas condições concretas da economia portuguesa, significa aumento do desemprego e da emigração, agravamento da desertificação de vastas regiões do País e declínio acelerado do mundo rural. Ou, mais simplesmente, à sua «eliminação» estatística, através da restrição do universo das explorações, como se verificou no recenseamento agrícola de 1989 relativamente ao de 1979, com a vantagem de ainda permitir ao senhor ministro invocar a «eficácia» das políticas de correcção da estrutura produtiva.

A este respeito, note-se que, de acordo com os recenseamentos agrícolas de 1979 e de 1989, a evolução verificada foi de menos 30% de explorações, menos 33% da população ligada directamente às explorações, e menos 29% da que trabalha no exterior. Segundo Oliveira Baptista, esta evolução resulta principalmente da alteração dos critérios de recenseamento e, reportando a análise da evolução do número de explorações a 37 concelhos da Direcção Regional de Entre Douro e Minho, constata que, pela comparação dos recenseamentos, se verificou naquele período um decréscimo de 40%, o qual, porém, seria apenas de 14%, caso os critérios de recenseamento de

1979 e 1989 tivessem sido idênticos<sup>(3)</sup>.

Face à crise profunda da agricultura portuguesa, seis anos após a adesão, o que na realidade é relevante não é o vultoso investimento realizado, mas antes a ausência de uma estratégia consistente que permitisse uma eficaz potenciação do seu efeito reprodutivo e contribuisse também para atenuar as assimetrias regionais e para a preservação do meio rural.

A questão que hoje se coloca não é o ajustamento pontual da política agrícola prosseguida, mas sim a necessidade de uma nova política que, no seu conteúdo, tenha em conta a realidade económica e social da agricultura que temos e as exigências do seu desenvolvimento.

## A reforma da PAC

A reforma da PAC irá agravar a situação. Os termos em que foi inscrita pelo Governo são inaceitáveis, mesmo à luz das razões invocadas pela Comunidade para a necessidade da sua adopção. Com efeito, Portugal é deficitário e a relação dos preços com a produção não iria gerar excedentes; os acréscimos de produção não iriam corresponder a custos de intervenção pois a produção portuguesa é inferior à procura interna; os sistemas intensivos não iriam representar riscos crescentes para o ambiente pois a agricultura é predominantemente extensiva na maior parte do território português<sup>(2)</sup>. Acresce ainda que o abandono da produção e a restrição da actividade produtiva não vão contribuir para a preservação do mundo rural, mas sim para acelerar o seu declínio, quer pela desertificação que irão agravar, quer pela expansão da floresta estreme de crescimento rápido que irão incentivar.

A reforma da PAC não é dissociável dos acordos do GATT. Com a sua aplicação aprofundada e consolidada-se a partilha mundial dos mercados agro-alimentares entre os países grandes produtores e reforça-se o modelo de desenvolvimento da «velha» PAC, mas agora à escala mundial.



Acentuar-se-á a concentração da produção nas regiões não desfavorecidas e nas unidades de produção com melhores condições e mais capacidade para enfrentar a competitividade acrescida do mercado mundial, enquanto se alargarão as regiões periféricas.

As agriculturas das zonas desfavorecidas, como é a portuguesa, destinam-se-á sobretudo a chamada produção de qualidade de um ou outro produto, não como forma desejável de valorização de produtos regionais de tipicidade e aceitação comercial reconhecidas no âmbito do desenvolvimento agrícola, mas como sucedâneo «exótico» da produção de consumo corrente, no quadro de uma inserção da agricultura na divisão internacional do trabalho, que remete o País para a função de mercado de consumo de produtos alimentares importados.

Restarão ainda, com o apoio das medidas de acompanhamento, a expansão da floresta, nomeadamente de crescimento rápido (caso não venha a confirmar-se a tendência para a quebra dos preços da pasta de papel), as coutadas, o artesanato, o turismo e, certamente, a desertificação, pois, como explicou com exemplar clareza Bergman e Baudin, «(...) Na Europa muito densamente povoada e opulenta existe uma forte procura por turismo e mesmo por estadas de larga duração em zonas pouco povoadas. Por outras palavras «o deserto» (relativo) é muito procurado, motivo porque o risco de ficar sobre-povoado o torna menos atraente para os apreciadores de solidão! Portanto, justifica-se a criação de novos «desertos» para a satisfação da procura<sup>(4)</sup>.

Para os pequenos e médios agricultores as alternativas que se desenhavam são a reforma antecipada, a «assistência social comunitária» e também «o turismo», mas para as regiões sobre-povoadas da Europa desenvolvida, com reflexos certamente muito «positivos» na produtividade do trabalho. Os grandes capitalistas e proprietários não deixarão, porém, de aproveitar a lógica da extensificação que lhes permite minimizar o risco, o esforço de gestão e carga laboral, através do aproveitamento de recursos naturais, como a caça, a cortiça, a pecuária extensiva e a renda resultante dos subsídios de congelamento de terras, obtendo assim receitas que atingem somas consideráveis para dimensões de centenas e milhares de hectares.

«A reforma da PAC pode assim consolidar na Europa a divisão entre dois tipos de espaços rurais. Os que mantêm a sua função de produção agrícola e os que vão ter fundamentalmente uma função de lazer e de reserva natural.

(...) A nova PAC vai acentuar decisivamente a tendência para Portugal se transformar num espaço não produtivo (...), com uma crescente dependência alimentar, pensando cada vez menos no quadro negocial europeu e, simultaneamente, empurrando uma parte da sua população para os mercados de trabalho de outros países da CEE, onde vai aumentar as já numerosas colónias de portugueses que aí vivem um estatuto cívico e social de segunda classe, numa Europa que é apenas (sublinhado nosso) um grande mercado»<sup>(3)</sup>.

## O texto no contexto

Apenas um breve comentário mais. A crise da agricultura há muito que era previsível. Porém, os significativos montantes atribuídos a indemnizações compensatórias e subsídios à produção, bem como o efeito global dos fluxos financeiros noutras áreas, nomeadamente na rede rodoviária, tiveram repercussões favoráveis junto dos pequenos e médios agricultores e permitiram alimentar algumas ilusões.

Com o fim da primeira etapa e o avanço do processo de integração, as dificuldades avolumam-se e emerge a fragilidade do sector face às exigências de competitividade de um mercado progressivamente aberto à concorrência internacional.

Estilhaçam-se ilusões, cresce o desespero e a revolta de milhares de agricultores face às dificuldades crescentes, e a crise do sector, há muito anunciada, não é mais eludível, e surge em toda a sua dimensão, sendo ainda acentuada pela crise de alguns ramos industriais com os quais se articula a actividade agrícola.

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que constituiu a base social de apoio à integração no âmbito da agricultura e foi porta-voz de todos os lugares-comuns relativamente às excelências da economia de mercado para o desenvolvimento agrícola do País, ensaia algum distanciamento do Governo sem, contudo, evitar a crescente perda de credibilidade perante os agricultores. Situação que se agudiza pela suspeição de comportamentos duvidosos em matéria de dinheiros que envolve alguns dos seus principais dirigentes.

Entretanto, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a quem o Governo tem recusado o reconhecimento da sua representatividade e o estatuto de parceiro social - transformando objectivamente a CAP numa nova corporação da lavoura, com os aplausos e, bem entendido, os proveitos desta organização - reforça no terreno das acções de massas o apoio e o seu reconhecimento institucional pelos pequenos e médios agricultores, ganha perante a opinião pública do País a representatividade que o Governo não lhe reconhece, e traz à luz do dia a profunda crise que atinge a agricultura.

Era chegado o momento de colocar algumas reservas à política agrícola e de se expressarem dúvidas e preocupações pelo futuro do mundo rural.

## NOTAS

<sup>(1)</sup> Avillez, F.; Fraga, J.; Medeiros, M. Goulart; Pinto, António Sevinate; Pinto, Armando Sevinate; Rosado, L.; Soares, João M. A. - Um Contributo para a Defesa do Mundo Rural Português (dactilog.); Lisboa, 1993.

<sup>(2)</sup> Varela, J. A. Santos - A Agricultura e o Espaço Rural; Ministério da Agricultura; Lisboa, 1992.

<sup>(3)</sup> Baptista, F. Oliveira - Agricultura, Espaço e Sociedade Rural (em publicação).

<sup>(4)</sup> Bergman, D.; Baudin, P. - Políticas de Futuro para a Europa Agrícola; Publicações Europa-América; Lisboa, 1989.

# O «Avante!» no Festival do Pravda

A edição deste ano do Festival do Pravda realizou-se, no passado dia 8 de Maio, no Parque Gorki, em Moscovo, constituindo um importante acontecimento no actual quadro da vida política da Rússia. Procurando concretizar a sua orientação de jornal independente de orientação socialista e comunista, o Pravda reuniu no seu Festival os mais destacados dirigentes das forças que se opõem ao que consideram ser a política de restauração capitalista e destruição nacional que tem sido seguida sob o Governo de Yeltsin. Entre os convidados estrangeiros que participaram neste Festival, estiveram diversos órgãos da imprensa comunista, entre os quais o «L'Humanité», o «Nian Zan» (Vietnam) e o «Galo Novini» (República Checa). Também o «Avante!» esteve representado no acontecimento, através do camarada Aurélio Santos, que teve ainda um encontro com o director do Pravda, Guenadi Celezov.

De regresso a Portugal, Aurélio Santos concederia uma entrevista ao «Avante!», que publicamos:

- Estiveste anteriormente na Festa do Pravda de 1992. Quais são as principais diferenças que registaste agora na situação da Rússia, passado que foi um ano?

- Uma diferença fundamental, que indicia uma mudança na situação da Rússia, é a presença visível e a intervenção activa dos comunistas na vida política.

O Partido Comunista da Federação Russa, que Yeltsin interditara, está desenvolvendo uma larga actividade para a reconstrução dos seus organismos e é hoje, com 600 mil membros, a principal força política do país. No Parlamento constituiu-se a fracção de deputados "Comunistas da Rússia", com destacado papel na oposição a Yeltsin. Outras organizações que se reclamam do socialismo e do comunismo, como o Partido Comunista Operário Russo e os movimentos de trabalhadores "Trudovaia Rossia" (Rússia Trabalhadora) e "Trudovaia Moskva" (Moscou Trabalhadora) revelam importante capacidade de mobilização popular, tendo dado contribuição decisiva para o êxito das grandes manifestações do 1º de Maio e do Dia da Vitória (9 de Maio).

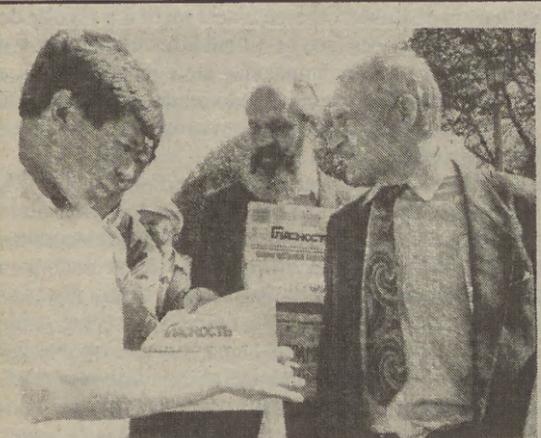
A própria realização destas manifestações, este ano, assinala uma grande diferença em relação à situação existente em 1992.

- Essas mudanças reflectiram-se também no Festival do Pravda?

- De certo modo, sim, designadamente através da participação na tribuna do comício e nos debates promovidos no âmbito do Festival, dos mais destacados dirigentes não só das organizações comunistas como de outros sectores de esquerda e forças e organizações patrióticas que se opõem à política conduzida por Yeltsin, que está levando à destruição do país.

- Podes concretizar?

- Merecem referência dentro as que tiveram mais



Victor Ampilov, dirigente do Partido Comunista Operário Russo e da "Trudovaia Moskva", deputado do Soviete de Moscovo, entre os participantes do Festival do "Pravda". Poucas horas depois foi raptado numa estação de autocarros de Moscovo, espancado, sequestrado e deixado numa estrada no dia seguinte - já depois de realizada a grande manifestação do Dia da Vitória. As forças progressistas da Rússia consideram este atentado uma acção de intimidação e provocação: Ampilov foi um dos mais activos promotores das manifestações de Moscovo, designadamente a do 1º de Maio, e por esse motivo é alvo de um processo da Procuradoria de Moscovo.

Comentando para o "Pravda" este atentado, o deputado do Parlamento Russo Vladimir Issakov, que acompanhou Ampilov ao Hospital onde ficou internado, disse: "Penso que aqui anda a mão dos que organizaram os provocatórios choques registados na pacífica manifestação do 1º de Maio. Havia quem desejasse que também na manifestação festiva de 9 de Maio se registassem conflitos, ao terem conhecimento do desaparecimento de Ampilov. Mas os manifestantes demonstraram o seu senso político".

caloroso acolhimento do público as intervenções de Guenadi Ziuganov, que encabeça a presidência do Partido Comunista da Federação Russa; de Victor Ampilov, dirigente do Partido Comunista Operário Russo e da "Trudovaia Rossia"; de Oleg Chenin, que encabeça a União dos Partidos Comunistas/PCUS, a qual procura organizar a cooperação entre os Partidos Comunistas dos Estados que faziam parte da União Soviética, e de S. Baburin, líder do bloco parlamentar "Unidade Russa" e co-presidente, com G. Ziuganov, da Frente de Salvação Nacional na qual se integram cerca de 40 organizações.

- É a isso que chamam a "Frente Nacional-Comunista"?

- Essa e outras designações têm sido aplicadas para desacreditar o muito largo leque de alianças que os comunistas lucidamente defendem, abrangendo, além das forças que lutam pela renovação do socialismo, as forças patrióticas que defendem igualmente os interesses nacionais.

Cresce na Rússia uma grande angústia e indignação pela situação de descalabro que se regista no país. Os sentimentos patrióticos são fortes na Rússia. A sua importância revelou-se bem na heroica resistência contra a agressão hitleriana naquilo a que os soviéticos chamaram a Grande Guerra Patriótica.

Claro que, na situação de caos que se aprofunda, aparecem também perigosas correntes chauvinistas, xenófobas,



Primeira página do "Pravda", noticiando a manifestação comemorativa do Dia da Vitória sobre o nazifascismo hitleriano. Diz a legenda: "Chegámos ao Reichstag, Chegaremos ao Kremlin"

toda a cidade, onde o dólar funciona como segunda moeda, como em alguns países da América Latina ou do Sueste Asiático.

- Essa situação não é de molde a provocar uma forte conflitualidade social?

- Objectivamente, é. Mas faltam ainda outros factores para isso se verificar.

A grande maioria da população encontra-se ainda profundamente traumatizada pelo colapso do PCUS e da URSS e pela forma como se deu esse colapso. Predomina uma atitude de desmobilização, desmotivação, atentismo. Há receios de uma agudização de conflitos que levem a uma guerra civil.

Os comunistas têm ainda um grande trabalho a desenvolver para reganhar a confiança dos trabalhadores e da população. Foram-lhes tirados todos os bens e meios de trabalho (sedes, jornais, meios de transporte). Continuam a ser vítimas da repressão administrativa, apesar dos recuos que o Tribunal Constitucional nos últimos meses impôs ao regime



Dia 9 de Maio, comemorando o Dia da Vitória e o fim da guerra, mais de 100 mil manifestantes encheram as ruas do centro de Moscovo, chegando pela primeira vez até à Praça Vermelha, desde os fins de 1991

fascistas, que procuram explorar as frustrações nacionais. Essas não podem ter lugar nas alianças das forças patrióticas e progressistas, que são, em si, um importante factor para uma mudança de rumo na Rússia.

- Tiveste outros contactos além das entidades e organizações presentes no Festival do Pravda?

- Tive também um encontro com o historiador Roy Medvedev, que é o mais conhecido dirigentes do Partido Socialista dos Trabalhadores, o qual teve um importante papel no reagrupamento dos comunistas depois do colapso do PCUS e das interdições de Yeltsin.

Tive igualmente ocasião de falar com muitas pessoas que ajudaram a dar-me um quadro da situação presente no país.

- Quais são os traços fundamentais dessa situação?

- O caos real e o caos estatístico reinantes tornam difícil traduzir em números a situação, mas a título de exemplo podem referir-se os seguintes dados: a produção industrial caiu em 18% em 1992 e nos primeiros meses de 1993 já teve quebras de 21%; a inflação em 1992 foi de 90% e atingiu este ano 2000%; o câmbio dólar/rublo, que era de 1/120 em Março de 92 e de 1/415 em 1 de Janeiro, teve um súbito agravamento este ano, saltando para 1/800 em Fevereiro e estando agora a 1/950. A queda do poder de compra, em 1992, foi de 50%, apesar de trinta e dois aumentos de salários em dois anos. As fugas de capital para o estrangeiro são avaliadas entre 10 a 30 mil milhões, especialmente por conta das várias mafias instaladas no aparelho de Estado.

As dificuldades do dia-a-dia podem calcular-se sabendo que um salário médio anda pelos 12 mil/15 mil rublos, mas um litro de leite custa cerca de 100 rublos, um quilo de pão 30 a 40 rublos, um quilo de salsichas 400 rublos, um quilo de manteiga 1750 rublos.

Compreensivelmente, desapareceram as "bichas": nos

grandes armazens do GUM, por exemplo, onde só à força de cotovelo se podia chegar aos balcões, pode-se agora passear folgadoamente e são mais numerosos os empregados a atender que os clientes a comprar. No GUM, aliás, grande parte da sua área está reservada a lojas com pagamento em dólares - sucursais da Benneton, La Fayette e outras monstras da produção estrangeira. E o processo de dolarização da economia alarga-se por

toda a cidade, onde o dólar funciona como segunda moeda, como em alguns países da América Latina ou do Sueste Asiático.

- Essa situação não é de molde a provocar uma forte conflitualidade social?

- Objectivamente, é. Mas faltam ainda outros factores para isso se verificar.

A grande maioria da população encontra-se ainda profundamente traumatizada pelo colapso do PCUS e da URSS e pela forma como se deu esse colapso. Predomina uma atitude de desmobilização, desmotivação, atentismo. Há receios de uma agudização de conflitos que levem a uma guerra civil.

Os comunistas têm ainda um grande trabalho a desenvolver para reganhar a confiança dos trabalhadores e da população. Foram-lhes tirados todos os bens e meios de trabalho (sedes, jornais, meios de transporte). Continuam a ser vítimas da repressão administrativa, apesar dos recuos que o Tribunal Constitucional nos últimos meses impôs ao regime

de total arbítrio imposto por Yeltsin: ainda em Março o Ministério da Justiça quis proibir a realização do Congresso Extraordinário do PCFR e foi o Tribunal Constitucional que declarou não válida a decisão do ministro. Surgem casos de gangsterismo político: Victor Ampilov, dirigente do PCOR e da "Trudovaia Rossia", foi raptado, espancado e sequestrado na véspera da manifestação do 9 de Maio. A comunicação social, especialmente a Televisão, é inteiramente controlada pelo Governo e alinha de um modo geral por um violento anticomunismo, com raras excepções ("Pravda", "Sovietskaia Rossia", "Glasnost").

- E quais são as perspectivas de desenvolvimento da situação na Rússia?

- A grande batalha do momento é barrar o caminho à tentativa de Yeltsin de impor a sua nova Constituição (qualificada pela Oposição como "faraónica"), que lhe permitiria instituir uma ditadura pessoal, com o regresso à total arbitrariedade de actuação de 1991, com os sucessivos "golpes" que culminaram na dissolução da URSS. Yeltsin pretende reclamar-se dos resultados do referendo de Abril para legitimar as suas medidas, mas a generalidade das forças políticas lembra que, de facto, só obteve apoio de 30% do eleitorado.

Os comunistas preparam-se também para a realização de eleições, esperando nelas confirmar os bons resultados alcançados em várias eleições locais, com importantes vitórias em circunscrições dos arredores de Moscovo, designadamente. A cooperação entre as várias forças comunistas surgidas nestes anos, em contextos diferentes, mantém-se, admitindo-se, por exemplo, a dupla filiação até Novembro próximo, num necessário processo de clarificação de programas, objectivos, formas de luta, métodos de organização.

Muito dependerá também da actuação das outras forças políticas, designadamente no plano institucional. Tem grande peso a actividade centrada no Congresso de Deputados e no Soviete Supremo (que constitui, neste momento, a principal estrutura institucional representativa e unificadora das várias nacionalidades e regiões da Federação Russa).

A evolução desta situação terá influência em toda a situação mundial.

Pela nossa parte, hoje como sempre, estamos solidários com os comunistas russos, com todos os que na Rússia defendem os interesses dos trabalhadores, do povo, do seu país e da paz mundial.

# Gazetilha

## Perfil

Diz que não mudou, embora já onde esteve, não está.  
E diz até que sempre o que foi, é.

Pois é. Até é capaz de ser verdade, sim senhor.  
Mas que rapaz!  
Que rico actor...

## Entrevista à lista

— Minha senhora, do que mais gosta?  
— De uma boa posta.

— E não teme a floresta que o lobo infesta?  
— Pelo contrário, é uma festa.

— Aos tais ideais já disse basta?  
— Meu ideal é a pasta.

— E não lhe custa a nova pista?  
— Eu sou robusta.  
Que venha a alpista, que venha a alpista.

## Arlindo ao quadrado

Arlindo & Arlindo  
o tempo é findo!

Podre a batata  
saúde à viola  
se um diz mata  
diz o outro esfola.

Arlindo & Arlindo  
o tempo é findo!

Sobe o magnata  
vírus na sacola  
se um diz mata  
diz o outro esfola.

Arlindo & Arlindo  
O tempo é findo!

Trigo? Sucata.  
Saúde? Esmola.  
Se um diz mata  
diz o outro esfola.

Arlindo & Arlindo  
o tempo é findo!  
Pronto, acabou-se  
embora, ó gente

com o vosso boço  
à vossa frente...

## Soneto inglês

Se alguém discursa cobras e lagartos  
contra o dominador, mas logo o anima.  
Se com palavras só, feroz esgrima  
mas ajuda solícito nos partos.  
Se alguém torpes manobras denuncia  
mas só naifas platónicas espuma.  
Se tanto ameaça e não acerta uma  
e nem se queixa ao povo, mas à tia.  
Se alguém pede confiança e não dá provas.  
Se promete, nas asas da ilusão  
e se diz não, é sim mais do que não.  
Se está pronto a cair nas mesmas covas.

Se alguém amigos leais tanto recusa  
não é somente hipócrita: ele abusa!

■ IGNOTUS SUM

## PONTOS CARDEAIS

### Os nomes e os valores

A aceitação, por parte de Zita Seabra, do cargo de Coordenadora do Secretariado Nacional para o Audiovisual, para que foi nomeada pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, causou o pasmo dos meios mais directamente interessados e provocou a rejeição indignada da opinião democrática do País.

Na vaga de reprovações, apareceram, é claro, outros oportunistas e traficantes da honra política a fazer o papel de moralizadores, como o hipopótamo da anedota que acusou o crocodilo de ter a boca grande.

Zita Seabra assumiu, porém, o cúmulo do descaramento e do autodesmascaramento ao pretender justificar-se através do "Expresso". Primeiro, apresentando-se como pobre vítima (ela!) de uma generalizada intolerância e discriminação que lhe tem fechado todas as portas por causa da sua dissidência. Depois, apresentando a sua nomeação como uma prova de "abertura" e um gesto de "tolerância democrática" do "Estado laranja".

Quem premeia sabe o que faz!  
Para quê mais palavras, "a nomeação e a trajectória falam por si", como seca e oportunamente observou o PCP.

Por isso, muitos que se deixaram iludir por um alegado "Nome das coisas" têm agora ocasião de verificar que não é uma coisa de nomes, mas uma questão de valores, nos diferentes sentidos deste termo.

### Figuras de retórica

Ao intervir na recente Convenção do PS sobre as autarquias, António Guterres mostrou-se especialmente exasperado com o facto de vários autarcas socialistas (incluindo, pelo menos, dois presidentes de Câmara) se terem passado de armas e bagagens para o PSD. Acusou justamente o partido do Governo de utilizar nestes aliciamentos "o que não é deles", isto é, "altos cargos" e "investimentos" do Estado. Mas terá Guterres feito um prévio exame de consciência em relação às práticas do seu partido e às suas próprias nesta matéria de aliciamentos?

Não fará o PS tentativas de aliciamento semelhante e com semelhantes promessas ou miragens? Vem a propósito referir que, na ânsia fatal de se apresentar como alternativa sozinho, o PS está a introduzir um novo estribilho no seu discurso: "a maioria do PS na Assembleia aprovará"; "o Governo PS vai decretar"; "no Ministério da Administração Interna o PS vai conceder".

Com esta insistência (e a inconsistência das suas pretensões) não estará o PS a reduzir a uma mera figura de retórica a ideia de alternativa à direita, que é uma urgente necessidade do País e uma profunda aspiração do nosso povo?

### Com que então, "sem favor"!

Um dos aspectos mais divertidos do longo artigo do "Expresso" com que Barros Moura procura responder à crescente contestação, interna e

externa, da sua "Plataforma", é quando fala da projecção desta na comunicação social. Enfatiza ele: "uma presença constante sem paralelo com qualquer das chamadas «pequenas formações políticas»". É verdade! É verdade! Muitas vezes chamamos aqui a atenção para um fenómeno de despropositada (escandalosa) promoção que os órgãos dos maiores grupos capitalistas e mediáticos têm feito de um projecto político que se rotula de esquerda. Como eles são sábios em explorar tudo aquilo que possa contribuir para dividir e enfraquecer realmente a esquerda e as forças mais coerentes e consistentes que a constituem! É bom que Barros Moura reconheça o facto da inusitada atenção que lhe é conferida por essa comunicação social. Mas é lamentável que procure disfarçar dizendo que é "sem favor" que o fazem, pois assim, ao menos objectivamente, aceita o favor... que nunca é sem consequências.

### Os elogios de Walesa

Que intrigante motivo terá levado Walesa a fazer ditirâmbicos elogios ao Primeiro-Ministro Cavaco Silva sempre que usou da palavra na presença do Presidente da República, Mário Soares?

Desconhecimento, por exemplo, da hierarquia e do princípio da separação de poderes que rege o nosso sistema político ou demasiado conhecimento de que para fazer negócios não basta o magistério de influência? Estes homens de religião!

## frases da Semana

**"O padre é o representante de Deus, por isso deve ficar separado do povo."**

✠ (Cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Inquisição), citado em «Expresso», 14.05.93)

**"Vou fazer tudo para que não haja greves."**

✠ (José Luís Judas - «O Independente», 14.05.93)

**"Não me pediram para preencher nenhuma ficha do PSD."**

✠ (Zita Seabra - «Expresso», 15.05.93)

**"Será preciso dizer que é isso que é novo e incomoda."**

✠ (José Barros Moura - «Expresso», 15.05.93)

**"É uma alucinação a ideia de que está tudo contra nós."**

✠ (Eurico de Melo, nas Jornadas Parlamentares do PSD - «O Independente», 14.05.93)

**"Não volto a empurrar Eanes."**

✠ (Hermínio Martinho - «Semanário», 15.05.93)

**"Tínhamos uma estratégia pronta desde Fevereiro."**

✠ (Braga de Macedo, a propósito da desvalorização do escudo - «Diário de Notícias», 17.05.93)

**"Tudo o que nós estamos a fazer vai de encontro à mensagem da encíclica Centesimus annus."**

✠ (Braga de Macedo, citado em «Semanário», 15.05.93)

**"Desde a proclamação da independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, pelo MPLA, que o PCP é um partido em banalização."**

✠ (António Costa, PS - «Público», 18.05.93)

**"Em Portugal ainda há uma fauna que emprenha pelos ouvidos."**

✠ (Vasco Graça Moura - «Sábado», 14.05.93)

**"As pessoas são muito sérias. E nós rimo-nos disso."**

✠ (Bono, dos U2 - «Público», 15.05.93)



# FESTA 1993

## Avante!

## Começam as Jornadas de Trabalho

A primeira Jornada de Trabalho de carácter geral, preparatória da edição deste ano da Festa do «Avante!», é nos próximos dias 29 e 30 de Maio, ou seja, no fim de semana imediatamente a seguir ao próximo.

Pedreiros, carpinteiros, electricistas, serralheiros, pintores ou gente sem formação específica - homens e mulheres - com vontade de ajudar a construir a Festa, devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia. Assim se facilita a organização dessa Jornada de Trabalho para evitar os eventuais e sempre aborrecidos tempos mortos que de outra forma mais facilmente ocorrerão.

Este ano, a organização das Jornadas de Trabalho é bastante ambiciosa, quer pelo volume de trabalho que se pretende concretizar - e no imediato estão numerosos trabalhos de pintura, como o do novo muro da Medideira - quer pelo facto de, já a partir deste fim de mês, todos os fins-de-semana até à altura da Festa terem Jornadas de Trabalho programadas.

Esta tradicional participação de centenas de pessoas, anualmente repetida e de forma generosa e voluntária, na construção da Festa do «Avante!», é um dos seus patrimónios mais valiosos, sendo uma das facetas que tornam a organização desta iniciativa única e sem paralelo no nosso país.

Vamos pois fazer com que a tradição se renove, inscrevendo-nos nas Jornadas de Trabalho que estão presas a iniciar-se.

COMPRE JÁ A SUA

EP ENTRADA PERMANENTE

À venda nas Sedes do PCP

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje



3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA • AMORA • SEIXAL

## Florestar para preservar

Ácer negundo, pseudoplátano, pinheiros mansos, freixos, choupos, prunos lusitana, sobreiros, azereiros, zambujeiros, amieiros, carvalhos, castanheiros, lodãos, grevilea, mióspor, pirancanta, medronheiros e diversas folhosas, gramínea e trevo subterrâneo. Não se trata da constituição de um jardim botânico, nem é isso que se pretende constituir. São nomes de árvores e plantas que fazem parte de um plano de florestação da Atalaia, seja na parte aberta ao público nos três dias da Festa, seja na área mais restrita da Quinta. Tudo tendo como objectivo uma organização do espaço que permita a um tempo a ampla fruição das suas potencialidades enquanto local de uma iniciativa do tipo de Festa e até à sua protecção contra as múltiplas agressões, ambientais e humanas, a que o terreno está sujeito.

Entre as alterações mais visíveis que estão previstas numa primeira fase de implantação deste plano, elaborado pelo Gabinete de Projecto da Festa, anotemos as que dizem respeito à alameda e praça centrais do terreno, com a construção de zonas laterais de estadia, em duas faixas paralelas. A alameda será revestida a betomoso, dividida a meio por uma zona arborizada que terá uma pavimentação permeável (com calçada à portuguesa ou lajetas) fazendo desta faixa o suporte para uma nova linha de água, que recolherá e encaminhará as águas pluviais.

Diga-se que numa outra fase, a iniciar-se num dos próximos anos, o projecto prevê que a praça central seja ornamentada com um lago cujo envolvimento será definido por quatro segmentos em arco decorados

com muretes, encimados e enquadrados com espécies arbustivas e trepadeiras.

No que diz respeito ao povoamento florestal, o critério de escolha de plantas e árvores dá prioridade à utilização de espécies indígenas, preferencialmente já existentes na Atalaia, permitindo a execução faseada ao longo dos vários anos.

Procura-se assim a defesa contra a erosão hídrica, modificando a actual linha de água na parte mais baixa do terreno (a chamada «concha»), a minimização dos efeitos negativos resultantes da construção da variante à Estrada Nacional 10 junto à Atalaia, a divisão da «concha» em espaços mais ou menos iguais ao longo da alameda central, a execução de socacos de maneira a reduzir as inclinações do terreno na zona onde se implanta a Festa, a criação de zonas de estar com sombras e jogos de água, a arborização nas zonas onde não é possível implantar pavilhões e a utilização de materiais rústicos que se integrem bem no ambiente.

Dada a própria natureza destas alterações (e o ritmo próprio da natureza) é impossível proceder à execução de um ano para o outro de todo este plano, de qualquer modo essencial para garantir o futuro, em boas condições, do terreno da Atalaia. O projecto prevê modificações nos arruamentos, na zona do polidesportivo e nas entradas que demorarão algum tempo até se concretizarem. É o caso da entrada da Medideira, que este ano beneficiará do começo de instalação de um conjunto de equipamentos e zonas de estar que a tornam mais agradável e funcional.



O plano de florestação da Atalaia será executado em várias fases, ao longo dos anos



## EP's dão prémios por duas vezes

Dois sorteios premiando a compra antecipada da EP - o bilhete de ingresso permanente na Festa do «Avante!» - vão realizar-se este ano, no âmbito de um esforço de garantir as receitas que irão possibilitar o cumprimento de todos os objectivos programados para este ano, quer no que diz respeito ao melhoramento, conservação e construção das infra-estruturas do terreno da Atalaia, quer no que se refere aos diversos projectos que se pretendem concretizar na edição deste ano da Festa.

Assim, quanto mais cedo for comprada a EP maior significado adquire esse simples gesto de solidariedade com a Festa e, por outro lado, maiores possibilidades existem de se ser contemplado com um dos seis prémios este ano em causa, já que as concorrentes ao 1.º sorteio integrarão (com excepção dos premiados) o lote de participantes no segundo sorteio.

O prazo final para entrega de talões nos serviços administrativos da Festa (na Avenida António Serpa ou na Atalaia) termina no próximo dia 10 de Julho, realizando-se o sorteio no dia seguinte, no decorrer da Jornada de Trabalho que nesse fim-de-

semana ocorrerá no terreno da Festa. O mesmo processo será seguido para o segundo sorteio, terminando o prazo de entrega a 28 de Agosto e realizando-se o sorteio a 29.

Os resultados dos dois sorteios serão publicados no «Avante!» nos dias 15, 22 e 29 de Julho (para o primeiro sorteio) e 2, 9 e 16 de Setembro (para o segundo sorteio). Os prémios podem ser reclamados nos serviços administrativos da Festa, na Avenida António Serpa 26, 2.º esquerdo em Lisboa, com a apresentação do bilhete premiado. Os prazos para levantamento dos prémios terminam a 30 de Setembro no que diz respeito ao primeiro sorteio e a 30 de Novembro em relação ao segundo sorteio.

O prémios para o sorteio de 11 de Julho são, do primeiro ao terceiro: um vale de férias/viagens no valor de 250 contos; um vale para aquisição de material e equipamento fotográfico no valor de 100 contos e um vale de livros no valor de 60 contos. Os prémios para o último sorteio são um vale de férias/viagens no valor de 125 contos; uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos.

Sorteios a realizar em Jornadas de Trabalho na Atalaia

E os prémios...

1.º Sorteio

1.º prémio

— Vale de férias/viagens no valor de 250 contos

2.º prémio

— Vale de material fotográfico no valor de 100 contos da  **CAMINHO**

3.º prémio

— Vale de livros no valor de 60 contos da Editorial **CAMINHO**

2.º Sorteio

1.º Prémio

— Vale de férias/viagens no valor de 125 contos;

2.º Prémio

— 1 máquina de lavar louça (de bancada);

3.º Prémio

— Vale de livros no valor de 40 contos da Editorial **CAMINHO**



**AMADORA**

Plenário conceitual de eleitos em todos os órgãos autárquicos, com a participação do camarada José Casanova: hoje, dia 20, às 21.00, no salão da Junta de Freguesia da Mina.

Plenário da célula da Heska: hoje, dia 20, às 17.00, na Quinta de S. Miguel.

Plenário de militantes da freguesia da Brandoa: sexta-feira, 21, às 21.30, no Centro de Dia dos Reformados.

Plenário de militantes da freguesia da Buraca: quinta-feira, dia 27, às 21.30, no Polidesportivo da Buraca.

**ARCOS DE VALDEVEZ**

Jantar-convívio com a participação do camarada Álvaro Cunhal: no Restaurante Grill Adegas Regional, às 19.00.

**BALEZÃO**

Homenagem a Catarina Eufémia: concentração no Largo do Cemitério, às 11.30. Participação e intervenção do camarada Carlos Carvalhas.

**BEJA**

Festa CDU no Parque das Merendas, com a participação do camarada Carlos Carvalhas. Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal. Domingo, 23, a partir das 14.00.

**CASTELO BRANCO**

Fundos Comunitários e Desenvolvimento Regional - debate moderado pelo camarada Sérgio Teixeira, deputado do PE, no salão da Junta de Freguesia de Castelo Branco, sábado, 22, às 21.00.

**COVILHÃ**

Debate sobre o RETEX (Iniciativa Comunitária para as Regiões Têxteis) com a participação de Sérgio Ribeiro: sábado, 22, às 15.00 no Centro de Trabalho.

**LAMEGO**

Encontro Distrital de Viseu da CDU: no auditório da Rádio Douro Sul, a partir das 15.00. Participa o camarada Álvaro Cunhal.

Almoço-convívio com a participação de Álvaro Cunhal: às 12.30, no restaurante "O Marquês".

**LISBOA**

Reunião da célula da cooperativa Resistência: hoje, dia 20, às 17.30.

Plenário do Sector de Seguros: hoje, 20, às 18.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário do Sector de Serviços para discussão da situação política e económica, com a participação do camarada Vidal Pinto: hoje, 20, às 19.30, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião de camaradas naturais do distrito de Castelo Branco residentes em Lisboa e Setúbal para discussão de problemas relacionados com as eleições autárquicas no distrito de origem: hoje, dia 20, às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Jantar-Encontro da CDU para apresentação da Proposta CDU para as Autárquicas 93: sexta-feira, 21, às 20.00, no restaurante "A Valenciana". Com a participação de Avelãs Nunes, de Isabel de Castro (Os Verdes) e Blasco Hugo Fernandes (ID), e do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Debate sobre a situação na América Latina, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues: na sede da JCP, sexta-feira, 21, às 21.30.

Plenário de activistas da CDU da freguesia de Arroios: sexta-feira, 21, às 21.30, no Centro de Trabalho de Arroios.

Reunião da célula do Bairro da Quinta do Morgado/Olivais, para discussão das eleições autárquicas e situação política: sexta-feira, às

21.30, no CT dos Olivais.

Debate sobre a Expo 98 e suas incidências na Zona Oriental de Lisboa, promovido pela Comissão de Freguesia dos Olivais: sexta-feira, 21, às 21.00, na SFUCO.

Almoço-convívio do Sector Público da ORL na Quinta da Atalaia: sábado, 22, com a participação do camarada Henrique de Sousa. Animação musical com Luísa Basto e João Fernando.

Encontro CDU da freguesia de Santo Condestável: sábado, 22, às 15.00, na Academia Verdi.

Almoço-convívio da organização da freguesia de Alcântara: sábado, 22, no Centro de Trabalho de Alcântara.

Seminário sobre Serviço Nacional de Saúde, promovido pela Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP: sábado, 22, a partir das 14.30, no Hotel Berna (Av. António Serpa, 13).

Plenário de activistas da CDU da freguesia de S. Sebastião da Pedreira: terça-feira, 25, às 18.30, no CT da Av. António Serpa (2º andar).

Plenário de activistas da CDU da freguesia de S. João de Deus: terça-feira, 25, às 21.00 no CT da Av. António Serpa.

Reunião de quadros técnicos e quadros superiores de empresas do Sector de Serviços de Lisboa, com a participação do camarada Edgar Correia: terça-feira, 25, às 21.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da célula da Gulbenkian: quarta-feira, 26, às 18.00, no CT da Av. António Serpa.

Plenário mensal de militantes dos Olivais: quarta-feira, 26, às 21.30, na SFUCO.

Lanche-convívio no CT do Olivais, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP: quinta-feira, dia 27, às 15.00.

**LOURES**

Visita CDU a vários bairros da freguesia de Loures, com a participação de vereadores da CM e de eleitos na Freguesia. Sábado, 22, a partir das 9.30.

Reunião-convívio da CDU no Parque Municipal em Cabeço de Montachique: sábado, 22, a partir das 15.00.

Debate sobre toxicodependência em St. António dos Cavaleiros, com a participação do vereador Paulo Piteira e de João Resa, presidente da Junta de Freguesia: sexta, 21, às 21.30, na Escola Preparatória de St. António dos Cavaleiros.

**MOURÃO**

Visita do deputado Lino de Carvalho, para debate sobre consequências da construção da Albufeira do Alqueva com entidades autárquicas, representantes de trabalhadores, industriais e agricultores

**SETÚBAL**

Debate sobre Desporto de Alta Competição e o Projecto de Lei do PCP, com a participação de Carlos Rabçal, António Filipe, Melo de Carvalho: no CT do PCP no Edifício Arrábida, hoje, quinta-feira, às 21.00.

**SINTRA**

Encontro-convívio da Juventude CDU - durante todo o dia, com a participação de Carlos Carvalhas. Ponto de Encontro: Cabo da Roca, 11 horas.

**UISEU**

Jantar-convívio com a participação do camarada Álvaro Cunhal: sábado, 22, às 19.30, no restaurante "Gestur".

Debate público sobre a situação política e as propostas do PCP, com a participação do camarada Álvaro Cunhal: no salão da Assembleia Municipal, às 21.30.

# Agenda

**A Juventude CDU - Distrito de Lisboa -**  
convida-te para estares presente no Encontro/Convívio que se realiza no dia 22 de Maio

Ponto de encontro:  
Cabo da Roca, 11 horas.  
Segue-se visita-surpresa e almoço no Parque dos Castanheiros, na Volta do Duche

Presença de **Carlos Carvalhas**

**Sessão de solidariedade com Cuba na Sociedade Capricho Setubalense**

com a participação de Gen. Vasco Gonçalves  
Alm. Rosa Coutinho  
Embaixador German Blanco Puyol

Sábado, às 16h

**MAASTRICHT - AFINAL COMO É ?**

Debate promovido pela DORL com a participação de Sérgio Ribeiro

No CT Vitória  
sexta-feira, às 19h

**Almoço-convívio do Sector de Transportes de Lisboa na Quinta da Atalaia**

com Luísa Basto e João Fernando

**Intervenção sobre a situação política com o camarada Henrique de Sousa**

Sábado  
Inscreve-te!

## Festa CDU em Beja

com a participação do camarada **CARLOS CARVALHAS**

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais de Beja

Domingo, às 14h  
Parque das Merendas

**Homenagem a Catarina Eufémia**

Domingo, em Baleizão

Concentração no Largo do Cemitério, às 11h e romagem à campa de Catarina Eufémia

Intervenção de **Carlos Carvalhas**

A Comissão Concelhia de Cascais organiza o transporte, em camioneta, dos camaradas e amigos que queiram participar nesta homenagem e na jornada de convívio que decorrerá durante todo o dia.

Informações e Inscrições nos CTs. de Cascais (tel. 4866991) e de Tires (tel. 4442253)

**ÁLVARO CUNHAL**  
no distrito de Viseu  
Sábado, 22

**Lamego**

Almoço-convívio no rest. "O Marquês", às 12h30

- Encontro Distrital de Viseu da CDU

Auditório da Rádio Douro Sul, Lamego, às 15h  
Viseu

- Jantar-convívio no rest. "Gestur", às 19h30

- Debate "A situação política e social e as propostas do PCP", no salão da Assembleia Municipal, às 21h30

**Álvaro Cunhal**  
em Arcos de Valdevez

Aproveitando a presença em Ponte da Barca, na próxima sexta-feira, dia 21, do camarada Álvaro Cunhal aonde se desloca a convite da Câmara Municipal para participar numa conferência subordinada ao tema "Passado e Futuro do Comunismo em Portugal", a Comissão Concelhia do PCP de Arcos de Valdevez promove um jantar de confraternização de militantes e amigos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, com a sua presença.

O jantar realiza-se no Restaurante Grill Adegas Regional, das 19 às 21 horas, e as inscrições podem ser feitas junto dos Centros de Trabalho dos dois

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

## JANTAR • ENCONTRO

21 de Maio (6ª feira) - 20.00 horas

Restaurante «A Valenciana»

(Rua Marquês da Fronteira, 157 - Alto de Campolide)

Lisboa

Apresentação de Proposta da CDU para as Autárquicas/93 pelo Professor Avelãs Nunes

Intervenções de:

**Carlos Carvalhas**

Secretário Geral do Partido Comunista Português

**Isabel de Castro**

membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista "Os Verdes"

**Blasco Hugo Fernandes**

Presidente da Comissão Directiva da Intervenção Democrática



**SEMINÁRIO**  
sobre  
**SERVICÓ NACIONAL DE SAÚDE**  
Estatuto do PSD.  
Política alternativa.

Sáb. 22 Maio 1993 - 14,30 horas  
**HOTEL BERNA**  
Av. António Serpa, 13  
**L I S B O A**

# Avante! Agenda Televisão

## Quinta, 20

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinha
- 11.30 Notas para Si
- 12.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 O Divórcio de Lady X (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.40 «Pacific Station»
- 23.10 Raízes do Poder
- 00.20 24 Horas
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Dr. Cornelius
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Mal de Família
- 15.30 Euroritmias

## Sexta, 21

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Pole Position
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 Intriga no Clube (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra Sobre Pedra
- 21.50 Marina, Marina
- 22.25 Airplane II - A Loucura Continua (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 24 Horas
- 00.55 A Morte Debaixo do Braço (ver «Filmes na TV»)
- 02.40 O Quarto Homem (ver «Filmes na TV»)
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal

## Sábado, 22

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.45 Clube Disney
- 15.20 Meias de Seda (ver «Filmes na TV»)
- 17.15 Chefe Mas Pouco
- 17.40 Feira da Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.35 Despedida de Solteiro (telenovela - 1º episódio)
- 22.40 Parabéns
- 01.45 Sessão Dupla I (três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
- 01.55 A Noiva de Dezembro (ver «Filmes na TV»)
- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 Estrela do Oriente (ver «Filmes na TV»)
- 13.35 Sherlock Holmes
- 14.30 Pé Grande e os Amigos
- 14.55 Maniões da América
- 15.45 TV2 Desporto
- 19.30 Corrida de Toiros
- 21.00 No Cumprimento do Dever

## Domingo, 23

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.55 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.25 Olha que Dois
- 15.20 Beverly Hills 90210
- 16.30 Eu Seja Cão (ver «Filmes na TV»)
- 18.15 Sons do Sol
- 19.05 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Repórteres
- 21.50 Despedida de Solteiro
- 23.05 Casa Cheia
- 23.50 Esmeraldas Sangrentas (ver «Filmes na TV»)
- 01.35 Conversa Afiada
- 08.00 Clássicos da TV
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.30 Drama Classics
- 12.50 Forum Musical
- 13.50 Realce
- 14.15 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto

## Segunda, 24

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Mike e Angelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Anna Karenina (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.45 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.25 Sofrer na Carne
- 00.15 24 Horas
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Dr. Cornelius
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Amor à Primeira Vista
- 15.30 Euroritmias



Edith Clever é a intérprete única da peça «Penthesilea», uma tragédia grega reescrita por Heinrich von Kleist no início do séc. XIX e encenada para televisão por Hans Jurgen Syberberg. Hoje, quinta-feira, às 20 horas na TV2.

## Terça, 25

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Lola e os Amigos
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 A Rapariga de Marte (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.10 Você Decide
- 23.35 De Caras
- 00.20 24 Horas
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Amor à Primeira Vista
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.55 Aventura do Conhecimento
- 20.20 V. Exa. Chamou?
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 A Balada de Narayama (ver «Filmes na TV»)
- 01.15 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.35 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.35 Terça à Noite
- 23.45 Joga em Casa
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 Volta a Itália em Bicicleta
- 01.00 MTV
- 16.30 Notícias
- 16.35 Os Gladiadores Americanos
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 A Brincar, a Brincar...
- 22.05 Sexo Forte
- 23.10 Lei e Ordem
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 Volta a Itália em Bicicleta
- 01.00 MTV

## Quarta, 26

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja das Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Entre Guerras
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 O Espião de Negro (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 Crime, Disse Ela
- 18.35 Roda da Sorte
- 19.05 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Campo de Sonhos (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 ZBC - No Ar
- 00.15 24 Horas
- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 A Loucura Normal
- 12.30 Parques Nacionais
- 13.20 Agora, Escolha!
- 14.55 Amor à Primeira Vista
- 15.35 Euroritmias
- 16.15 Os Pioneiros do Espaço
- 17.05 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.15 Magazine Arquitectura
- 19.45 Futebol: Final da Taça dos Clubes Campeões Europeus
- 22.50 TV2 Jornal
- 23.20 Remate
- 23.30 O Sorriso do Lagarto (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 Tauromaquia

- 16.30 Notícias
- 16.35 Os Gladiadores Americanos
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 A Brincar, a Brincar...
- 22.05 Sexo Forte
- 23.10 Lei e Ordem
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 Volta a Itália em Bicicleta
- 01.00 MTV
- 16.30 Notícias
- 16.35 Os Gladiadores Americanos
- 17.20 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 A Brincar, a Brincar...
- 22.05 Sexo Forte
- 23.10 Lei e Ordem
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 Volta a Itália em Bicicleta
- 01.00 MTV



Os jovens da música «jovem» João Vaz, Catarina Furtado, Ricardo Carriço — e Paula Aresta, do «Forum Musical»

- 16.20 Dinossauros
- 17.10 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.10 Os Trintões
- 20.00 Teatro: «Penthesilea», de Heinrich von Kleist
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Interiores
- 00.10 Vingança de Uma Mulher (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.05 Notícias
- 18.10 Roque Santeiro
- 18.55 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.30 Conta Corrente
- 23.35 Reporter da Meia-Noite
- 00.30 Último Jornal
- 01.00 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.30 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.40 Desporto: Na Maior
- 22.10 Referendo - «As Rendas de Casa»
- 23.05 Farda e Coração
- 23.55 Informação
- 00.10 Meteorologia

- 12.30 Dr. Cornelius
- 13.20 Agora Escolha
- 14.55 Mal de Família
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Segredos da Natureza
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 20.00 Dramazine
- 20.30 Acerto de Contas
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 À Luz do Sol (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.15 Paixões Secretas
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.10 De Corpo e Alma
- 21.30 Labirinto
- 22.05 A Mulher de Vermelho (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Último Jornal
- 00.20 Playboy
- 01.20 MTV

- 16.30 Série Infantil
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.40 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.30 Janelas Virtuais
- 22.05 Telemotor
- 22.35 Rumores
- 23.05 Ter ou não Ter (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Olhares
- 01.10 Ponto Final

- 22.05 GBH - O Homem Fatal
- 23.00 Popoff
- 23.30 Contradições

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.10 Notícias
- 14.20 As Mais Belas Máquinas
- 14.45 Aventura
- 15.15 Barbarosa (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Justiça Negra
- 17.45 Grandes Planos
- 18.15 Selvagens e Perigosos
- 18.45 Príncipe de Bel Air
- 19.10 Cara Chapada
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Telefilme: «O Regresso do Olho Vivo» (ver «Filmes na TV»)
- 22.20 Água na Boca
- 23.05 Último Jornal
- 23.35 Debaixo de Fogo (ver «Filmes na TV»)

- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Documentário
- 12.00 Colégio Interno
- 13.00 Informação
- 13.10 Contra-Ataque
- 14.10 Lágrimas (compacto)
- 18.30 O Marido da Embaixadora
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Os Bastidores do Espectáculo
- 20.35 Project X (ver «Filmes na TV»)
- 22.20 Cozido à Portuguesa
- 23.05 A Influência dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Meteorologia

- 23.15 Voo às Cegas
- 00.10 Sombras sobre Moscovo

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 13.00 Pássaros de Fogo
- 14.00 Passo a Passo
- 14.10 Notícias
- 14.20 Um Planeta, Uma Família
- 14.50 Assim Nasceu o Cinema (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Tarzan
- 17.05 National Geographic Magazine
- 18.05 Benny Hill
- 18.35 Cosby Show
- 19.05 Internacional SIC
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 Deseja-me Sorte
- 21.25 Batalhas Conjuguais
- 22.20 Valentina
- 22.50 Boxe
- 23.35 Último Jornal
- 00.15 Crimes

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 14.15 Telhados de Vidro (compacto)
- 15.15 Conagher (ver «Filmes na TV»)
- 18.05 Covington Cross
- 19.00 Espião à Vista
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 O Meu Tacho é o Parlamento
- 20.35 Cagney & Lacey
- 21.40 O Preço da Justiça
- 23.10 Meteorologia

- 16.20 Na Rota da Antártida
- 17.10 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Os Trintões
- 19.50 Cinemazine
- 20.25 Artes e Letras
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Frente a Frente
- 00.10 Recordações da Casa Amarela (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Os Gladiadores Americanos
- 17.25 Paixões Secretas
- 18.10 Sic Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Jornal da Noite
- 20.25 De Corpo e Alma
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.00 Janela de Quarto de Cama (ver «Filmes na TV»)
- 00.05 Tostões e Milhões
- 00.40 Último Jornal
- 01.10 Volta a Itália em Bicicleta
- 01.10 MTV

- 16.30 Desenhos Animados
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.25 Lágrimas
- 18.15 Telhados de Vidro
- 18.40 Rica Saúde
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Uma Aventura nos Alpes
- 20.40 Já Tocou!
- 21.00 Cresce e Aparece
- 21.35 Fado, Fadinho
- 22.05 Telefilme: «A Mentira»
- 23.45 Desporto
- 00.15 Informação

## Filmes na TV

### QUINTA, 20

#### O Divórcio de Lady X

«The Divorce of Lady X» (Gr.Br./1938). Real.: Tim Whelan. Int.: Merle Oberon, Lawrence Olivier, Binnie Barnes, Ralph Richardson. Cor, 87 min. *Comédia*. (15.05, Canal 1)

#### Vingança de uma Mulher

«La Vengeance d'une Femme» (Fr./1989). Real.: Jacques Doillon. Int.: Isabelle Hupert, Béatrice Dale, Jean-Louis Murat. Cor, 117 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

### SEXTA, 21

#### Intriga no Clube

«The Club» (Austrália/1980). Real.: Bruce Beresford. Int.: Jack Thompson, Graham Kennedy, Frank Wilson, Harold Hopkins. Cor, 95 min. *Drama*. (15.00, Canal 1)

#### A Mulher de Vermelho

«The Women in Red» (EUA/1984). Real.: Gene Wilder. Int.: Gene Wilder, Kelly LeBrock, Charles Grodin, Gilda Redner. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (22.15, SIC)

### Aeroplano II

#### - A Loucura Continua

«Airplane II - The Sequel» (EUA/1982). Real.: Ken Finkleman. Int.: Robert Hayes, Julie Hagerty, Lloyd Bridges, Raymond Burr. Cor, 87 min. *Comédia*. (22.25, Canal 1)

#### Ter ou não Ter

«To Have and Have Not» (EUA/1944). Real.: Howard Hawks. Int.: Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Walter Brennan, Hoagy Carmichael, Dolores Moran, Walter Molnar, Dan Seymour. «Colorizado», 100 min. *Ver Destaque*. (23.05, Quatro)

#### À Luz do Sol

«Plein Soleil» (Fr./It./1959). Real.: René Clément. Int.: Alain Delon, Marie Laforet, Maurice Ronet, Elvire Popesco. Cor, 117 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

#### A Morte Debaixo do Braço

«Checking Out» (Gr.Br./1988). Real.: David Leland. Int.: Jeff Daniels, Melanie Mayron, Michael Tucker. Cor, 91 min. *Comédia*. (00.55, Canal 1)

#### O Quarto Homem

«De Vierde Man» / «The Fourth Man» (Hol./1983). Real.: Paul Verhoeven. Int.: Jerden Krabbé, Renée Soutendijk, Thom Hoffman. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (02.40, Canal 1)

### SÁBADO, 22

#### Estrela do Oriente

«Star of India» (Gr.Br./1953). Real.: Arthur Lubin. Int.: Cornel Wilde, Leslie Linder, Jean Wallace, Herbert Lom. Cor, 86 min. *Capa e Espada*. (12.05, TV 2)

#### Barbarosa

«Barbarosa» (EUA/1982). Real.: Fred Schepisi. Int.: Willie Nelson, Gary Busey, Isela Vega, Gilbert Roland, Danny De La Paz. Cor, 90 min. *Ver Destaque*. (15.10, SIC)

#### Meias de Seda

«Silk Stockings» (EUA/1957). Real.: Rouben Mamoulian. Int.: Fred Astaire, Cyd Charisse, Janis Paige, Peter Lorre. Cor, 113 min. *Ver Destaque*. (15.20, Canal 1)

#### O Regresso do Olho Vivo

«Get Smart, Again» (EUA/1989). Real.: Gary Nelson. Int.: Don Adams, Barbara Feldon. Cor, 100 min. *Telefilme*. (20.05, SIC)

#### Projecto X

«Project X» (EUA/1987). Real.: Jonathan Kaplan. Int.: Matthew Broderick, Helen Hunt, Bill Sadler, Johnny Ray McGhee. Cor, 108 min. *Comédia*. (20.35, Quatro)

#### A Influência dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas

«The Effect of Gamma Rays on Man-In-The-Moon Marigolds» (EUA/1973). Real.: Paul Newman. Int.: Joanne Woodward, Nell Potts, Roberta Wallach, Judith Lowry, David Spielberg. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (23.05, Quatro)

#### Debaixo de Fogo

«Under Fire» (EUA/1983). Real.: Roger Spottiswood. Int.: Nick Nolte, Gene Hackman, Joanna Cassidy, Ed Harris, Jean-Louis Trintignant. Cor, 128 min. *Ver Destaque*. (23.20, SIC)

O Grande Mestre dos Lutadores (Hong-Kong/1980). Real.: Yuen Woo Ping. *Artes Marciais*. (Alternativa I); *Histórias de Sedução* (EUA/1990). Real.: Frederic Raphael, Ken Russell, Tony Richardson. *Telefilme*. (Alternativa II); *A Dama de Branco* (EUA/1988). Real.: Frank LaLoggia. «*Thriller*» fantástico. (Alternativa III). (00.20, Canal 1)

#### Noiva de Dezembro

«December Bride» (Irl./1990). Real.: Thaddeus O' Sullivan. Int.: Saskia Reeves, Donald McCann, Ciaran Hinds, Patrick Malahide. Cor, 85 min. *Ver Destaque*. (01.55, Canal 1)

### DOMINGO, 23

#### Assim Nasceu o Cinema

«Hollywood Cavalcade» (EUA/1939). Real.: Irving Cummings. Int.: Alice Faye, Don Ameche, Al Jolson, Buster Keaton. Cor, 96 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

#### Conagher

«Conagher» (EUA/1991). Real.: Raynaldo Villalobos. Int.: Sam Elliott, Katherine Ross, Barrin Corbin. Cor, 111 min. *Melo-drama*. (16.25, Quatro)

#### Eu Seja Cão

«The Shaggy Dog» (EUA/1959). Real.: Charles Barton. Int.: Fred MacMurray, Jean Hagen, Tommy Kirk. P/B, 107 min. *Comédia*. (16.30, Canal 1)

#### Esmeraldas Sangrentas

«Green Ice» (Gr.Br./1981). Real.: Ernest Day. Int.: Ryan O' Neal, Anne Archer, Omar Sharif, Domingo Ambriz. Cor, 99 min. *Ação*. (23.50, Canal 1)

### SEGUNDA, 24

#### Anna Karenina

«Anna Karenina» (Gr.Br./1947). Real.: Julien Duvivier. Int.: Vivien Leigh, Ralph Richardson, Kieron Moore, Hugh Dempster. P/B, 150 min. *Ver Destaque*. (14.00, Canal 1)

#### Janela de Quarto de Cama

«Bedroom Window» (EUA/1987). Real.: Curtis Hanson. Int.: Steve Guttenberg, Elizabeth McGovern, Isabelle Hupert. Cor, 112 min. *Ver Destaque*. (22.00, SIC)

#### A Mentira

«Living a Lie» (EUA). Real.: Larry Shaw. Int.: Jill Eikenberry, Peter Coyote, Roxanne Hart, Jared Blacard, Claudette Sutherland. Cor, 96 min. *Drama*. (22.05, Quatro)

#### Recordações da Casa Amarela

(Port./1989). Real.: João César Monteiro. Int.: João César Monteiro, Manuela de Freitas, Sabina Sacchi, Teresa Calado, Ruy Furtado. Cor, 115 min. *Ver Destaque*. (00.10, TV 2)

### TERÇA, 25

#### A Rapariga de Marte

«The Girl From Mars» (EUA/1991). Real.: Neill Fearnley. Int.: Edward Albert, Sarah Sawatsky, Gary Day, Christianne Hirt. Cor, 90 min. *Telefilme*. (15.00, Canal 1)

#### Jogo Fatal

«House of Games» (EUA/1987). Real.: David Mamet. Int.: Lindsay Crouse, Joe Mantegna, Mike Nussbaum, Lilia Skala, J. T. Walsh. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (21.35, Quatro)

#### A Balada de Narayama

«Narayama Bushi-Ko» (Jap./1983). Real.: Shohei Imamura. Int.: Ken Ogata, Sumiko Sakamoto, Tonpei Hidari. Cor, 125 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

### QUARTA, 26

#### O Espião de Negro

«The Spy In Black» (Gr.Br./1938). Real.: Michael Powell. Int.: Conrad Veidt, Sebastian Shaw, Valerie Hobson, Marius Goring. *Ver Destaque*. (15.10, Canal 1)

#### Campo de Sonhos

«Field of Dreams» (EUA/1989). Real.: Phil Arden Robinson. Int.: Kevin Costner, Amy Madigan, James Earl Jones, Timothy Busfield. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## Por isto e por aquilo...

### Vingança de uma Mulher (Quinta, 00.10, TV 2)

A história deste filme tem o fundo de violência que é em geral inerente a grande parte dos filmes realizados por este cineasta relativamente *outsider* do cinema francês - Jacques Doillon - apostado em realizar obras com um orçamento limitado, talvez porque bastante próximas de uma atmosfera realista para a qual ele não exige grandes meios ou fantasiosas encenações: uma viúva, através de um ardil que minuciosamente monta, vai criando as condições para que a amante do seu falecido marido, desesperada pelo seu acto, acabe por cometer o suicídio. Uma curiosidade a juntar ao filme do mesmo realizador, que a TV 2 já transmitiu em finais de 92 (*A Tentação de Isabel*) ou àquele transmitido há dois dias (*A Rapariga de Quinze Anos*).

### A Mulher de Vermelho (Sexta, 22.15, SIC)

Adaptado de um original francês, esta comédia conta a história de um chefe de família que fica positivamente siderado ao cruzar a sua vida com a de uma mulher vestida de vermelho que lhe dá a volta à cabeça... Interpretado e realizado por Gene Wilder, o intérprete favorito de Mel Books, as recordações que ficaram do filme resumem-se, para além dos *tiques* habituais do actor-realizador, à badalada canção de Stevie Wonder *I Just Called... e, claro, à mulher de vermelho e à citação da cena da saia esvoaçante de Marilyn...*

### Ter ou não Ter (Sexta, 23.05, Quatro)

«Não bata no televisor! Este filme é mesmo a preto e branco!», assim rezava em dado momento - a propósito de um dos filmes anunciados, *Os Amantes do Tejo* - o texto de propaganda do *spot* sobre «os filmes da semana» que a SIC transmitiu na passada segunda-feira. Ou seja: é assim - quase que tomando-nos por idiotas -, umas vezes ensinando que o filme não é a cores, outras vezes vendendo-nos gato por lebre com as cópias «colorizadas», que os programadores de cinema das televisões tratam os espectadores que somos nós. O mesmo se passa com a *Quatro*, apostada desde há tempos em passar grandes clássicos do cinema sujeitos àquele miserável processo - como é o caso deste *Ter ou não Ter*, de Howard Hawks. Ombreado com John Ford, Raoul Walsh ou William Wellman na galeria dos grandes mestres do cinema clássico de Hollywood, Hawks foi dos cineastas mais justamente idolatrados pelo punhado de críticos dos *Cahiers du Cinéma* na sua cruzada dos anos 50/60 pelo cinema de autor. Quem poderá na realidade ignorar que, na sua obra, figuram alguns dos mais elevados momentos de vários géneros do cinema, como *Rio Vermelho*, *Os Homens Preferem as Louras*, *Big Sleep*, *Rio Bravo*, *Scarface*, *Big Sky* ou, mesmo, o *Hatari* que o Canal 1 transmitiu no passado sábado? Em *Ter ou não Ter*, Hawks parte de um romance «menor» de Ernest Hemingway para realizar, com eficácia e segura, esta história passada na Martinica durante a II Grande Guerra: um americano expatriado, dono de um barco de alugar a turistas, acaba por alinhar com a resistência francesa, aparentemente não por razões políticas (ou não fosse ele um outro *Rick*) mas para se vingar da prisão, pela polícia fiel a Vichy, de um seu velho amigo. Com um tal argumento e diálogos fabulosamente escritos por um outro *Nobel*, William Faulkner, o filme, que ainda tem Humphrey Bogart no papel principal, acabou assim por ficar conhecido como o *Casablanca* de Howard Hawks - este habitado por essa outra gloriosa figura (e voz) feminina do cinema americano que foi Lauren Bacall (aqui, na sua estreia) e ainda marcado pelas fabulosas seqüências de sedução, de que a célebre cena do «assobio» não é, senão, um brilhante desarrincanço entre tantos outros... Um filme a não perder.

### À Luz do Sol (Sexta, 23.10, TV 2)

E, numa semana que parece fazer levantar um pouco o nível por vezes rasteiro por que tem andado a programação cinematográfica nas várias televisões, surge, praticamente à mesma hora de *Ter ou não Ter*, este outro grande filme do cineasta francês René Clément. Um filme perfeito nas suas várias componentes: a esplendorosa fotografia de Henri Decae, a música de Nino Rota (habitual companheiro de Fellini), a direcção de actores e o próprio desempenho de todos eles, com destaque para um dos melhores papéis de Alain Delon, ainda muito jovem, assim como o de Maurice Ronet e a feliz estreia de Marie Laforêt. Mas não só: a própria intriga, adaptada de um romance policial de Patricia Highsmith, prende o espectador do princípio ao fim, ao narrar a trajetória de um homem, cínico e implacável, que é encarregado por um rico industrial de ir a Itália buscar o filho que ali se encontra com a amante a viver à custa dos rendimentos e acaba por assassiná-lo para se apossar dos bens e fazer-se passar por ele. Até que, um belo dia, um corpo dá à costa...

### O Quarto Homem

(Sexta, 02.40, Canal 1)

É o sétimo filme de um badalado realizador holandês, Paul Verhoeven, depois destinado a grandes êxitos no cinema americano (*Flesh and Blood*, *Robocop*,

*Basic Instinct*). Trata-se de um filme ainda realizado na Holanda, no qual, como é seu hábito, se embrenha num polémico e violento argumento preñado de taras e obsessões, mas inegavelmente encenado com o talento e o virtuosismo que o suporte da «indústria» sempre ajudam a revelar.

### Barbarosa (Sábado, 15.10, SIC)

Um interessante *western* australiano (inédito entre nós) que nos conta, com todos os condimentos habituais no género, as aventuras de um fora-da-lei lendário em fuga na companhia de um seu protegido. Duas boas interpretações de Willie Nelson e Gary Busy.

### Meias de Seda (Sábado, 15.20, Canal 1)

Toda a gente se recorda que, neste filme, mais uma vez sobressai um dos melhores pares de pernas da história do cinema, ainda por



Humphrey Bogart e Lauren Bacall, em «Ter ou não Ter», de Howard Hawks

cima numa seqüência de antologia em que a sua dona - Cyd Charisse - cuidadosa e lentamente as reveste de um par de meias de seda pretas... Mas não só esta cena marcou o filme, que ainda tem Fred Astaire, a dançar e a cantar *rock* (!), e Peter Lorre igualmente à vontade numa comédia musical com música de Cole Porter, uma comédia que (pormenor, afinal, de somenos importância) gira à volta da história da *Ninotchka*...

### A Influência dos Raios Gama no Comportamento das Margaridas (Sábado, 23.05, Quatro)

Mais outro filme importante, desta vez saído da forte e contida sensibilidade de um grande actor e não menor realizador, Paul Newman, sempre apostando no extremo cuidado com que modela as suas personagens: neste caso, uma viúva que vive sozinha e modestamente com as suas duas filhas e cujo progressivo desequilíbrio nervoso não a deixa delas cuidar como desejaria. Uma história fortemente dramática em que Joanne Woodward tem um dos melhores papéis da sua carreira (distinguido, aliás, em Cannes), bem acompanhada por duas excelentes actrizes adolescentes, Roberta Wallach (filha do actor Eli Wallach) e Nell Potts (ela própria filha do casal Newman), em dois difíceis e decisivos papéis.

### Debaixo de Fogo

(Sábado, 23.20, SIC)

As referências falam de um curioso e poderoso *thriller* político com argumento centrado na história de três jornalistas norte-americanos, correspondentes na Nicarágua durante a guerra civil, na prática impossibilidade de se deixarem envolver politicamente no extremado conflito, e, em consequência, no confronto quotidiano entre a «independência» e «objectividade» da profissão e a tentação ou necessidade de «tomar partido». Das três brilhantes interpretações principais,



Joanne Woodward, com Nell Potts e Roberta Wallach, em «A Influência dos Raios Gama...», de Paul Newman

parece que o relevo vai para Nick Nolte e Gene Hackman. A confirmar.

**Noiva de Dezembro** (Sábado, 01.55, Canal 1)

História fortemente dramática de um triângulo amoroso entre uma mulher e dois irmãos, desafiando o rigor das convenções morais no interior da Irlanda rural do início do século, este filme foi bem acolhido pela crítica durante a Quinzena dos Realizadores no Festival de Cannes de 1990. Inédito entre nós, é porventura um filme curioso a investigar.

**Assim Nasceu o Cinema**

(Domingo, 15.00, SIC)

Bem escolhido para o espaço de programação que lhe foi destinado - *Chiado Terrace* -, este filme é uma divertida comédia cuja acção se situa em Hollywood, durante os primeiros tempos do cinema, com uma história típica deste género de situações: um jovem realizador a ajudar uma futura vedeta nos seus primeiros passos. Com algumas irresistíveis piadas ao início do «sonoro», pelo filme passam ainda algumas glórias do tempo, como Buster Keaton ou Max Sennett, enquadrando os intérpretes principais - os conhecidos Don Ameche e Alice Faye.

**Anna Karenina** (Segunda, 14.00, Canal 1)

Realizador dos mais prolíficos do cinema francês, por quem Orson Welles não escondia a sua admiração, Julien Duvivier tem na sua longa obra alguns filmes inesquecíveis, como *La Bandeira*, na sua longa obra alguns filmes inesquecíveis, como *La Bandeira*, *Pépé-Le-Moko* (que a RTP há tempos recordou), *Un Carnet de Bal*, e, sobretudo, *Panique*, uma adaptação de George Simenon realizada de novo em França após a sua passagem por Hollywood durante a II Grande Guerra. Este *Anna Karenina* foi realizado em Londres, dois anos depois, por Duvivier, com produção de Alexander Korda e a participação no elenco de grandes nomes do cinema britânico, como Vivien Leigh ou Ralph Richardson. Mas a adaptação do grande clássico de Tolstói resultou num dos seus filmes menos conseguidos, embora seja sempre de recordar a cuidada encenação da atmosfera romântica, de que o realizador foi um dos melhores especialistas.

**Janela de Quarto de Cama** (Segunda, 22.00, SIC)

Steve Guttenberg, um dos habituais intérpretes dessa idiota e interminável série de filmes *Academia de Polícia*, é aqui o principal protagonista de um filme de *suspense* não isento de humor, no mesmo sentido em que os de Hitchcock (que o filme pretende homenagear) o não eram. O argumento, ainda por cima altamente verosímil, é um achado: um homem é acusado de uma série de crimes horríveis e a única possibilidade de, através de um álibi, provar que estava inocente seria revelar as suas clandestinas aventuras com a amante, que era nem mais nem menos do que a mulher do patrão! As citações de *Janela Indiscreta*, embora óbvias, são dos mais interessantes elementos dramáticos do filme.

**Recordações da Casa Amarela** (Segunda, 00.10, TV 2)

Cineasta dos mais importantes da sua geração, figura de primeiro plano no movimento iniciador do «cinema novo» português nos anos 60, João César Monteiro sempre procurou como poucos, na sua actividade crítica como na sua carreira de realizador, manter uma postura coerente, comodamente e não poucas vezes entendida como *anarca* e *radical*, face ao «real» e ao «imaginário» de que são feitos os filmes. *Recordações da Casa Amarela* é talvez o exemplo máximo dessa forma de estar no cinema, que o cineasta persegue e aprofunda através do percurso de uma personagem que, entregue às suas angústias, desesperos e alucinações, ao mesmo tempo permanece fortemente lúcida face à «comédia lusitana» que ferozmente contempla e estigmatiza. Um filme galardoado *ex-quo* com o *Leão de Prata* do Festival de Veneza de 1989.

**Jogo Fatal** (Terça, 21.35, Quatro)

De novo a influência de Hitchcock neste excelente filme que a RTP já nos mostrou há algum tempo, e que convém quem o não viu não perder. Trata-se da primeira obra realizada por um excelente argumentista - David Mamet, de quem a *Quatro* há mês e meio nos recordou uma outra obra notável, *As Coisas Mudam* - centrada em torno de uma psiquiatra de sucesso cuja vida, por puro acaso, se cruza com a de um vigarista que pertence ao mundo da noite e do jogo e é levada, de início por curiosidade profissional, a irresistivelmente alinhar nos seus brilhantes truques, e não só. Uma grande interpretação de Joe Mantegna e também de Lindsay Crouse, mulher de Mamet.

**A Balada de Narayama** (Terça, 23.10, TV 2)

Trata-se de um *remake* de um filme com o mesmo título e semelhante argumento realizado, em 1958, por Keisuke Kinoshita. De algum modo inferior ao primeiro, pela sua exagerada lentidão, este *A Balada de Narayama* debruça-se, como aquele, sobre um dos velhos costumes tradicionais nas regiões do interior do Japão: ao atingir os setenta anos de idade, os anciãos deviam ascender aos cumes de uma montanha, transportados às costas pelo seu filho mais velho, e aí acabar os seus dias. Um filme rude e belo, extremamente bem fotografado, premiado com a Palma de Ouro no Festival de Cannes de 1983.

**O Espião de Negro** (Quarta, 15.10, Canal 1)

História de confrontos e ardis entre um oficial naval espião alemão e um duplo agente britânico, com acção situada na Escócia durante a I Grande Guerra, este filme de espionagem, que tem o célebre actor do cinema expressionista alemão Conrad Veidt num dos principais papéis, é um dos mais interessantes nascidos da colaboração do realizador Michael Powell com o argumentista Emeric Pressburger. Um filme não por acaso realizado em 1938, nas vésperas do segundo grande conflito que assolou a Europa.

**Campo de Sonhos** (Quarta, 21.55, Canal 1)

Segundo as referências, este é um filme extremamente curioso que regressa, em moldes modernos, à tradição da encenação do «maravilhoso» que constituiu pedaço significativo dos mecanismos de evasão do cinema clássico norte-americano: inspirado por



Lindsay Crouse e Joe Mantegna, em «Jogo Fatal», de David Mamet

«uma voz» que vem do Além, um agricultor de Iowa cria, no meio do seu milheiral, um recinto de *baseball* que constitui o «chamamento» para que ali surjam os espíritos de alguns dos mais míticos jogadores do passado, em particular o de *Shoelless Joe Jackson* - cuja trajectória inspirara o livro de W. P. Kinsella que serviu de base à adaptação do argumento. Uma boa interpretação de Kevin Costner e uma excelente banda sonora de James Horner.

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Herói Acidental	★★★★	★★★	★★★
<b>B</b> Imperdoável	★★★★	★★★	★★★★
<b>C</b> Jogo de Lágrimas	★★★	★★★★	—
<b>D</b> Van Gogh	★★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Stephen Frears — *Amoreiras/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/1* (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); *Quarteto/4* (14.30, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00); *Terminal/1* (14.30, 16.45, 19.15, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Clint Eastwood — *Cine 222* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *King Triplex/2* (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Neil Jordan — *King Triplex/1* (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Maurice Pialat — *Nimas* (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.

**Teatro**

**AUDITÓRIO DE BENFICA**

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

**AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO**

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DA POLÍCIA**, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

**CASA CONVENIENTE**

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

**COMUNA**

Lisboa, Praça de Espanha, Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **QUANDO PASSAREM CINCO ANOS**, de Federico Garcia Lorca, encenação de João Mota, pela Comuna.

**TEATRO ABERTO**

Lisboa, Praça de Espanha, Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

**TEATRO DO CALVÁRIO**

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

**TEATRO DA MALAPOSTA**

Olival Basto, Rua de Angola. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30. **SORTE MALVADA**, de Ruzante, encenação de José Peixoto, pelo elenco do Teatro da Malaposta (*até fim de Maio*).

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ALTA VIGILÂNCIA**, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

**TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ**

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. De 2ª a sáb. às 21.30. **NOME DE GUERRA-JUDITE**, encenação de Maria Germana Tanger. *Companhia Teatral do Chiado* - Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

[reprodução do convite]

**Tempo**

Céu muito nublado e aguaceiros ou chuva fraca em todo o território continental.



**PALAVRAS CRUZADAS**

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

**HORIZONTAIS:** 1 — Signo do Zodíaco; vadios; 2 — faça referência; deslocavam; 3 — parte lateral; termo; vontade de dormir; 4 — ena; veados de galhos achatados nas pontas; com saúde; Cobalto (simb.); 5 — art.; laço apertado; vazios; pouco vulgar; 6 — pé de animal; escrava egípcia de Abraão e mãe de Ismael; art. francês; 7 — prevenção; acrescentara; 8 — Erbó (simb.); carta com seis pintas; cidade argelina; 9 — renques; tulha para conservação de forragens verdes, ou cereais; meia ilha; devoção; 10 — milha marítima; campeão; solujo; lamentos; 11 — objecto; artéria; nome do aio de Afonso Henriques; 12 — anojamentos; acre; 13 — exorbitar; comoções.

**VERTICAIS:** 1 — Pequena galé; rainha de Inglaterra decapitada por adúltero; 2 — seguros pelas gavinhas; lâ de cordeiro; começo do abecedário; 3 — sem fala; fogueira onde os antigos queimavam os cadáveres; Org. das Nações Unidas (sigla); 4 — redor sem limites; cont. prep. e art.; batráquios; 5 — o dormir infantil; pingos; leguminosa cujas sementes fornecem óleo e proteínas de valor nutritivo; 6 — nota musical; pássaros; forma redutiva de senhor; 7 — vasa; licor de erva doce; apelido do 3º governador-geral do Brasil; 8 — clava; impulso; 9 — qualquer; corda de esparta; espécie de morteiro; 10 — a gente (pop.); rio que banha Setúbal; Rádio (simb.); 11 — antepassados; zombaria; estão no cabo; 12 — acalentar; igual; escritor português do séc. XIX autor de «O Mandarim»; 13 — de tal maneira; grande cão de fila; destro; 14 — prep.; acreditar; vendido a crédito; 15 — virtuosa; serventias.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

**HORIZONTAIS** 1 — Oceanografias; 2 — amo; RAU; boi; réis; 3 — lindas; sâmara; 4 — estar; mas; subir; 5 — usas; socos; São; 6 — oi; refilão; Cs.; 7 — sai; ola; vão; 8 — ir; vou; vai; ar; 9 — Telo; vã; pi; sabe; 10 — agá; malhada; Sam; 11 — vá; ias; ETA; nu; 12 — atado; ara; anzol; 13 — moca; praias; ouso.

**VERTICAIS** 1 — Aléu; fitavam; 2 — omissio; regato; 3 — contais; lâ; Ac.; 4 — dás; avo; ida; 5 — arar; rio; Mao; 6 — nas; se; uvas; 7 — ou; mofo; al; ar; 8 — bacilo; hera; 9 — Rb; sola; Pã; ai; 10 — aos; sã; vide; 11 — fias; ova; ata; 12 — mús; ais; ano; 13 — Árábico; ás; zu; 14 — sérias; abanos; 15 — sarro; trémulo.

**XADREZ**

CDXI - 20 de Maio de 1993

PROPOSIÇÃO Nº 1993D039  
Por: HEINRICH RÜBESAMEN  
Münchener N.N., 1908

Pr.: [3]: Cs. e2 f2-Ra8  
Br.: [4]: Pc5-Tsb4, d7-Rh8



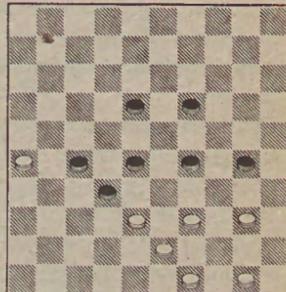
Mate em 3 lances

**DAMAS**

CDXI - 20 de Maio de 1993

PROPOSIÇÃO Nº 1993D039  
Por: A. A. POLMAN  
NL, 1933

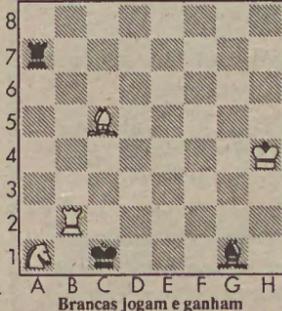
Pr.: [7]: 18-19-27-28-29-30-32  
Br.: [7]: 26-38-39-40-43-49-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D040  
Por: LEON LOEWENTON  
Revista FIDE, 1959

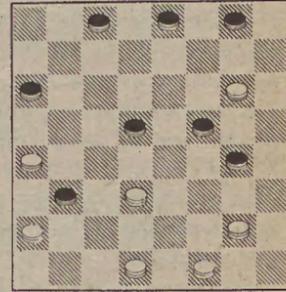
Pr.: [3]: Bg1-Ta7-Rc1  
Br.: [4]: Ca1-Bc5-Tb2-Rh4



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D040  
GOLPE Nº 1993  
Por: HERMÍNIO MEDALHA  
DA SILVA  
Almada, 28.X.1973

1. 12-15, 23-19; 2. 10-14, 19-10; 3. 5-14, 28-23; 4. 8-12, 32-28; 5. 12-16, 21-16; 6. 14-21, 25-18; 7. 6-10, 23-19; 8. 11-14, 19-12; 9. 14-21, 26-17; 10. 10-14, 28-23; 11. 14-18, 22-21; 12. 9-18, 23-19; 13. 1-5, 17-13; 14. 18-21, 27-22; 15. 7-11, 22-18; 16. 4-8 **DIAGRAMA**



Jogam as pretas e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CDXI**  
N.º 1993X039 [H.R.]: 1. Th7, Cc3; 2. Tf4 e 3. Tf8++  
1..... Cd4; 2. T:d4 e 3. Td8++  
1..... Cf4; 2. Tf4 e 3. Tf8++  
1..... Cd3; 2. T:g4 e 3. Tg8++  
1..... Cc4/g4; 2. T:C e 3. Tc8/g8++

N.º 1993 X040 [L.L.]: 1. Tc2, Rb1; 2. B:a7, B:a7; 3. Tc4, Bf2+ (a); 4. Rg4, R:a1; 5. Rf3 ganham  
Se: 5..... Bg1; 6. Tc1g  
5..... Ba7; 6. Ta4  
5..... Bb6; 6. Ta4, Rb1; 7. Tb4g  
(a) Se: 3..... R:a1; 4. Ta4+ e g.Bispo

**SOLUÇÕES DO N.º CDXI**  
N.º 1993 D039 [A.A.P.]: 1. 40-34, (29X40); 2. 39-33, (28X48=D); 3. 50-44, (32); 4. 44X31+

N.º 1993 D040 [H.M. DA S.]: 16. .... 13-9, 17. 8:22, 31-27; 18. 22:31=D; 19. 31:13, 26:1=D+

A. de M. M.

A. de M. M.

# a talhe de FOICE

## Batatolino

*Se as televisões que por aí temos produzem, tantas vezes, acontecimentos à força, algumas situações há - e verdade se diga - em que a força dos acontecimentos lhes impõe a notícia.*

*É o caso dos dramas da agricultura portuguesa, nas suas expressões mais angustiadas.*

*O País tem visto, particularmente neste último ano agrícola, desaguar nos televisores uma colheita geométrica de desespero, semeada de rostos atónitos e colheitas a apodrecer na terra. E o fenómeno não é circunstancial, localizado ou sazonal: atinge todo o território e a generalidade das produções, quer as extensivas e de grande investimento, quer as mais ou menos hortícolas e de labor familiar. Quer os grandes produtores - que não são muitos - quer os pequenos e médios - que ainda há pouco tempo aparafusavam à terra cerca de 30% da população activa.*

*Talvez forçadas pelo espectáculo que a dor também é, as nossas televisões não têm perdido pitada. E nós também não.*

*Por isso todos sabemos, porque o vimos claramente visto na crueza das imagens, que a maior parte da produção do tomate apodreceu nas leiras porque nem valia a pena apanhá-lo, dado que nem a colheita anterior ainda havia sido paga.*

*Por isso todos sabemos que a última produção de laranja ficou na maioria das árvores, enquanto os hipermercados nos foram inundando de fruta espanhola a baixo preço, bonito aspecto e deficiente sabor.*

*Por isso todos sabemos que a maçã portuguesa apodreceu este ano entre o chão e os armazéns, juntamente com as bolsas de quem nelas investiu. Por isso sabemos - porque mais uma vez o vimos há dias, na televisão - que a produção da batata nacional está a ser sugada, não por prometidos mercados e distribuições, mas pelo mesmo vórtice de ruína que a política governamental instalou nos campos do País. E lá a vimos, às toneladas à flor da terra, esperando um escoamento que não há.*

*Daí a surpresa do País ao ver o Primeiro-Ministro carregando um caixote de batata frita, durante a inauguração duma nova unidade industrial que se abastece de batata... espanhola, com a alegria de quem está a salvar a produção nacional.*

*Daí, sobretudo, a estupefacção ao ouvirmos Cavaco Silva, ainda sacudindo as mãos de estivador de pála-pála, acusar os agricultores portugueses de andarem para aí a mentir. Segundo o Primeiro-Ministro português, a fruta e o vinho que têm sido despejados pelas ruas e estradas do País em sinal de protesto, não correspondem a produções reais. Para ele, os armazéns continuam vazios e à espera de produtos que, no fim de contas, os agricultores não produziram. E a prova é simples: ninguém aproveitou os mercados e as linhas de exportação que o Governo (soube-se agora!) pôs à disposição dos agricultores!*

*Enrascado, o Casqueiro da CAP até teve de dizer na SIC que não sabia de nada, mas que ia averiguar, coitado.*

*Portanto, segundo o Primeiro-Ministro, a crise profunda em que o seu Governo afundou a agricultura portuguesa, já nem se desculpa com o "impacto da integração europeia", o "preço da modernização" ou o "alinhar pela Europa".*

*Para Cavaco Silva os agricultores vão à falência, os campos desertificam-se, as colheitas apodrecem na origem, pela liminar razão de que quem trabalha a terra... afinal não produz!*

*O máximo que os agricultores conseguem dá para despejar na rua, mas não enche um armazém. Pelos vistos, o máximo que Cavaco Silva consegue, no pantanal de contradições a que a sua ruínoza política conduziu o País, é já ser, simplesmente, batatolino.*

■ HC

## Nota do Gabinete de Imprensa Os resultados no referendo da Dinamarca

Os resultados do segundo referendo sobre o Tratado de Maastricht divulgados na passada terça-feira, dando a vitória ao «Sim» com 56,8 por cento de votos, enquanto o «Não» recebeu 43,2, justificaram nesse dia o seguinte comentário do Gabinete de Imprensa do PCP:

1. O alcance e significado da vitória do «sim» no referendo da Dinamarca fica fortemente diminuído e enfraquecido pelo facto de se registar na base da desvinculação daquele país em relação a aspectos essenciais do Tratado de Maastricht abrangendo designadamente a 3ª fase da União Económica e Monetária, a moeda única, o Banco Central Europeu, a cidadania europeia, as acções e decisões em matéria de defesa comum.

2. Em contrapartida, o facto de — apesar dessas excepções conquistadas pela Dinamarca depois da vitória do «não» no referendo de há um ano — o «não» ter obtido agora o apoio de mais de 40% dos eleitores dinamarqueses tem o valioso significado de

atestar a permanência de uma forte desconfiança e oposição em relação à marcha federalista que os países mais poderosos da CEE querem impor na evolução da integração europeia.

3. Numa conjuntura em que importantes aspectos da crise económica e social que se verifica nos países da CEE são em si mesmos uma clara condenação, no terreno da vida, das concepções monetaristas e dos critérios de convergência nominal de Maastricht, qualquer tentativa de instrumentalizar a vitória do «sim» para propagandar um novo impulso para a «constru-

ção europeia» desenhada no Tratado de Maastricht representaria apenas uma condenável «fuga para a frente» e uma teimosa insistência numa «política de avestruz».

4. Nesta oportunidade, é indispensável salientar que os portugueses e Portugal estão indiscutivelmente a pagar um elevado preço em termos de desemprego, despedimentos, quebra de poder de compra, encerramentos de empresas, recessão e desarticulação da estrutura produtiva e ruína dos agricultores como resultado da política errada do Governo do PSD e de este, com o pleno apoio do PS, ter voluntária e

desnecessariamente aprisionado a política económica nacional nas desastrosas malhas dos asfixiantes critérios de convergência de Maastricht.

5. A oposição ao Tratado de Maastricht e a luta contra as políticas monetaristas e neoliberais de Maastricht — que o PCP firmemente continua a sustentar — constituem, mais do que nunca, um grande imperativo de defesa da soberania e da identidade nacionais e de protecção de interesses essenciais dos trabalhadores e de outras vastas camadas da população laboriosa.

## Serviço Nacional de Saúde em seminário

Um seminário sobre o Serviço Nacional de Saúde vai decorrer no próximo sábado no Hotel Berna em Lisboa, promovido pela Comissão Nacional para as

Questões da Saúde do PCP.

Em discussão estará o novo estatuto imposto pelo Governo do PSD e a apresentação de uma política alternativa para o sector, passando por áreas como os serviços de saúde, o acesso a esses serviços; a qualidade, segurança e eficácia do sistema; a evolução das despesas com a saúde pagas pelos cidadãos portugueses; a situação dos

profissionais de saúde; a própria constitucionalidade do estatuto imposto pelo Executivo de Cavaco Silva e ainda o Serviço Nacional de Saúde tal como é definido pela Constituição e os mecanismos que o podem dinamizar.

O tema geral deste seminário é enunciado pela seguinte questão: «A saúde no mercado do Governo PSD. Que alternativas?»

## Xanana condenado amanhã

O antigo líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, deverá ouvir amanhã a sentença do julgamento a que foi submetido pelas autoridades indonésias, que entretanto reforçaram o policiamento em Díli, capital de Timor-Leste, e nas imediações do tribunal onde decorrem as sessões com receio de manifestações da população. Na última sessão deste julgamento, Xanana conseguiu ler, em português, três páginas de um documento de 52, onde afirmou não reconhecer a autoridade do tribu-

nal para o julgar, defendeu a autodeterminação do povo de Timor-Leste e disse não se considerar um cidadão indonésio. As palavras de Xanana Gusmão, no final deste processo, levaram diversos porta-vozes da resistência maubere a considerarem que elas poderão contribuir para o relançamento da luta contra a Indonésia. Diversos observadores têm como certo que esta última atitude de Xanana Gusmão conduzirá o tribunal indonésio a condená-lo à prisão perpétua.

## Agricultores e pescadores em luta

Agricultores e pescadores estão em luta em protesto contra a política comunitária e do Governo para os respectivos sectores. Na segunda-feira, em Porto de Mós, mais uma vez agricultores procederam a um corte de estrada, agora pela falta de escoamento da fruta e pela importação de fruta espanhola. Depois de uma reunião com o governador civil de Leiria, os agricultores deram um prazo de oito dias às autoridades para tomarem medidas, caso contrário, será «o que Deus quiser», na expressão utilizada por um porta-voz dos manifestantes.

«Pedra sobre pedra é substituída por sardinha sobre sardinha». Foi o que se ouviu e viu sexta-feira em Sesimbra, no Largo do Município, onde a calçada foi coberta de sardinha.

Esquecidos das teias da telenovela, os pescadores das traineiras da sardinha de Sesimbra concentraram-se no Largo do Município, onde despejaram cerca de 50 caixas de sardinha, em protesto contra a Política Comum de Pescas. Em Sesimbra, como noutras zonas de pesca, o peixe rejeitado ou vendido na lota a preços simbólicos é depois comercializado a um preço 10 a 15 vezes superior no mercado. No caso concreto, a situação é agravada pela falta de escoamento da sardinha, devido à invasão da sardinha espanhola e ao encerramento das fábricas de conservas.

O PCP, procurando contribuir com propostas rápidas para a solução da crise, fez deslocar anteontem a Sesimbra deputados da Assembleia da República.

## Comentário do PCP Desastrosa política do «escudo caro»

As alterações, anunciadas na passada quinta-feira, na paridade do escudo no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME), motivaram nesse dia um comentário emitido pelo Gabinete de Imprensa do PCP que reproduzimos:

1. A suspensão temporária da participação do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME, agora anunciada, e os resultados previsíveis da reunião extraordinária do Comité Monetário convocada para esta noite, confirmam cabalmente, tal como o PCP tem referido, que:

— foi apressada, inoportuna e inadequada a integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do SME;

— a reiterada e irresponsável teimosia do Governo na política do «escudo caro», para além de desastrosa para a competitividade interna e externa da economia portuguesa, apenas conduziu à delapidação de centenas de milhões de contos das reservas externas do País e não

conseguiu sequer a paridade (irrealista) do escudo.

2. Da reunião do Comité Monetário a realizar esta noite, e na eventualidade de o Governo português resolver não manter a suspensão da participação do escudo no MTC, é absolutamente exigível que a paridade central do escudo seja significativamente depreciada.

3. Face a esta situação, o PCP exige que o Governo, com toda a verdade, informe o País de quanto foi gasto em divisas nas duas últimas semanas para sustentar artificialmente o escudo e quais os empréstimos que contraiu para esse mesmo fim.

4. A realidade económica portuguesa exige de forma insofismável (que só o Governo não tem querido ver) que a prioridade da política económica e monetária seja orientada para a recuperação da actividade produtiva e não para a «estabilidade financeira» à custa da produção e do desenvolvimento económico e social.